Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura **Número: 42**

II Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 16 de janeiro de 2018**

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com a verificação de poderes da Sra. Deputada Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta**.**

Após a leitura do relatório da CAPAT pela Sra. Deputada Graça Silva, relatora da Comissão, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a interpelação ao Governo Regional sobre "Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028", apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão *(PPM)*, usou de seguida da palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa)*.

Aberto o debate, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Mónica Seidi *(PSD)*, José San-Bento *(PS)*, Artur Lima *(CDS-PP)*, António Lima *(BE)*, João Paulo Corvelo *(PCP)*, Graça Silva *(PS)*, Rui Martins *(CDS-PP)*, Jaime Vieira

(PSD), André Bradford *(PS)*, José Contente *(PS)* e o Sr. Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro)*.

Passou-se de seguida para o debate do Projeto de Resolução n.º 38/XI – "Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março, que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima *(BE)*, usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado *(PSD)*, Graça Silveira *(CDS-PP)* e os Srs. Deputados Paulo Estêvão *(PPM)*, André Rodrigues *(PS)*, bem como a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo *(Marta Guerreiro)*.

O diploma foi retirado pelo proponente.

Por fim, foi debatida e votada a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI – "Aprova o novo regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça na Região Autónoma dos Açores"**.**

Após a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte)*, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Rendeiro *(PSD)*, António Lima *(BE)*, Graça Silveira *(CDS-PP)*, João Paulo Corvelo *(PCP)*, Mónica Rocha *(PS)*, Paulo Estêvão *(PPM)* e André Rodrigues *(PS)*.

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Luís Rendeiro *(PSD)*, Mónica Rocha *(PS)* e António Lima *(BE)*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 36 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 07 minutos.

A quem ainda não tive oportunidade de o fazer pessoalmente desejo a todos um Ano Novo muito feliz, que seja de superação, que possamos ultrapassar os nossos desafios pessoais e profissionais e aqueles que não conseguirmos ultrapassar que nos fiquem pelo menos como ensinamento.
Vamos dar início ao período legislativo de janeiro.
Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.
Secretário: Bom dia a todos. Desejo também um bom ano a todos, cheio de saúde, que é o principal.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)
Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arnaldo Branco Raposo **Amara**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Iasalde Fraga **Nunes**
João Paulo Lopes Araújo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silv**a

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia Botelho

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**
Maria João Soares **Carreiro**
Mónica Reis Simões **Seidi**
Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)
Artur Manuel Leal **Lima**
Catarina de Oliveira **Cabeceiras**
Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**
Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)
António Manuel Raposo **Lima**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)
João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)
Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.
Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.
Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda da Reunião temos um ponto prévio referente à verificação de poderes da Sra. Deputada Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta.
Peço à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o relatório.

Deputada Graça Silva *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DA CANDIDATA À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES MARIA EDUARDA SILVA MONIZ PIMENTA.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 16 de janeiro de 2018, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes da candidata à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta.

Estiveram presentes os deputados Francisco Coelho (Presidente), Graça Silva (Relatora), Catarina Chamacame Furtado (Secretária), Bárbara Torres Chaves, José Contente, Renata Correia Botelho (em substituição do deputado Pedro Moura), Iasalde Nunes (em substituição do deputado Ricardo Ramalho) e Manuel Ramos do PS, Jaime Vieira, João Costa e Paulo Parece do PSD, Artur Lima do CDS-PP e o deputado João Corvelo do PCP (que participa sem direito a voto).

Capítulo II
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura "o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista". De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro, os "assuntos constitucionais,

estatutários e regimentais" e a "organização e funcionamento da Assembleia" são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III
VERIFICAÇÃO DOS PODERES DOS DEPUTADOS

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 14 de janeiro de 2018, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo deputado Dionísio Medeiros Faria e Maia, ao abrigo do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 101.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com efeito a 15 de janeiro de 2018, a Direção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou que a vaga será preenchida pela candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada a 16 de outubro de 2016, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes da candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta, a qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o deputado Dionísio Medeiros Faria e Maia.

A candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta não apresenta qualquer situação de inelegibilidade ou de incompatibilidade.

Capítulo IV
SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os **Grupos Parlamentares do PS**, **do PSD e do CDS-PP** consideram estar verificada a elegibilidade e que a candidata supramencionada não está em situação de incompatibilidade.

O **Grupo Parlamentar do BE** não esteve presente na reunião.

Capítulo V
CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível a candidata Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta, e que a mesma não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do deputado que substitui, ou seja, a 15 de janeiro de 2018.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 16 de janeiro de 2018

A Relatora: *Maria da Graça Silva*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado e verificados então que estão os poderes, convidava a Sra. Deputada Eduarda Pimenta a ocupar o seu lugar.

(Neste momento a Sra. Deputada Maria Eduarda Pimenta ocupou o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Seja bem-vinda a este Parlamento. Desejo-lhe um bom trabalho, Sra. Deputada.
Vamos então entrar agora na nossa Agenda. O primeiro ponto é a **interpelação ao Governo Regional sobre a "Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028"**, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.
Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos, conforme estipula o artigo 132.º, pela Conferência de Líderes e são os seguintes:
O interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD de 24 minutos, o CDS de 15 minutos, o BE de 12 minutos e o PCP de 10 minutos.
Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.
Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Deixem-me que comece este discurso com um testemunho pessoal. Tenho perfeita consciência da imprudência do que aqui vou fazer. Uns dirão que o faço por oportunismo político e outros por má consciência. Mas o que me interessa é a motivação que impera na minha alma e essa não é outra que a vontade de dar um pequeno contributo no esforço de combate à pobreza e exclusão social.
Deixem-me gritar a todos os pobres, do alto desta tribuna, que a pobreza não é um destino inevitável de todos os que nascemos pobres. Que a pobreza é um

vilão cobarde que pode ser vencido com a determinação dos que amam a justiça e os nossos semelhantes.

O que vos vou contar não é nenhum segredo. Nunca fiz nenhum segredo do meu passado. Na minha terra todos o conhecem. Os meus amigos, e muitos dos que me conhecem, sabem a sorte imensa que eu tive. Mas eu quero, nesta ocasião em que finalmente se concebe uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza, que muitos outros a conheçam. Quero que a conheçam para combater o preconceito, que é a mais dolorosa forma de exclusão porque pretende ferir o coração e a alma dos filhos e dos netos dos pobres.

Sou um dos 16 filhos de uma família muito pobre. No momento em que nasci não tinha quase nada e o meu futuro não era muito diferente daquele que aguardava outras crianças pobres por todo o país. A pobreza herda-se, senhores deputados. Nascer pobre significa começar o jogo da vida a perder por vinte a zero. Significa jogar um jogo viciado à partida. No final, é quase impossível ganhar o jogo que os nossos avós e pais perderam porque também já o jogaram com as regras injustas que outros lhes impuseram. É assim há demasiado tempo.

Eu, senhores deputados, tive apenas sorte. Fui adotado, quando tinha apenas 3 meses, por aqueles a quem eu chamei toda vida pais e que jamais esquecerei. Agradeço-lhes e amo-os profundamente. Tive as condições que os meus irmãos naturais não tiveram. Por isso tive um aproveitamento escolar semelhante aos que não eram pobres.

Na verdade, não fiz nada de extraordinário. Limitei-me a obter resultados iguais aos outros, com meios iguais ou semelhantes aos outros. Conheço histórias de vida – todos os que aqui estão conhecem – de crianças e jovens excecionais que quebraram o ciclo de pobreza onde nasceram através de uma força de vontade e de um sacrifício pessoal extraordinários. Não precisaram da sorte que eu tive. Da carambola que o destino me concedeu.

A pobreza não é uma herança genética. A pobreza é a herança e a soma de muitas injustiças. É o que resta das grilhetas da escravidão do passado. A pobreza é a soma do muito que não se fez e que se poderia ter feito nesta nossa época de maior prosperidade. A pobreza é a soma de muitos olhares de indiferença e do preconceito absurdo que sobrevive em demasiadas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A pobreza também é feita da resignação de muitos. Dos que acreditaram nas histórias que lhes contaram. Dos que se resignaram ao destino vivido pelas gerações que os antecederam. A estes é preciso transmitir-lhes o vírus da insatisfação e da vontade de lutar contra a injustiça e o jogo marcado do ciclo vicioso da pobreza.

É preciso dizer-lhes que os sonhos não acabaram. Que as revoluções ainda são possíveis e que não têm de esperar mais uma geração para corrigir injustiças que não podem manter-se durante mais um único dia. Uma revolução não precisa de ser feita contra outros homens e contra Deus. Do que eu falo é de uma revolução nas mentalidades e nas prioridades da governação. De combater a injustiça com a justiça. A indiferença com a solidariedade e o humanismo.

Corrigindo erros antigos da nossa história e abandonando muita da arqueologia ideológica do passado, acho que o velho grito de guerra às injustiças ainda merece ser gritado com ímpeto de outros tempos:

De pé, ó vítimas da fome!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Vivo permanentemente insatisfeito com o que faço. Acho sempre que tenho a obrigação de fazer muito mais. Que deveria ter feito muito mais. Mesmo quando não o digo, é isso que penso. Reconheço essas mesmas insuficiências na luta contra a pobreza.

Ainda assim, permito-me referenciar aqui que, em 2012, agendei uma interpelação parlamentar ao Governo Regional sobre este mesmo tema. Disse,

em 2012, que **"as situações de pobreza estão a aumentar de forma inaceitável na nossa Região. Temos de articular um plano de emergência e de atacar de forma eficaz o problema e adiar investimentos em prol dos mais desfavorecidos. Não estamos a fazer tudo o que é possível fazer. Temos a obrigação e os recursos para fazer muito mais".**

Disse também na altura que **"a educação tem de ser a prioridade das prioridades nestes tempos de crise. Nenhum outro serviço público é tão decisivo no combate ao ciclo da pobreza e na promoção da igualdade de oportunidades".** Continuo a manter a mesma opinião, que manifestei na altura.

Especificamente em relação à ilha de São Miguel observei que **"os senhores sabem que, por exemplo, na ilha de São Miguel estes problemas começam a ter um impacto muito real. Fala-se muitas vezes da ilha de São Miguel como uma ilha que é beneficiada em todos os sectores, mas esta ilha tem grandes diferenças sociais. Tem uma estrutura social muito desequilibrada"**. Disse o que todos sabiam e intuíam, mas disse. Disse!

Em janeiro de 2017, depois de conhecer os resultados desastrosos e muito abaixo da média regional da ilha de São Miguel no PISA 2015, referi, num requerimento, que **"existem políticas específicas para as ilhas da coesão e mesmo a ilha Terceira conta com um programa específico e majorado de intervenção e investimento devido aos efeitos da diminuição da presença militar norte-americana na Base das Lajes. E São Miguel? Não tem problemas? Não existem sectores em que a ilha está a atrasar-se em relação às outras ilhas? Justifica-se olhar para o lado só porque a ilha não enfrenta, para já, o fantasma do despovoamento que está a afetar a quase totalidade das restantes ilhas açorianas? Na perspetiva do PPM, a ilha de São Miguel necessita, urgentemente, de um plano específico de apoio para algumas áreas".**

Os dados demolidores do diagnóstico que presidiu à elaboração da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social confirmaram os piores cenários e as piores sensações. A partir de agora é inevitável preparar um plano específico para a ilha de São Miguel, em especial nas zonas mais afetadas pelos mecanismos da desigualdade e da pobreza. Nada pode continuar igual.

Orgulho-me também de ter promovido, com o apoio de todos os grupos e representações parlamentares, um **grupo de trabalho para "analisar e avaliar as políticas públicas regionais açorianas de proteção das crianças".** Fizeram-se alguns avanços.

Nestas circunstâncias, valorizo o facto de o Governo Regional ter reconhecido, finalmente, a necessidade de elaborar uma "Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social". Perdeu-se muito tempo, mas finalmente a realidade impôs-se à incapacidade política para assumir problemas e realizar alguma autocrítica.

É preciso ter em conta que muitas das regiões autónomas espanholas já elaboram planos de combate contra a pobreza desde 2003. As Canárias aprovarão, ainda este ano, o segundo plano de combate à pobreza. De acordo com o Governo Regional das Canárias, "o plano de combate à pobreza será de todos, ou não será!"

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Tenho de dizer que a proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 parte de um "diagnóstico de situação" devastador.

Os dados são arrepiantes:

- **A esperança de vida mais baixa do país**;
- **Uma taxa de fecundidade na adolescência que duplica a média nacional**;
- **Os níveis de consumo de substâncias psicoativas mais altos do país, com particular gravidade para a população mais jovem;**

- Um enorme número de utentes sem médico de família, em especial nas ilhas de São Miguel e da Terceira;

- Taxas de retenção e desistência no ensino regular muito superiores às registadas no resto do país, em especial no ensino secundário;

- No âmbito do emprego uma taxa de atividade mais baixa que a média nacional;

- Uma classe média raquítica, como resulta do facto de apenas 8,7% dos trabalhadores açorianos se situarem num intervalo de rendimentos entre os 900 e os 1200 euros, o valor mais baixo do país e muito inferior à média nacional que é de 12,8%;

- As taxas de desemprego jovem mais altas do país; no primeiro trimestre de 2017, cerca de 5800 jovens açorianos, entre os 15 e os 24 anos, não estavam empregados, nem frequentavam o sistema educativo ou realizavam qualquer formação, correspondendo a 17,8% dos jovens açorianos, uma taxa muito superior à média nacional que é apenas de 9,1%;

- Os Açores possuem o menor nível médio de rendimento familiar do país;

- A taxa de pobreza monetária está nove pontos acima da média nacional;

- Os Açores possuem a mais alta taxa de benificiários do Rendimento Social de Inserção (7,5% da população residente, quando a média nacional é de apenas 2%).

Os dados são péssimos. O Governo Regional tem, obrigatoriamente, de assumir responsabilidades e de fazer uma autocrítica profunda ao seu desempenho nos últimos 21 anos.

A desculpa clássica de qualquer governo é que questões como a pobreza só são passíveis de ser resolvidas com tempo. É necessário o tempo de uma geração.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Ora tempo é o não faltou ao Partido Socialista, que soma um dos períodos de governação mais longos da História dos Açores.

Os governos do PS tiveram uma oportunidade única para alterar profundamente a história da pobreza na Região. Tiveram a sua oportunidade e falharam de forma clamorosa.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E os alertas!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Devo dizer, com inteira claridade, que considero que a proposta da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social possui muitas fragilidades. Tem um carácter demasiado conceptual e teórico. A operacionalização de um documento com estas características é sempre muito problemática.

Pode afirmar-se que existe a possibilidade de a mesma integrar ainda muitas propostas da sociedade civil e dos partidos, mas a verdade é que a mesma possui uma natureza esquemática demasiado rígida, marcada pela adoção acrítica de programas governamentais em execução ou já previstos no Programa de Governo. Qualquer alteração substancial terá dificuldades óbvias de encaixe e integração num plano tão esquematizado e tão marcado pelas práticas e dogmas governamentais. Na prática – só para simplificar através de uma imagem – seria como integrar as teorias de Galileu na Idade Média.

Predomina uma visão assistencialista e existem muito poucas – para não dizer nenhumas – alterações à abordagem estratégica tradicional do Partido Socialista. O Governo Socialista comporta-se como uma espécie de D. Sebastião que tem uma segunda oportunidade na batalha de Alcácer-Quibir, mas que decide repetir integralmente a estratégia. Inevitavelmente, a derrota também se repetirá.

Meus senhores!

Antes de concluir esta primeira intervenção pretendo colocar algumas questões ao Governo Regional.

1 – O Governo da Comunidade Autónoma das Canárias, de acordo com as suas últimas declarações, estima gastar cerca de 22 milhões de euros no Plano de Combate à Pobreza. O Governo Regional possui já alguma estimativa em relação às verbas que alocará a esta Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social?

2 – O Governo Regional admite assumir diretamente funções que atualmente são executadas por entidades quase totalmente financiadas por meios públicos, mas que não revelam uma utilização eficaz e escrupulosa dos meios colocados à sua disposição?

3 – O Governo Regional admite a possibilidade – eu diria a necessidade – de criar incentivos fiscais e apoios ao investimento majorados em alguns dos concelhos de São Miguel mais afetados pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social?

4 – O modelo tripolar de centralização da estrutura governativa da Região apenas em três cidades: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta está esgotado e prejudica os outros concelhos dessas ilhas e de outras ilhas que reúnem as condições necessárias para receber esses serviços. Em particular nas ilhas de São Miguel e da Terceira, essa restrição estatutária não tem justificação prática. O Presidente do Governo Regional está aberto à discussão desse tema?

5 – Um dos problemas detetados no diagnóstico tem a ver com os baixos salários usufruídos pelos trabalhadores açorianos. O Governo Regional está disponível para aumentar o acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida?

6 – O plano tem uma natureza demasiado assistencialista. O Governo Regional considera, ou não, a hipótese de integrar na Estratégia de Combate à Pobreza

uma vertente ligada ao fomento do crescimento económico e do consequente aumento da oferta de emprego?

Termino então esta primeira participação neste debate, não sem antes reafirmar a total disponibilidade do PPM para discutir e debater propostas nesta área.

Não aceito que os Açores estejam condenados a serem a região com o índice de risco de pobreza mais alto do país e também a região que apresenta as maiores desigualdades sociais.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Temos de ser uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Temos de garantir que todos os jovens dos Açores terão, no futuro, iguais oportunidades. Não aceito menos que isso. Só seremos dignos de sermos recordados na história desta terra se um dia, na nossa geração, todos os jovens tiverem a oportunidade real de tocar os seus sonhos. Quando nenhum deixar de estudar por falta de dinheiro.

Não é uma quimera. É de justiça. Tudo o que é justo tem de ser possível.

Goethe disse um dia algo que gosto de recordar com frequência: "não sonhes sonhos pequenos, porque eles não têm o poder de mover os corações do homem".

Disse!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Queremos construir uma sociedade em que celebramos o que temos em comum e não uma em que se destaca aquilo que nos separa.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Queremos construir uma sociedade em que as Açorianas e os Açorianos não são prejudicados por barreiras sociais, pobreza ou exclusão.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: A grave crise socioeconómica a que assistimos nos últimos anos agravou, de forma generalizada e em todo o mundo, as condições de vida das pessoas, tendo tido reflexos profundos em Portugal e, naturalmente, também na vida dos Açorianos e das Açorianas.

As medidas introduzidas pelo Governo da República de então apenas contribuíram para cavar o fosso, empurrando aqueles que já pouco tinham para situações de pronunciada deterioração dos seus recursos, situação que evoluiu de forma particularmente desfavorável nos agregados familiares com crianças.

Na Região, decidimos que não ia ser assim.

A contrapor as opções nacionais, mantivemos e aumentámos os complementos regionais, alargámos a abrangência do COMPAMID, reduzimos as comparticipações familiares nas creches, implementámos uma Agenda para o Emprego, não agravámos impostos, nem alterámos os critérios de acesso a apoios sociais.

Deputado André Bradford *(PS):* Bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Hoje, começamos, de forma consistente, a assistir finalmente à devida reparação, fruto do trabalho que reconstruiu o que havia sido, pura e simplesmente, arrasado.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Ainda ontem foi conhecido que o nosso Indicador de Atividade Económica registou em novembro, pelo quinto mês consecutivo, um

crescimento acima de dois por cento, refletindo a consolidação da reforma da economia regional através da evolução contínua dos principais setores de atividade e dos dados do consumo.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Não estamos apenas a erguermo-nos depois do combate: estamos a fazê-lo com os pés bem assentes no chão. Não somos nós que o dizemos, são os dados mais recentes que o comprovam.

Em 2015, o rendimento disponível bruto das famílias registou um aumento *per capita* de 4,5%, contra os 3,9% da média nacional.

Em 2016, o PIB dos Açores apresentava uma taxa de crescimento real igualmente superior à média nacional, superior às taxas de crescimento das regiões Autónoma da Madeira, Alentejo ou mesmo Lisboa.

No terceiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego da Região Autónoma dos Açores ficou abaixo da média nacional, situando-se na casa dos 8,2%, quando, ao nível do país, foi de 8,5%.

Demonstrado que está que se vão cimentando sinais de recuperação, é também o momento de dizermos que não queremos deixar ninguém para trás:

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Outra vez?! Cada período legislativo que passa, vão dizendo isso. Vão-se revezando!

A Oradora: … é, sim, um novo ciclo e queremos, sim, que todos participem e contribuam para construção do nosso futuro coletivo.

Se o período de crise tornou necessária a adoção de novas metodologias na abordagem a estas barreiras sociais, nesta fase de retoma urge garantir que todos têm competências necessárias para beneficiar das novas oportunidades que se abrem, adotando políticas económicas e sociais que articulem medidas de carácter corretor com medidas de carácter preventivo.

Deputado Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Este foi um compromisso assumido, em campanha eleitoral,..

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Em várias!

A Oradora: … para estas últimas legislativas, pelo candidato Vasco Cordeiro no seu projeto eleitoral. Este foi um compromisso assumido por este Governo em novembro passado.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: É certo que é o Governo que tem a responsabilidade de dar este impulso, e fê-lo, de facto, quando elegeu o combate à pobreza e exclusão social como um dos objetivos centrais desta legislatura, determinado a garantir que a Região convirja para a média nacional dos indicadores relativos à taxa de risco de pobreza – já que, sem esta aproximação, qualquer discurso sobre crescimento ou sustentabilidade seria incompleto ou desonesto.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

A Oradora: A proposta apresentada como base para aquela que será a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social para 2018-2028 é o resultado de um consistente e exaustivo trabalho de diagnóstico, que percorreu 19 concelhos da Região, mobilizou quase meio milhar de pessoas e foi acompanhado, quer por peritos regionais quer por peritos nacionais de reconhecido mérito em inúmeras áreas indispensáveis à concretização deste nosso grande objetivo.

Trata-se de um documento inovador a nível nacional, que procurou e procurará, a todo o momento, a participação alargada, concertada e consensual, que contemporize o facto de não existirem receitas certas, ou sequer únicas, para um combate desta natureza.

É o reconhecimento e a clareza que derivam, não só da consciência que temos do que muito há por fazer, mas principalmente do nosso inconformismo perante aquilo que ainda não foi feito.

E aqui é importante recordar que, tal como alertou o Professor Farinha Rodrigues, estamos conscientes de que a condução da luta contra a pobreza tem

de ser feita **olhando para o futuro**, tendo em conta o horizonte temporal da estratégia e tendo sempre como objetivo a redução e eliminação dos fatores estruturais que geram a pobreza e exclusão social.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* A senhora se não aprendeu nada com o passado, dificilmente irá mudar o futuro!

A Oradora: Do mesmo modo, é importante recordar que, mais do que o reconhecido mérito académico, os peritos trazem-nos também a experiência na implementação de iniciativas no terreno e em diferentes áreas, e que nos permitirão, estamos certos, muitas vezes, encurtar caminho, evitando erros já antes cometidos, aprendendo com boas práticas já identificadas e assim, encontrar soluções mais sólidas e robustas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ao reconstruir a nossa forma de intervir e atuar nestas áreas, queremos fazer progressos reais e sustentáveis no sentido da nossa ambição de erradicação da pobreza e da exclusão social e, assim, quebrar estas correntes de forma definitiva.

Considerando que ainda decorre o processo de consulta pública iniciado em dezembro passado, gostaria de reiterar a todos o convite à apresentação de contributos, numa lógica construtiva e de fortalecimento da democracia participativa,…

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … tendo como prioridade absoluta, a todo o momento, o bem-estar de todos os Açorianos, sem deixar ninguém para trás.

Porque este problema é um problema de todos nós. Já o afirmou o deputado Paulo Estêvão na sua intervenção desta tribuna, em 2012.

Já em 2015, Ban Ki Moon, então Secretário-Geral das Nações Unidas, ao recordar os ganhos das últimas duas décadas conseguidos nesta matéria, com a

retirada de milhões de pessoas desta situação, disse "nós somos a primeira geração que pode erradicar a pobreza".

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foram necessários 21 anos de governação socialista para que o Governo Regional assumisse a pobreza nos Açores como uma verdadeira prioridade, reconhecendo desta forma tímida, que o anúncio de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social é também o reconhecimento público do estrondoso falhanço de 21 anos de políticas governativas de um governo que se diz "socialista".

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Pela terceira vez, desde o início do meu mandato afirmo a esta Assembleia, e passo a citar o Prof. Bruto da Costa:

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Então é ele que afirma!

A Oradora: "Não reconhecer a Pobreza, não só é um grave erro social como um grave erro político!" – fim de citação.

Uma estratégia correta para a luta contra a pobreza implica alterações profundas nas prioridades que presidem à noção de desenvolvimento da nossa Região: na educação, na coesão territorial e na coesão social.

A Educação constitui um instrumento essencial no combate à pobreza e exclusão social.

Conforme demonstram os mais variados estudos, as primeiras fases da educação devem ser privilegiadas, a fim de prevenir não só o insucesso escolar precoce, e as consequências daí advenientes na fase adulta, como também constitui uma forma de colmatar as desigualdades sociais e de promover uma maior igualdade de oportunidades, essencialmente junto dos mais desfavorecidos.

A nível da coesão social e territorial, o modelo de desenvolvimento da região não poderia dar outros resultados senão os que hoje aqui também discutimos!

Esperar que pela via do crescimento económico, se resolvam os problemas de uma sociedade é uma mistificação grosseira, atendendo a que apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por muitos.

Prova disso, é por exemplo o que se verifica em São Miguel, ilha com maior número de habitantes e onde se concentra a taxa mais alta de pobreza da região. Gente séria, honesta e trabalhadora, mas refém de um modelo de desenvolvimento que contraria as afirmações de uma antiga secretária socialista, e passo a citar: "O modelo de desenvolvimento da Região tem permitido um combate eficaz à pobreza…" – fim de citação.

O que o Partido Socialista fez foi destruir o sonho da autonomia, agravar a coesão territorial e social, e assim gerar pobreza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A situação social dos Açores é o resultado de um governo que não governa para resolver os problemas da população, vive antes preocupado com a sua sobrevivência política, descurando a sustentabilidade e o progresso social de

todos os açorianos, não servindo assim os verdadeiros desígnios da autonomia regional.

Em julho de 2017, o INE revelou o Inquérito às despesas das Famílias 2015/2016, não deixando qualquer dúvida: os Açores são a região do país que tem as despesas mais baixas da média nacional, têm o menor poder de compra, uma taxa de risco de pobreza e um coeficiente regional de desigualdade superior ao nível nacional, atrás da Madeira.

Em 2011, a então deputada socialista Piedade Lalanda afirmou: "A governação social democrata de mais de 3 décadas na Madeira, é responsável por números muito piores do que os verificados nos Açores" – fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: E não eram!

A Oradora: Mas curiosamente, quando comparamos os números do Rendimento Social de Inserção entre as duas regiões, o que lamentavelmente constatamos é que os Açores não acompanham a tendência da Madeira, onde o número tem vindo a diminuir.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Exatamente!

A Oradora: Também por comparação com outras regiões do país, é nos Açores que a taxa de risco de pobreza mais se agravou nos últimos 10 anos.

São estes os números do "novo ciclo" da governação socialista na região. Foi necessário esperar 21 anos, para só agora os senhores assumirem a intensão de não deixar ninguém para trás???

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

São as políticas sociais ativas, com base na responsabilização e mobilização de todos os operadores sociais, as grandes "armas de combate" de erradicação de pobreza e da exclusão social.

O PSD/Açores tem um passado também nesta área, e há vários anos, de forma sistemática temos vindo não só a denunciar o problema, como também de forma responsável apresentámos várias iniciativas neste âmbito, que lamentavelmente os senhores não quiseram aprovar, para agora virem dizer que estamos perante "uma oportunidade histórica" e "não vamos deixar ninguém para trás".

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Mas é também com reconhecimento, que vemos que algumas dessas propostas anteriormente chumbadas, consideradas então desnecessárias e desajustadas, são agora referenciadas na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social nas prioridades estratégicas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Falo por exemplo:

- Do pacote de Solidariedade Social, que englobava várias medidas apresentadas nesta casa, nomeadamente a Rede Social, onde constava a criação de Conselhos Locais de Ação Social e as Comissões Sociais de freguesia,…

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: … que são unidades locais no terreno, e que os senhores consideraram que o modelo não servia a região, mas curiosamente na Estratégia agora apresentada são defendidos polos locais de desenvolvimento e coesão social.

Deputados Duarte Freitas e Paulo Parece *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O Apoio Domiciliário aos Domingos e Feriados, que também apresentámos nesta casa e que foi chumbada pelo PS.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É verdade!

A Oradora: O reconhecimento que uma vez mais estávamos aqui para responder aos desafios do envelhecimento, e que os senhores nos acusaram na altura de ser mais uma "…medida para fazer número,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: … baseada no desejo de construir um pacote social para atirar areia aos olhos dos açorianos" – fim de citação.

Outro exemplo:

As prestações sociais.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* É mesmo triste, gozar com a pobreza dos outros!

A Oradora: E não tenhamos ilusões, sem estas transferências sociais, estaríamos perante taxas de risco de pobreza muito mais elevadas.

Também neste campo, o PSD/Açores tem apresentado no âmbito do Plano e Orçamento para a Região, o Reforço ao Complemento Regional de Pensão, atualmente com 35 mil beneficiários e ao Complemento Regional de Abono de família, que abrange mais de 36 mil crianças. Lamentavelmente o PS prefere aguardar por anos eleitorais para o fazer.

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Na área da educação

- Propusemos já por várias vezes um Reforço do Fundo de Ação Social Escolar, para derrubar as barreiras de aprendizagem. O PS, por dois anos consecutivos preferiu sacrificar os cerca de 65% dos alunos que beneficiam deste apoio para não reconhecer que a razão estava do lado do PSD.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa *(PSD)*: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Reiteramos que a pobreza não pode servir NUNCA como arma de arremesso político, e por isso, de forma responsável iremos continuar a dar o nosso contributo pela construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.
O diagnóstico está feito.
O Governo Regional propôs uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, exige-se agora, mais do que nunca que a mesma deixe de ser uma intenção, e tenhamos medidas efetivas práticas que potenciem melhor qualidade de vida aos açorianos, e que de facto reduzam a taxa de pobreza na região.
O PS tem uma oportunidade histórica de provar que consegue. Após duas décadas no poder, com sucessivas maiorias absolutas, apagar do seu património um dos capítulos que mais deve envergonhar qualquer sociedade desenvolvida, civilizada e democraticamente responsável.
O PSD/Açores estará na linha da frente no combate à pobreza e exclusão social, mas defende que a resposta a este desafio tem de ser consequente e rigorosa.
Na base deste pressuposto, entendemos que deve ser criado um órgão executivo, que ande no "terreno" diariamente, que seja responsável pela dinamização e implementação das prioridades definidas no documento.
Este órgão, que não deve ser o Conselho Estratégico, deverá escrutinar a implementação da estratégia nas 9 ilhas dos Açores, além de que deverá elaborar relatórios anuais…
Deputado Luís Maurício *(PSD)*: Muito bem!
A Oradora: … e posteriormente apresentá-los a esta assembleia.
Deputado Duarte Freitas *(PSD)*: Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foram necessários 21 anos para que o Governo que se diz socialista reconhecer a pobreza como uma prioridade absoluta deste "novo ciclo".

Lamentavelmente, os Açores não conseguem descolar dos níveis de pobreza, contrariando afirmações proferidas pela bancada socialista no passado quando uma antiga deputada afirmou: "Os Açores há muito que deixaram de ser a região mais pobre do país".

Este é o património do Partido Socialista nos Açores, bem como dos Governos que suportam. Este é de facto a via açoriana, e infelizmente a realidade de alguns açorianos não é "cor-de-rosa".

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Depois de ouvir a intervenção do PSD o Grupo Parlamentar do PS quer aqui assegurar que não transformará um debate sobre a pobreza numa pobreza de debate.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desenganem-se aqueles que acham que o PS/Açores participa neste debate sobre a pobreza à defesa, condicionado, ou com qualquer tipo de constrangimento. Desenganem-se!...

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

O Orador: O PS está aqui neste debate determinado, com o sentido de responsabilidade que sempre manifestou, de peito aberto e com grande orgulho (sublinho: grande orgulho!) no trabalho desenvolvido pelos Governos Regionais do PS, por todos os Governos Regionais do PS.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Tempos houve, Sra. Deputada Mónica Seidi, em que os problemas da pobreza e outras chagas sociais eram escondidos, eram quase tratados na clandestinidade dos gabinetes governativos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD)*: Que tempos eram esses? O ano passado? Quando o senhor estava no liceu?

O Orador: Hoje, esta não é a realidade!

Hoje, todos sabem o que se passa com os problemas sociais mais graves, como a pobreza e outros a exclusão, a violência doméstica.

Nós tratamos esses problemas com transparência e com total abertura e total disponibilidade para colher apoios e soluções da parte dos partidos da oposição e isso, infelizmente, é o que tem faltado ao longo destes anos.

Isso é também uma responsabilidade que os partidos da oposição têm que assumir, a forma como estas questões são hoje abordadas nos Açores implicam que os partidos da oposição tenham uma responsabilidade que têm também que cumprir…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Dez propostas nossas que os senhores chumbaram!

O Orador: … têm que dar as suas propostas, têm que apresentar as suas ideias e não apenas criticar e promover a política do deita a baixo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O trabalho que fizemos no Governo após 1996, foi um trabalho inovador e sem precedentes na Região, integrando uma rede e tratando a pobreza de uma forma integrada, abandonando a política do subsidiozinho e lamento dizer isso.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quando? Quando?

O Orador: É verdade!... Abandonando a política do subsidiozinho para passarmos a contemplar uma abordagem em rede, combatendo a pobreza de uma forma articulada, articulando as políticas da solidariedade, da habitação, da saúde, da educação e da qualificação e obviamente do emprego e, Sr. Deputado Paulo Estêvão, promovendo uma política de igualdade de oportunidades que é uma grande bandeira do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E queria também dizer que estas políticas de combate à pobreza têm sempre um objetivo, tornar as pessoas e as famílias autónomas e integrá-los em pleno na nossa sociedade e não manter qualquer tipo de laço vitalício e de dependência eterna como muitas vezes injustamente e com profundo desconhecimento os partidos da oposição nos acusam.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Já vem da terceira geração, Sr. Deputado!

O Orador: E queria aqui também destacar o papel fundamental do Rendimento Social de Inserção e de outras políticas de apoio social de regimes não contributivos que são fundamentais para desenvolvermos políticas de combate à

pobreza, de combate à exclusão, políticas progressistas que são fundamentais de serem financiadas por esses regimes e que a direita em Portugal e aqui também nos Açores nunca foi a favor, é contra e só não revogou porque não teve coragem de o fazer, porque convicção tinha!

Deputado André Bradford *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A resolução dos problemas relacionados com a pobreza nos Açores tem, como já referi, merecido uma abordagem estrutural, rigorosa e transparente que muito nos conforta, ao contrário do que afirma o PSD.

Registaram e registam um assinalável sucesso ao longo das governações do PS nos Açores (um assinalável sucesso!) e sempre foram uma prioridade do PS como já aqui referi.

Por isso é bom que se diga que o PSD revela, como ainda há pouco vimos aqui, uma hipocrisia sem limites ao esquecer propositadamente que o percurso de melhoria dos indicadores relacionados com a pobreza nos Açores…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Quais?

O Orador: …. sofreu, é verdade, um enorme retrocesso por via da verdadeira calamidade social que representou o Governo da República de Passos Coelho, um executivo que mereceu o apoio entusiástico e incondicional daqueles que agora criticam os dados da pobreza.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E, portanto, que fique bem claro para nos entendermos: os números da pobreza nos Açores não representam nenhum falhanço da governação do PS. Eles

traduzem, sim, a calamidade que foi a governação do PSD de Passos Coelho a nível nacional. Essa é que é a verdade!

Mesmo perante uma governação nacional que cortou às cegas os apoios e os rendimentos sociais aos que mais deles necessitavam, ao mesmo tempo que agravou todo o tipo de impostos, nos Açores os Governos do PS mantiveram a capacidade de tomar medidas em contraciclo que atenuaram os efeitos mais agressivos das políticas absolutamente insensíveis das governações nacionais do PSD e do CDS-PP.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isto é uma pouca vergonha!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sócrates deixou o país numa excelente situação!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sócrates esfoliou o país!

O Orador: E por isso, Srs. Deputados, nós não esperávamos, nem esperamos, que os senhores apoiem aqui as políticas do Governo Regional dos Açores, mas nós exigimos que os senhores assumam as responsabilidades da vossa governação no país.

Deputados André Bradford e José Ávila *(PS):* Muito bem!

O Orador: A verdade é que, infelizmente, o PS não tem nada a aprender com o PSD…

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Presunção e água benta!...

O Orador: … nem com o CDS-PP na luta contra a pobreza.

A luta contra o flagelo da pobreza não tem uma solução fácil ou rápida, como foi já aqui bem dito pela Sra. Secretária. É um empreendimento que implica um esforço por décadas e isso significa que esse trabalho é difícil, exigente, mas é um caminho que será prosseguido e melhorado no futuro com a aprendizagem e também com as lições que nós recolhemos e isso significa que o PS tem um trabalho, significa que esta nova estratégia de combate à pobreza e à exclusão não é uma primeira estratégia de combate à pobreza e à exclusão.

Ela resulta da crise económica que foi muito acentuada a partir de 2009/2010, tem a ver também com o pilar europeu dos direitos sociais, que é uma resposta da Comissão Europeia aos problemas sociais que decorreram da crise, decorre também de recomendações da Comissão Europeia e também decorre, como é óbvio, da ambição e da prioridade que o Governo do PS estabelece para esta área.

O PS nunca esqueceu as suas origens, de onde viemos e o que representamos hoje na sociedade portuguesa e nos Açores. Por isso nós estamos aqui, como vos disse, de peito aberto, com a mesma consciência social de sempre, com a mesma prioridade política de sempre, com o mesmo inconformismo de sempre, mas com uma ambição renovada, com uma inovação revigorada e com uma visão de futuro e de progresso otimista e confiante.

Uma renovada estratégia de luta contra a pobreza e exclusão representa assim mais uma área em que o PS assinala o novo ciclo de governação que estamos a desenvolver nos Açores e é isso que também eu queria salientar, esta capacidade única do PS/Açores de se reinventar,…

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Mas os senhores não se sabem reinventar!

O Orador: … se reformar a si próprio, com novas políticas e novas ideias.

O PS nos Açores consegue vencer a oposição no campeonato que diz, sobretudo, respeito à oposição, o campeonato das novas ideias, das novas propostas e das alternativas.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Como o tempo já vai longo, Sra. Secretária, gostava de lhe deixar aqui uma questão:

Uma vez que esta nova estratégia de combate à pobreza e à exclusão não é uma primeira estratégia de combate à pobreza e à exclusão, em que medida é que as experiências do passado e o trabalho muito positivo e que nos orgulha do passado constitui elemento, constitui contributo para esta nova estratégia?

O PS acha que seria muito importante a Sra. Deputada esclarecer-nos sobre esta questão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo confessar que ao iniciar esta minha intervenção me sinto um bocado confuso, porque ouvi da Sra. Secretária Regional um discurso onde tudo está bem nos Açores: os indicadores sociais, os indicadores económicos, o crescimento económico (na primeira parte do discurso); na segunda parte do discurso apresenta uma estratégia de luta contra a pobreza.

Então, em que é que ficamos? É o primeiro paradoxo que aqui se nota.

Depois ouviu-se aqui falar da política assistencialista que não queriam fazer, que o PS é contra.

Bom, em vez da política assistencialista, passaram à mesquinha política assistencialista distribuindo cabazes. Não se pode ir mais baixo no assistencialismo do que distribuir cabazes às famílias necessitadas. Isso é que é

um assistencialismo que não se compreende, nem se aceita numa sociedade progressista, inclusiva, como deve ser a sociedade açoriana.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo do Partido Socialista veio aqui proclamar no Plano e Orçamento para 2018 o início de um novo ciclo político como se fosse capaz de trazer novidade aos Açores e aos Açorianos.

Dissemos na altura que se tratava apenas de mais uma tentativa de vender aos Açorianos esperança por melhores dias.

O CDS tinha razão. Não passava de uma ilusão.

Duas décadas depois do início da governação socialista estamos hoje aqui a debater a pobreza nos Açores, em vez do progresso nos Açores.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Não estamos a discutir a sua existência ou inexistência – todos reconhecemos, lamentavelmente, os números dramáticos que colocam os Açores, ano após ano, das duas décadas socialistas, na cauda do desenvolvimento económico e social nacional. Começou em 2006 e acaba em 2017.

Sras. e Srs. Deputados:

Por detrás de cada número está uma pessoa, um rosto, uma história, uma família.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Há hoje açorianos e açorianas a quem é negado, por via da exclusão e da pobreza, as condições mínimas existenciais para uma vida saudável.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: Há hoje açorianos a quem falta dinheiro para adquirir os bens essenciais, como os alimentos, o vestuário e o calçado. Falta dinheiro!...

Há hoje açorianos que vivem na angústia da espera pelo fim do mês para receber mais um ordenado que se esgota no pagamento dos encargos mais essenciais.

Há hoje açorianos que, constrangidos, não têm outra previsão para as suas vidas que não seja esperar pelo dia em que recebem mais uma prestação social, sem nenhuma perspetiva de um emprego condigno.

Há hoje açorianos e açorianas que, sem esperança num futuro melhor, esperam pelo dia em que o estágio ou programa de ocupação vai começar ou acabar.

Há hoje açorianos e açorianas que são obrigados a partir das suas ilhas onde queriam ficar, porque não têm horizonte algum de realização pessoal.

Há hoje açorianos e açorianas que, depois de uma vida de trabalho, vivem, cada dia que passa, sentindo a degradação das suas condições de vida sem que haja uma justa resposta social que os proteja.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Se em algum momento, ao longo dos últimos 21 anos, a governação socialista conseguiu despertar alguma esperança no progresso económico e social da região, hoje, olhando os resultados da sua governação, é cada vez mais evidente e transversal em todas as nossas ilhas, nas nossas comunidades, nas nossas famílias, na nossa juventude, nos nossos idosos e na generalidade dos Açorianos e Açorianas, a convicção de que este governo não tem capacidade para construir o futuro que os Açorianos merecem e que a nossa região precisa.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

A Oradora: Sem respostas para os desafios da governação os problemas mantêm-se e agudizam-se. A pobreza e a exclusão não são exceção. Sem estratégia de ação, este governo e esta maioria, decide sempre, inevitavelmente, em prejuízo dos mais fracos e dos mais pobres.

Deputado José San-Bento *(PS):* É preciso ter lata!

O Orador: De subsídio em subsídio, de precariedade em precariedade, este governo apenas tem como objetivo sobreviver a cada ciclo eleitoral.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Em consequência, os açorianos ficam cada vez mais isolados e indefesos, à mercê da contração dos mercados ou das crises financeiras.

Os açorianos não podem continuar a ter um governo que não governa e que hipoteca, a cada dia que passa, os legítimos anseios dos Açorianos e o futuro da nossa região.

Na pobreza, como em todas as áreas da governação, este executivo, para não ser confrontado com a sua incapacidade de definir políticas, não sinalizou o problema. Não tendo sinalizado, não permitiu que se estudasse. Como não estudou, não soube olhar para as causas que lhe deram origem. Sem saber as causas, revelou-se, como sempre, mais uma vez, incapaz de estruturar e encontrar soluções para responder atempadamente com a eficácia que se impunha.

Este governo e esta maioria demonstra a cada encruzilhada da governação a sua incapacidade de tomar decisões.

É um governo paralisado entre a preocupação de esconder a realidade e a ansiedade de encontrar a justificação adequada que o permita desresponsabilizar-se de qualquer problema emergente.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Muito bem!

O Orador: É um governo que já só sobrevive ligado à máquina da propaganda, de que vive e para quem vive, apenas obcecado em arranjar maneira de se manter no poder e aos seus apaniguados.

Estamos perante um governo esgotado e sem capacidade de se renovar.

Sem fôlego, sem rumo e sem sentido, este executivo é, apenas, um governo de contingência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este governo e esta maioria já esgotou todos os ciclos. Apenas recicla o velho que anuncia como novo.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Vinte anos de governação do PS é muito tempo. Tempo que demonstra uma fundamental constatação para o futuro dos Açores: o desenvolvimento económico e social da Região não é um objetivo alcançável com esta maioria socialista.

Mas o CDS está disponível para participar e colaborar no combate à pobreza e no desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores. Fica aqui, Sra. Secretária!

Mas disponível se o Partido Socialista e o Governo rejeitarem o modelo económico e social que têm vindo a seguir, em vez do modelo económico e social unipolar, defendemos um modelo económico há muito tempo multipolar para os Açores e para a Região Autónoma dos Açores, coisa que os senhores nunca fizeram…

Deputado José San-Bento *(PS):* Mentira! Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: … sendo centralistas e unipolares e levando os Açores à pobreza.

A prova mais evidente, já o disse no passado, digo-o no futuro e hoje mais vozes o dizem: a vossa política fracassou,…

Deputado José San-Bento *(PS):* Não é verdade!

O Orador: … os senhores erraram.

Os Açores precisam de um novo modelo de desenvolvimento económico.

Só assim se pode combater a pobreza, não é com assistencialismo, cabazes e prestações sociais.

O verdadeiro problema nos Açores, da pobreza, não é a exclusão social, é a falta de dinheiro, já o dizia Fernando Diogo em 2008. É a falta de dinheiro!... É a falta de um modelo económico e social capaz de desenvolver os Açores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores precisam de mudança. Os Açores precisam de novas políticas. Nós acreditamos que é possível. Os açorianos sabem que é necessário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP, do Deputado Paulo Estêvão *(PPM)* **e do Deputado Duarte Freitas** *(PSD):* Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e independentemente da análise que nos merecem os documentos apresentados pelo Governo Regional e sobre os quais hoje nos debruçamos, saudamos a assunção clara e pública, por parte do Governo, da problemática da pobreza nos Açores.

Assumir os problemas é sempre a primeira fase para o combate necessário para o debelar, desde que seja essa a vontade de quem governa.

Sobre os documentos em concreto, e por manifesta falta de tempo, junto nesta apreciação tanto o documento de diagnóstico como a estratégia propriamente dita.

Ao longo destes documentos, é recorrente a alusão à escassez de dados que permitam uma visão mais precisa e fidedigna e precisa do fenómeno da pobreza nos Açores. Fenómeno este sobre o qual, há vários anos, o Bloco de Esquerda fala nesta casa.

Publicamente, membros da Academia chamam à atenção para a mesma lacuna. É evidente que a falta de elementos estatísticos e até de estudos científicos sobre a pobreza só interessa ao governo.

No entanto, e perante a tão reiterada pertinência desta falta apontada no diagnóstico, a estratégia limita-se a propor um difuso e pouco definido sistema integrado de informação, não apontando os indicadores estatísticos necessários para um conhecimento objetivo e para o acompanhamento desta problemática. Tantos meses de análise deveriam ter bastado para essa identificação.

Não deixamos de registar o alinhamento político do diagnóstico que não se coíbe em tecer elogios aos programas ocupacionais. Diz o Diagnóstico que eram, no final de 2017, 7275 as pessoas envolvidas em programas ocupacionais. Estas representam cerca de 6,5% da população ativa que trabalha por conta de outrem. Mas como é que é considerada esta população? Em que tipo de contrato se enquadra? Ou será que não conta para nada?

Em anos de crescimento económico são surpreendentes os números relativos ao número de desempregados. Estes dados devem ser lidos em conjugação com o número de beneficiários de programas ocupacionais: se em janeiro de 2015, desempregados e ocupados somavam 17.106 pessoas, em março de 2017 somam 16.807 – uma redução de apenas 300 pessoas.

Afinal onde está a criação de emprego? A descida do desemprego (2 pontos percentuais nestes últimos dois anos) é, afinal, uma transferência de desempregados para programas ocupacionais, fenómeno que passa totalmente em claro no diagnóstico.

Noutro prisma, tendo a segurança social acesso direto às remunerações dos trabalhadores, não se percebe que para apresentar dados sobre os rendimentos do trabalho se recorra a um inquérito nacional do INE, onde 12,8% dos açorianos e açorianas "não sabe ou não responde". É incompreensível esta opção.

Estes são alguns exemplos, entre muitos outros, da orientação política do documento diagnóstico, o que não valida a sua base pretensamente científica.

Partilhamos de algumas ideias que atravessam os documentos nomeadamente, de que o ataque à pobreza é um combate transversal; que pobreza gera pobreza; que as expectativas de futuro são estimuladoras da propensão de cortar com o ciclo geracional da pobreza; que a educação pode e deve ser um fator de combate a este fenómeno social.

Por isso é que não entendemos que este trabalho do Governo não contemple pontos que consideramos essenciais para um combate estratégico à pobreza. A relação entre o modelo económico existente na região, que se baseia em sectores de pouco valor acrescentado e se traduz em baixos salários e risco de pobreza eminente. Dizem os documentos que o risco de pobreza nos Açores é superior, em 10%, à média do país.

O Governo, ao optar por abdicar do caminho para que a região constitua um centro de excelência no mar ou crie uma plataforma logística no Atlântico, centra a nossa economia nos setores tradicionais, a que junta o turismo, que não é um setor que pague bons salários à generalidade dos trabalhadores.

Fazer qualquer diagnóstico ligado à pobreza sem esta componente, é necessariamente curto e a sua projeção para o futuro é pouco ambiciosa e pouco credível.

Porque ainda decorre a discussão pública destes documentos, aproveitamos ainda para sugerir que se estude as consequências decorrentes das relações de trabalho, nomeadamente: os vínculos laborais, os salários baixos, em particular no setor privado, e a própria distribuição da riqueza criada nos Açores – aqui realçamos um dado novo e definitivo recentemente conhecido e divulgado pelo INE: em 2015 o PIB nos Açores cresceu 3%, mas o salário médio diminuiu 3,9%. Estranhamos que estas questões não sejam de forma alguma desenvolvidas nos documentos.

Todos sabemos que nos últimos três anos o salário mínimo aumentou, pelo menos, 5% todos os anos, permitindo que hoje nos Açores este atinja os 609

euros mensais. Quem aufere este salário leva para casa, no máximo 542 euros líquidos. O que também é verdade é que nada disto tem a ver com o Governo Regional, o qual sempre foi contra o aumento, mesmo que mais diminuto, nos Açores, mas sim ao facto de na República o governo PS estar em minoria e precisar da esquerda para governar.

Mas tendo em conta o salário mínimo e a sua evolução vamos a questões concretas, recorrendo a dois exemplos:

O facto de existirem nos Açores 7275 pessoas em programas de ocupação, muitas vezes, a ganharem abaixo do salário mínimo e a trabalhar lado a lado e nas mesmas condições que outros trabalhadores, não é um fator de pressão para baixar salários e direitos? Estamos a falar de 6,5% da força de trabalho em programas ocupacionais! Não seria uma atitude correta abrir os quadros de pessoal e integrá-los onde quer que eles sejam necessários? Estes trabalhadores, ao serem colocados nas IPPS e Misericórdias não constituem uma forma de pressão para baixar salários e direitos? Baixos salários estes que, por sua vez, são promotores de risco de pobreza!

O facto de na pesca o Governo Regional não obrigar ao cumprimento da lei, com a obrigatoriedade da existência de contratos de trabalho, que prevejam, pelo menos, o salário mínimo, não é um mais um elemento de pressão que aumenta o risco de pobreza?

Fazer um estudo sobre pobreza e propor medidas para a atacar sem, entre várias outras análises, ter em conta estas vertentes, não é construir uma estratégia de combate à pobreza, mas sim alicerçar um regime assistencialista, que abre a porta à caridade, ao estigma sobre os pobres que a direita aproveita para ganhos políticos.

Nos documentos que hoje debatemos é demonstrada preocupação com a coesão social e o Bloco de Esquerda já demonstrou que partilha das mesmas preocupações.

No que concerne à coesão é também importante considerar um problema que se vem instalando na nossa região, que é o problema da coesão territorial. Mostram-nos os documentos que, paulatinamente, quase todas as ilhas têm perdido população e, mais grave, envelhecem. Consequentemente são incapazes de atrair e fixar os seus jovens mais qualificados e jovens no geral. Em contraponto S. Miguel e Terceira, mas particularmente S. Miguel e seus concelhos mais urbanos, apresentam crescimento populacional.

Não havendo estudos claros sobre migração interna, nos Açores, sabemos que as migrações ocorrem por fases e, de um modo geral, das zonas menos populosas para os centros urbanos e daí para o exterior da região.

Não terá que ver a concentração de pobreza nas ilhas maiores, nomeadamente em São Miguel, com a migração para estas ilhas?

Não é um facto que estão a sair das ilhas menos populosas os jovens e os mais qualificados?

Se estamos a perder jovens e pessoas mais qualificada nas ilhas menos populosas, não estaremos também a criar, a prazo pobreza nestas ilhas?

Perante os anúncios de uma nova política de combate à pobreza, com elementos singulares e inovadores, depois de tantos meses de expectativa, honestamente estes documentos estão muito longe das novas formas de encarar o fenómeno da pobreza.

E mesmo aquilo que é apresentado como novidade, como por exemplo os polos de desenvolvimento e coesão social, já foram anunciados em 2015, mas nunca saíram do papel.

Deputado João Paulo Ávila *(PS):* Não é verdade!

O Orador: Relativamente às pessoas portadoras de deficiência a estratégia refere a necessidade de se criarem incentivos à sua contratação pelas empresas, mas nada diz sobre o cumprimento, nos Açores, das quotas de emprego para

pessoas com deficiência no setor privado – 2% – e no público – 5% – e nada preconiza como caminho para as atingir.

Mas vamos então a algumas questões concretas e propostas para o imediato, apresentadas de forma resumida:

A Região delegou a gestão da resposta educativa creche em IPSS e Misericórdias e o seu acesso tem custos muito pesados para a generalidade das famílias. Por exemplo, um casal, com um filho, em que cada membro aufere o salário mínimo, que pague uma renda de casa de 200€ (bastante modesta) e com despesas de saúde à volta dos 330€ (anuais), paga 110€, por mês, em creche.

- Sendo necessária maior atenção às creches e sabendo que os sectores mais carenciados não recorrem a elas, que medidas concretas propõem e que estímulo para alterar este paradigma? Nos documentos nada se vê de concreto.

- Saúde escolar – física e mental – vai o Governo Regional aumentar o número de profissionais, nomeadamente psicólogos nas escolas? Em que número e qual o calendário?

- Obesidade infantojuvenil, dependências, e não esquecendo o álcool que é de longe a mais disseminada das drogas – o que pretende fazer o governo neste campo?

- Nada se diz sobre o combate à violência de género, em todas as suas dimensões. Porquê? Foi esquecimento?

- Os centros de saúde e hospitais têm listas de espera enormes e mais de 50.000 açorianos e açorianas, não têm médico de família. Como vai o governo criar uma melhor articulação entre as diferentes unidades de saúde? Vai continuar a política de pagar a privados e deteriorar o Serviço Regional de Saúde? Vai o Governo Regional pagar a construção de hospitais privados em vez de investir nos hospitais públicos?

- No combate à pobreza que assume particular gravidade nos idosos, vai o Governo Regional aumentar o cheque pequenino em 15 euros, até ao limite do

salário mínimo regional? Esta medida custa cerca de 6 milhões de euros por ano, o que é muito menos do que comparticipações duvidosas em negócios que o governo financia todos os anos.

- Vai o governo adotar um regime regional de apoio complementar ao RSI?

- Vai o governo alterar a sua política de relações de trabalho, deixando de se comportar como um compressor de salários e direitos dos trabalhadores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Combater a pobreza e exclusão social exige, para além do reconhecimento do problema, que antes de mais se determine quais as causas e as origens da pobreza e da exclusão social e exige vontade política para combater na origem essa pobreza e essa exclusão social e não apenas a mera identificação do fenómeno e a adoção de medidas que sendo importantes não colocam em causa o modelo socioeconómico gerador da pobreza e da exclusão social, mas antes pelo contrário pretende que se vá mascarando a pobreza e a exclusão social através de ações que apenas minimizem os efeitos sem pôr em causa as suas origens.

Sejamos claros. A pobreza e a exclusão social têm a sua origem num sistema que garante a acumulação de capital por um cada vez menor número de privilegiados através da exploração de um cada vez maior número de explorados e que conduz a uma sociedade cada vez mais injusta na distribuição da riqueza produzida e a estratégias que visando esses objetivos não têm em conta nem questões de natureza social nem questões de desenvolvimento económico e social.

Melhor exemplo para ilustrar esta nossa afirmação é o que se passa neste momento com a COFACO, aqui ao lado na Madalena do Pico, onde na mira do lucro e só do lucro fácil não se hesita em despedir cerca de duas centenas de trabalhadores e lançar na miséria agregados familiares inteiros apenas e tão somente porque o objetivo é atingir maiores lucros para os acionistas e o desenvolvimento económico e social é questão de plano secundário.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quando na proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028 lemos, e passo a citar: "(…) a pobreza será, de forma decisiva, impactada pela criação de mais e melhores empregos" (fim de citação), não podemos estar mais de acordo, só que uma coisa é a afirmação do Governo inscrita no documento de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, outra bem diferente é a sua prática.

O encerramento da fábrica da COFACO da Madalena do Pico e o despedimento dos cerca de 200 trabalhadores não apenas encaminha diretamente para a pobreza e exclusão social os trabalhadores em causa, como também as respetivas famílias.

Basta isto para efetivamente se perceber que o real combate à pobreza e à exclusão social nos Açores é coisa que para o Governo Regional não é para levar a sério e a sua Estratégia de combate à Pobreza e Exclusão Social mais não é que um rol de boas intenções apenas para constar, pois quando se trata de combater na prática a pobreza o Governo muito convenientemente se coloca do lado daqueles que irresponsável e egoisticamente a promovem, colocando os seus interesses acima de todos os outros.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No documento de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social vemos identificado e bem algumas estratégias no tocante à infância, à juventude e à terceira idade, mas quanto aos trabalhadores, como neste caso, que são atirados para o desemprego demasiado novos para terem acesso à reforma e demasiado velhos para reintegrarem novo emprego, nada mais lhes resta que engrossar o contingente da miséria quando lhes acabar o subsídio de desemprego, ou na melhor e pouco provável das hipóteses serem de novo reintegrados para a nova fábrica, naturalmente com novo contrato de trabalho com direitos e remunerações inferiores às atuais, como aliás é prática corrente.

Infelizmente a COFACO não está só, nem é apenas um caso isolado nos Açores.

De facto, desde o início do corrente ano são já mais de três centenas o número de trabalhadores que são lançados no desemprego, para além da COFACO também pela SOMAGUE e que irão muitos deles engrossar os números da pobreza e da exclusão social e para os quais o Governo nada prevê para além do subsídio de desemprego, ou segundo deduzimos pela leitura do documento de Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social de um mero encaminhamento para o empreendedorismo.

É de facto preocupante, tal como são preocupantes as omissões existentes no referido plano estratégico do Governo, tais como a falta de uma estratégia que vise a correção de assimetrias, das desigualdades, de uma justa e equilibrada distribuição da riqueza.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Combater as origens e causas da pobreza e da exclusão social passa necessariamente por uma economia que promova um desenvolvimento económico socialmente útil e não apenas tendo em vista a obtenção do lucro

fácil e imediato, na qual o desemprego e a pobreza são fundamentais para uma prática de baixos salários e para a retirada de direitos aos trabalhadores.

Combater a pobreza na nossa Região implica também os devidos aumentos do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, que o PCP vem propondo e como sempre o PS vem rejeitando.

Já é tempo de acabar definitivamente com o "faz de conta" do combate à pobreza e exclusão social e de passar com medidas eficazes e tomadas de posição oportunas em cada momento de assumir de verdade o combate à pobreza e à exclusão social.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto não é a primeira vez que o Sr. Deputado traz a esta Casa interpelações ou intervenções sobre esta matéria e na última que tive oportunidade de reler dei conta de uma abordagem cuidadosa ao tema, que com certeza assenta nos fundamentos, até no conhecimento próprio que tem desta situação e no cuidado que teve no uso das palavras na última intervenção que proferiu, então em 2012.

A dada altura dizia: "nenhum Governo do mundo consegue derrotar sozinho, nas presentes e dramáticas circunstâncias, a pobreza e a indiferença que lhe está associada. É necessário, de todos os agentes económicos, as Instituições de Solidariedade Social e de todos e cada um dos cidadãos".

Portanto, no fundo, todos seremos poucos para enfrentar este combate ou fazer este combate.

Também dizia nesta sua intervenção que não citou na altura um único número exatamente porque entendia que a natureza da questão devia ser colocada neste plano, num plano de abordagem tranquila, honesta, serena, mas que nos permitisse fazer um diagnóstico concreto da situação e, no fundo, preparar medidas que nos permitissem alavancar o desenvolvimento e na alavanca do desenvolvimento tirar as pessoas que se encontravam em situação de pobreza e exclusão social.

A sua opção de hoje foi um pouco diferente. De qualquer forma não deixou de ter o mérito de colocar a sua perspetiva sobre o assunto e trazer alguns contributos e algumas preocupações.

Nessa medida, permita-me, também dizia exatamente que nesta matéria o que nos une é o objetivo final, que é diminuir o número de pobres, eliminar o número de pobres. Muitas vezes as formas de chegar lá são exatamente aquilo que nos diferencia.

Nesse plano focou aqui uma questão, dizendo que este plano tem uma natureza demasiado assistencialista.

Permita-me discordar desta sua abordagem e discordar fundamentadamente. Não há uma única medida assistencialista nesta proposta de Estratégia ao Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Não há uma única medida de natureza assistencialista!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Aliás, deixem-me que lhe diga que esta estratégia exatamente não é um repositório de medidas. É a definição de um conjunto de prioridades estratégicas.

As medidas estarão estas, com o devido orçamento, contempladas num plano de ação bianual, o primeiro dos quais 2018/2019.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Aí, sim, teremos um conjunto de medidas com vista a concretizar cada uma das prioridades estratégicas e teremos necessariamente o seu calendário de execução e a devida orçamentação, respondendo também à sua primeira questão.

Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, discordando naturalmente da abordagem que faz ao diagnóstico e designadamente da referência que faz às opções estatísticas utilizadas no que diz respeito ao rendimento das famílias, a opção foi clara. Nós utilizámos dados estatísticos das entidades credíveis a nível nacional e a nível regional, incontestáveis por isso, e, portanto, o tratamento, por exemplo, do Rendimento Social de Inserção que não sendo, uma medida estatística, um indicador estatístico, mas sim uma prestação social, esses sim, existem elementos que são da Região e trabalhados a nível regional, mas sempre assentes numa base estatística sólida.

De qualquer forma no que diz respeito, por exemplo, à taxa de risco de pobreza, que já aqui foi invocada, a última é de 2014, porque era feita numa base de cinco em cinco anos.

Portanto, naturalmente que a próxima (aliás também consta do diagnóstico) os elementos estatísticos a esse nível de taxa de risco de pobreza serão facultados e disponibilizados pelo INE em 2019, com fundamentos no ano de 2018, e, portanto, perceberemos então a evolução ao nível da taxa de risco de pobreza de 2014 para 2018, por exemplo, a esse nível, apenas para dar uma referência.

De qualquer forma, fez aqui menção a dois aspetos que lhe dizem diretamente respeito e que têm a ver com as creches e com a violência de género e por que não a violência de género não estar aqui focada como prioridade estratégica.

É óbvio que, isso sim, são fatores que são discutíveis, ou seja, nós propomos estas prioridades e estão à discussão estas. Naturalmente que poderiam ter sido propostas outras, mas em função do diagnóstico efetuado entendemos que estas eram as mais relevantes e aquelas que tinham condições de alavancar a médio e

longo prazo o desenvolvimento da nossa região, designadamente aquelas que têm a ver com a componente da consolidação do nosso sistema de ensino e com os resultados que esse sistema de ensino produz, ou ao nível da saúde, por exemplo, a cobertura de médico de família e outras circunstâncias.

De qualquer forma, apesar do que diz, de não ser mencionado, é mencionado e justificado o facto para a não inclusão da violência de género.

Aliás, a não inclusão da violência de género, como por exemplo também soluções ou estratégia para os sem-abrigo ou repatriados, acontece exatamente porque foi entendimento nosso, naturalmente, mas assente na auscultação que foi feita à população e às nossas redes parceiras, que as propostas existentes e o plano que temos em execução têm dado resposta às necessidades que esse grupo enfrenta.

Depois, menciona a questão das creches e da opção do Governo Regional de consolidar uma rede assente em IPSS e Misericórdias ou em parcerias com IPSS e Misericórdias.

Sim senhor, Sr. Deputado, é verdade! Isso foi uma opção tomada por estes governos, desde 1996 e mesmo até antes disso, e a nível das creches com resultados bastante positivos.

Aliás, nós entendemos e este é um dos aspetos que focamos nas nossas prioridades estratégicas, e fazemos uma análise, penso eu, cuidada e que merecerá da vossa parte, ou mereceu da vossa parte, com certeza também alguma atenção.

É verdade que a Região atingiu a taxa mínima de cobertura ao nível das creches, é verdade, até já superou, mas se analisarmos cuidadosamente a frequência, ou seja, quem são os frequentadores das creches, que crianças frequentam as creches, concluímos que a taxa de frequência é creche com o nível de rendimento da família.

Portanto, importa-nos fazer crescer o número de crianças que frequentam a creche das famílias mais carenciadas.

Portanto, temos este propósito: estabelecemos uma meta muito concreta de atingir, em 2028, 50% das crianças, do primeiro escalão, devem estar a frequentar uma creche.

Naturalmente que isso não acontece hoje não pelo facto de não existirem as vagas em creche, mas sobretudo porque os pais ainda não estão suficientemente sensibilizados para a importância que a frequência deste tipo de respostas pode ter no desenvolvimento integral das suas crianças.

Muito obrigada.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio dia e dez.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 16 minutos.

Vamos então dar continuidade ao nosso debate. Está inscrita a Sra. Deputada Graça Silva.

(*) **Deputada Graça Silva** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria, nesta minha intervenção de, em primeiro lugar, saudar o Governo Regional pela decisão de colocar o combate à pobreza e à exclusão social no

centro da sua agenda política, deixando absolutamente claro que se pauta pela premissa de não deixar ninguém para trás. Digo o que todos sabem, mas digo-o. Saudar também pela coragem, realismo e até pela humildade presentes na proposta.

É um documento orientador, de caráter abrangente e transversal a várias áreas de governação, que busca respostas adequadas às necessidades das pessoas com respeito pela sua dignidade, pelos seus interesses e aspirações.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Estas são premissas bastante claras no documento apresentado.

É um documento pioneiro no nosso país e na Europa.

Deputado Luís Garcia *(PSD):* Na Europa?!... No mundo!

A Oradora: Esse pioneirismo é reconhecido por todos os peritos da área.

O momento que agora decorre, senhoras e senhores, é de grande importância para a proposta que se encontra aqui em discussão.

É um momento de consulta pública e é um momento de desafio coletivo que exige o envolvimento de todos,…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … forças políticas, agentes públicos e privados e instituições.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* E da sociedade civil, todos os dias!

A Oradora: Foi exatamente com esse objetivo que o Partido Socialista realizou uma série de reuniões com instituições transversais em todas as áreas, nas suas áreas de ação, e todas elas reconheceram a importância fundamental desta estratégia.

A estratégia, como é conhecido de todos, foi precedida de um trabalho de diagnóstico, também conhecido de todos, e que embora nos traga alguns indicadores positivos obviamente que não nos descansam.

Aliás, a apresentação da estratégia é bem a prova disso.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Mas não posso deixar de referir que o diagnóstico deixa também bastante claro que há um antes e um pós Governo Pedro Passos Coelho/Paulo Portas…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado José San-Bento *(PS):* Aí é que está!

A Oradora: … que, com a sua crença de que com medidas de austeridade é que se ia lá, aliás, mais austeritário do que a própria troika, foi com políticas além da troika que deixou o país com índices de pobreza e de desemprego nunca vistos na história da democracia portuguesa,…

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Exatamente!

A Oradora: … e lançou no desemprego e para a pobreza milhares de trabalhadores em Portugal.

Mas também saudar aqui o Governo Regional por não ter baixado os braços nessa altura e de nunca ter abdicado das suas competências para responder através de medidas regionais às enormes dificuldades que enfrentavam muitos açorianos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Digo que são exemplo, como já foi até aqui referido pela Sra. Secretária, o Complemento Regional de Pensão, o COMPAMID, os Programas de Emprego (sim, Srs. Deputados, os Programas de Emprego!), os Programas de Apoio às Empresas Regionais, os Complementos ao Abono de Família, os Complementos Salariais, entre outros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Por isso, e por outros fatores, temos, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, muito orgulho do forte incremento das políticas sociais que a Região conheceu nos últimos 21 anos.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Orgulhamo-nos com a consciência absoluta que ainda há muito trabalho a fazer para que haja uma justa e adequada distribuição da riqueza e essa estratégia, Sras. e Srs. Deputados, tem exatamente essa ambição e essa coragem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Aqui saudamos o Governo do Partido Socialista por ter essa ambição e essa coragem.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

A Oradora: No entanto, Sra. Secretária, gostaria de lhe dirigir uma pergunta.

Reconhecendo que não consta do documento da estratégia, mas sendo uma medida de combate à pobreza, gostaria que nos explicasse, até para de uma vez por todas percebermos e todos saibamos, em que consiste a medida dos cabazes alimentares, que tantas vezes foi aqui referida pela oposição?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizia a Sra. Secretária Andreia Cardoso que em 2012 eu fiz um discurso em que não citei muitos dados, em que fui descritivo em relação à urgência social que os Açores na altura estavam a enfrentar.

Eu devo dizer que se voltasse a escrever o discurso voltaria a escrevê-lo da mesma forma, tendo em conta as circunstâncias dramáticas que estávamos a enfrentar.

Devo dizer que voltaria a escrever e escrevo que o combate à pobreza é uma tarefa de todos, é uma tarefa que cabe a cada professor, em particular, a cada

médico, a cada psicólogo, a cada agente social que está no terreno. Deve conhecer os problemas, deve implicar-se e deve ter um espírito de missão para a sua resolução. Voltaria outra vez a escrever isso e escrevo.

Mas há uma responsabilidade por parte de quem governa. Quem governa tem que mobilizar a sociedade para as missões que tem que enfrentar, para as injustiças que tem que corrigir.

Essa mobilização tem que ter uma promessa, uma promessa de um futuro melhor, de um futuro mais próspero, de um futuro menos desigual.

Essa mobilização tem que conseguir exteriorizar essa energia, essa capacidade de mudança, e acontece que o Partido Socialista por circunstâncias que têm a ver com as sucessivas vitórias eleitorais que obteve, conseguiu um ciclo de governação longo, um ciclo de governação que somará 24 anos no final desta legislatura. Isto permite-lhe, ou ter-lhe-ia permitido enfrentar os grandes problemas de âmbito estrutural como é a pobreza.

O combate à pobreza eu estou de acordo, não é algo que se possa resolver em dois, três anos, quatro anos, cinco anos, seis anos, mas é algo que se pode resolver e que se deveria ter resolvido com resultados muito mais aceitáveis em 21 anos de governação. Esta é a critica que eu tenho que honestamente que fazer, porque eu não posso aceitar estes valores.

Não posso aceitar que a Região Autónoma dos Açores, depois de um Governo Socialista, mantenha a sociedade mais desigual de Portugal. Nós somos a sociedade mais desigual, a sociedade em que os rendimentos se distribuem de forma mais desigual e injusta. Eu não posso aceitar!

Em pertenci a um grupo de trabalho, há uns sete ou oito anos, em relação ao Rendimento Social de Inserção e o que é nós constatámos, o grupo de trabalho deste Parlamento?

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: Constatámos que os avós já recebiam Rendimento Social de Inserção, os pais também receberam e os filhos já o recebem e que estes valores…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Bem lembrado!

O Orador: … de eternização da pobreza, no Rendimento Social de Inserção, especificamente, são mais de 90%, aqueles que se encontram neste tipo de situações.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É intergeracional!

O Orador: E isto significa que a pobreza não se resolveu, que as famílias, as mesmas famílias que estavam em situações de pobreza, há 20 ou 30 anos, continuam a permanecer nessas dificuldades do ponto de vista social e financeiro. Portanto, o problema não se resolveu.

Eu penso que o que os governos do Partido Socialista não podem dizer é que não tiveram tempo.

Tiveram tempo!... Tiveram muito mais tempo do que qualquer outra força política nos Açores! Tiveram muito mais tempo do que a grande, a esmagadora maioria dos governos nacionais e regionais da Europa. Tiveram muito mais tempo que todos os outros.

Depois de todo este tempo nós continuamos a ser a região com maior índice de pobreza nacional.

Nós continuamos a ter os piores resultados escolares nacionais, nós continuamos a ter a taxa de fecundidade na adolescência que supera a média nacional, nós continuamos a ter taxas de retenção e de desistência no ensino regular muito superiores às registadas no resto do país, em especial no ensino secundário.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: Nós continuamos a ter no âmbito do emprego uma taxa de atividade mais baixa que a média nacional, continuamos a ter uma classe média raquítica…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Os pobres!

O Orador: … que não tem vindo a incrementar-se e que está muito distante dos valores nacionais.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É preciso responder a isto!

Deputado José San-Bento *(PS):* Se for preciso respondemos!

O Orador: Nós continuamos a ter o menor nível médio de rendimento familiar a nível nacional, nós temos a taxa de pobreza monetária que está a nove pontos acima da média nacional, nós temos a mais alta taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção a nível nacional.

Nós temos um conjunto de indicadores, que são indicadores que foram recolhidos pelo diagnóstico que foi feito pela equipa que apresentou esta estratégia, que indicam claramente que permanecemos no último lugar. Isto significa que não avançámos e isto significa que não progredimos de forma suficiente e isto significa que não avançámos no âmbito da inclusão social.

É evidente que há um ou outro êxito numa ou outra temática, mas o panorama geral é mau, é muito mau.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É péssimo!

O Orador: É por isso que eu aqui trouxe a este debate esta questão, porque esta questão continua a ser uma batalha que se tem que ganhar.

Devo dizer (termino) que não senti nesta nova fase que o Governo Regional tenha um discurso mobilizador para vencer, para ultrapassar estas dificuldades que a sociedade açoriana continua a enfrentar.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins *(CDS-PP):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, uma vez que a senhora iniciou aqui a sua intervenção falando na grave crise económica de 2009 e no impacto que isso teve na pobreza, e depois também a Deputada Graça Silva acabou por referir os malefícios do Governo da República 2011/2015, o que eu lhe pergunto é como é que explica o Índice de Gini, que é um índice de desigualdade social e que mede o fosso entre os mais ricos e mais pobres, na região?

Aqui verifica-se, por exemplo, que em 2009 tínhamos um fosso menor ao que se verificava na República,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: … que era 34 pontos na Região e 36 na República.

Em contrapartida em 2014 o fosso na República diminui para 35 pontos. Já na região aumenta para 37.3, que se traduz num fosso, superior até, ao que se verificava em 2009, na República.

Quer isto dizer então que houve uma melhor redistribuição da riqueza na República, com o Governo que vocês tanto apregoam como o pior Governo de sempre para a Região. E eu pergunto: quem é que era a Secretária Regional da Solidariedade Social nessa altura?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** *(Vasco Cordeiro):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para intervir neste debate, porque me parece que a matéria que aqui está em debate é bastante importante. É talvez das matérias que do ponto de vista estratégico, do ponto de vista geracional, pode ter mais

importância para o nosso futuro coletivo e é por isso que pedi para intervir neste debate.

Para intervir neste debate não apenas salientando alguns aspetos que, decorridas que são cerca de duas horas, já me parecem ressaltar do mesmo, mas também para esclarecer algumas questões que estão, no fundo, a tentar instalar-se neste processo.

A primeira ideia é que um mês aproximadamente depois, ou um mês e meio, da apresentação da proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, e cerca também de um mês depois do Governo ter tentado trazer este assunto a esta Casa, através de uma comunicação no plenário de dezembro que não foi possível realizar, o plenário da Assembleia encontra-se a discutir esse assunto e esse é um aspeto positivo.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar eu gostaria de dizer o seguinte:

Se este debate terminasse já, na minha opinião, era possível perceber claramente as motivações dos diversos intervenientes.

Da parte de alguns partidos da oposição viram neste debate uma oportunidade para criticar o Governo. Da parte do Governo, este é um debate que permite melhorar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e assim servir melhor os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós assistimos àquilo que na minha opinião (na minha opinião!), da parte de alguns dos intervenientes, é uma visão de tal forma sectária e extremista que perdemos todos.

Se é possível questionar, como questionou o PSD, 21 anos depois (esperámos 21 anos), o que eu gostaria de dizer como açoriano e como Presidente do Governo é que não, nós não esperámos 21 anos. Nós esperámos 40 e tal anos…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … para ter na região uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão esteve nesta sua última intervenção duas expressões que resumem de forma exemplar, por que é que nós aqui estamos, por que é que o Governo apresentou uma proposta de Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* E há 10 anos não tivemos um? Há 10 anos tivemos um!

O Orador: O Sr. Deputado disse, "eu não posso aceitar esses valores; nós não progredimos de forma suficiente". São estas as razões pelas quais o Governo apresentou esta proposta: nós não aceitamos esses valores, nós não progredimos de forma suficiente. São estas as razões!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em relação ainda a diversas questões que aqui foram referidas, há uma ideia que talvez o Governo não tenha sido capaz de passar de forma clara, não que não tenha tido um discurso motivador. Aí não concordo com a apreciação do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Esta é uma estratégia, em primeiro lugar, que não se reuniu o Governo um dia, uma tarde de temporal, numa sala fechada e disse assim: agora vamos fazer uma estratégia!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Temporal!

O Orador: O que aqui está proposto é o contributo não apenas de quem faz da sua vida e do seu trabalho o combate à pobreza, mas também de quem faz da sua vida e do seu trabalho a análise científica deste tipo de fenómeno.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Há muitos anos propusemos exatamente com os mesmos argumentos e o senhor chumbou!

O Orador: Esta é uma estratégia relativamente à qual, e este é outro facto que gostaria de registar, ninguém, até ao momento, que eu tenha percebido, pôs em causa a sua validade científica e a forma séria como ela foi feita.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: Podemos discordar das soluções. Claro que podemos! É para isso que nós cá estamos, mas a forma séria como esta proposta de estratégia foi feita é inquestionável,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Já lá vamos!

O Orador: … porque esta é uma proposta feita não só por quem faz da sua vida o combate à pobreza, mas quem faz da sua vida o estudo e a análise destas matérias.

Em terceiro lugar, uma diferença que é fundamental face a algumas intervenções que aqui ouvi. Da parte do PSD salientou-se propostas que foram apresentadas por esse partido e que foram rejeitadas, propostas que incidiam sobre o aumento de alguns apoios sociais, de alargamento de apoios sociais.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Dez propostas!

O Orador: Há, desde logo, uma contradição.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Intervenção precoce, rede social…

O Orador: E a contradição é, nós não podemos simultaneamente acusar o Governo de ter uma postura assistencialista e aquilo que propomos é exatamente o reforço daquilo que são os apoios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Foram dez propostas! Apoio à alta construção, uma proposta assistencialista!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* O senhor só citou as que lhe deram mais jeito!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A abordagem que o Governo faz a esta matéria é absolutamente clara, transparente, sujeita à crítica, sujeita à discordância.

Nós entendemos que as prioridades que estão definidas neste documento e os consequentes planos de ação que lhe vão suceder, concretizando ainda mais essas ações, essas medidas, são a resposta que deve ser dada a esse fenómeno, não para nós continuarmos a ter uma situação estruturalmente de pobreza e apenas pretendermos colmatar a visibilidade dessa situação. Não!

A abordagem que aqui está é diferente. É estrutural, com a aposta que coloca na educação, com a aposta que coloca na saúde, com a aposta que coloca no emprego, e isso é feito não pelo Governo. Isso é feito não pelo Governo!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Se fosse à vossa espera nunca mais lá chegávamos!

O Orador: O Governo tem a responsabilidade e cumpre-a com a apresentação desta proposta, com este debate também e com a aprovação das medidas que lhe vão suceder, mas este é um combate que gostaria, eu, que fosse o combate dos Açores e dos açorianos.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Da parte do Governo (julgo! Estou convicto!) estamos a cumprir o nosso papel.

Quem pretender centrar o debate no passado é livre de o fazer, mas podemos mesmo assim discuti-lo…

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Não dá jeito!

O Orador: … porque aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão é verdade. Nós não estamos satisfeitos com esse valor, mas estamos muito satisfeitos com o percurso de convergência, com o percurso de atenuar esse fenómeno que, mesmo assim, conseguimos desenvolver ao longo de 40 anos de Autonomia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ao longo de 40 anos de Autonomia!

Quem quiser transformar este assunto, como aqui já vi a tentativa de alguns partidos tentarem fazer, como um exercício de crítica e de maldizer em relação ao Governo, é livre de o fazer.

Aquilo que o Governo aqui está a fazer é algo de diferente, completamente diferente.

Esta é a nossa proposta de estratégia.

Da parte do PPM, da parte do Bloco de Esquerda, foi possível ver questões, dúvidas e discordâncias também.

Da parte do PSD, da parte do CDS, eu não vi essas discordâncias.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Inclusivamente propostas, Sr. Presidente!

O Orador: A proposta que o PSD, na Estratégia Regional de Combate à Pobreza, apresentou, foi bastante elucidativa: que devia de haver um órgão executivo para coordenar.

Está tudo dito.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Estão a fazer das nossas propostas aquilo que fizeram com as outras dez: diminuir, até caírem em si!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu vou aqui relembrar o Sr. Presidente do Governo que o combate à pobreza obviamente não surgiu agora e vou mostrar aqui o Plano Regional de Ação, elaborado em 2010. Portanto, não foi de agora. De facto, em 2010 já houve essa preocupação. Lamentavelmente, se produziu algum tipo de efeito, nós não sabemos os resultados do mesmo, talvez a Sra. Secretária Regional aqui nos pudesse falar sobre isso.

Já agora também queria dizer que o nosso pacote social que integrava a dita rede social, no artigo 3.º é bastante claro e diz o seguinte:

"A rede social é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que tem por objetivo:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais".

Já nesta altura o PSD preocupava-se com esta temática.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* E o que é que aconteceu a esse diploma?

A Oradora: Propôs este pacote aqui, a esta Assembleia.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* E o que é que aconteceu?

A Oradora: Lamentavelmente os senhores chumbaram este diploma.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Não é verdade!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* É verdade, é! É esse o vosso tipo de atuação!

A Oradora: Da mesma forma, o PSD propôs aqui outras medidas:

- o programa de apoio à autoconstrução, ao longo de vários planos e orçamentos;
- o apoio à fatura energética das Instituições de Solidariedade Social, ainda este ano aqui apresentado;
- a rede social;
- o reforço padrão do valor que é pago ao cliente das instituições;
- o apoio domiciliário aos domingos e feriados;

O apoio, não…

- medidas específicas na área de intervenção precoce e educação especial.

O que é que os senhores fizeram consecutivamente?

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Chumbaram!

A Oradora: Chumbaram as medidas nesta Casa!

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Por maldade!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Para mal dos pobres, só porque era uma medida do PSD!

A Oradora: Portanto, não venham dizer que o PSD não contribui.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas se quer falar também das medidas que consideram assistencialistas,…

Deputado André Bradford *(PS):* Os senhores é que consideram!

A Oradora: … como o reforço que nós aqui propusemos ao Complemento Regional de Pensão, ao Abono de Família, não tenhamos ilusões, e eu tenho a certeza que o Sr. Presidente sabe disso: sem estas medidas estaríamos aqui a falar de uma taxa de pobreza cada vez mais grave.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

Deputado André Bradford *(PS):* Por isso é que os senhores cortaram o RSI!

A Oradora: Convido-a a ler este diploma, esta revista.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Talvez vou arranjar-lhe um original!

Deputado André Bradford *(PS):* Qual?

A Oradora: Não interessa!

Deputado André Bradford *(PS):* Eu não consigo perceber o que é!

A Oradora: Como a senhora sabe tem aqui medidas bastante importantes e veja o que diz também em relação a estes apoios sociais e a importância que têm.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Deputado André Bradford *(PS):* Mas eu não consegui perceber o que é!

A Oradora: Mais!... Infelizmente já assistimos aqui por três vezes a vários Srs. Deputados a porem a culpa deste panorama da região no Governo de Pedro Passos Coelho. Lamentavelmente esquecem-se que antes de Pedro Passos Coelho…

Deputado José San-Bento *(PS):* Não nos esquecemos não!

A Oradora: Esquecem!

… existiu o Eng.º José Sócrates, provavelmente eleito pela maioria de todos vós.

Deputado André Bradford *(PS):* Portugueses! Eleito pela maioria dos portugueses!

A Oradora: Se formos ver os números que antecedem Pedro Passos Coelho, olhemos, por exemplo, para o relatório da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, em novembro de 2009.

"Os Açores são a região do país com a maior taxa de incidência de Rendimento Social de Inserção por população residente.

7.8% dos residentes dos Açores são beneficiários deste apoio social".

Em novembro de 2009!

Outro dado importante para estes números é que "dos que cessaram de receber a prestação social do Rendimento Social de Inserção, 20% regressaram ao apoio, ou seja, não se conseguiram libertar da sua condição de pobres.

Nos Açores, o valor médio de prestação por agregado familiar e por beneficiário é superior à média nacional." Estamos a falar de novembro de 2009.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Quem é que governava nessa altura?

A Oradora: E para terminar, também em novembro de 2010, com o Eng.º José Sócrates como Primeiro-Ministro da República, mais de 3.000 crianças perderam o abono de família. Portanto, isto é tudo anterior ao Pedro Passos Coelho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Já nessa altura havia pobreza nos Açores.

Deputado André Bradford *(PS):* É preciso não ter vergonha!

A Oradora: Para terminar, e finalmente como já perguntei e questionei, gostaria de saber, ao fim destes anos todos, por que é que o Governo finalmente decidiu reconhecer que é necessário o combate à pobreza, ao fim de 21 anos de governação socialista?

Deputado José San-Bento *(PS):* Já foi provado que não é isso!

A Oradora: Gostaria de saber o que é que foi feito então ao Plano Regional de Ação elaborado em 2010?

E, de facto, se está tudo bem na Região, talvez nos saibam responder por que é que o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção continua consecutivamente a aumentar?

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está no diagnóstico. Leia o diagnóstico!

A Oradora: Basta para isso vermos os números que ainda hoje são disponíveis e alguns artigos que são escritos nos jornais da Região.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Referiu V. Exa. e bem que são 40 anos de Autonomia e obviamente com a responsabilidade implícita do PSD que governou até 96.

Mas, Sr. Presidente, lembra-se de 96 e do ano em que os senhores tomaram posse, o Governo do Partido Socialista, o primeiro (há 21 anos, portanto)…

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Vinte e um anos depois e continua na mesma!

O Orador: … em que os senhores fizeram um diagnóstico daquela que era a miséria que vinha do PSD. Os senhores diagnosticaram e prometeram resolvê-la, em 96.

Vou ler o Programa do VII Governo Regional, que dizia (lembra-se, Sr. Presidente!) "a resolução da exclusão social e da pobreza não deve ser encarada apenas como uma competência do Estado ou dos seus órgãos, mas sim como uma tarefa da sociedade, tanto mais que o Estado já deu amplas provas de incapacidade".

Deu no passado, no diagnóstico que o senhor fez, o seu Governo, e dá no presente, no diagnóstico que eu faço, do seu Governo.

Vinte e um ano depois continuamos na mesma, Sr. Presidente, e devo dizer, os senhores em 96 prometeram e não cumpriram; em 2010 tentaram e não conseguiram, e agora vêm fazer um *mea culpa* e não se querem sujeitar à crítica.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A democracia, Sr. Presidente, permite-nos criticá-lo e com razão.

Quanto à proposta do CDS, faço-lhe o desafio, Sr. Presidente do Governo: quer discutir connosco? Sentar-se à mesa, para discutir um novo modelo de desenvolvimento dos Açores? Um modelo multipolar que desenvolva os Açores, contrariando a teoria da locomotiva, Sr. Presidente? É esta a proposta do CDS.

Eu não lhe vou dar um aumento no cheque pequenino, um aumento no cheque grande.

Quer discutir o desenvolvimento dos Açores ou não quer? É essa a proposta do CDS e não é de agora, Sr. Presidente.

Já nas últimas eleições, como se lembra, nos debates, eu disse isso. Não é de agora!... Já vem de há longo tempo.

Mas os senhores falharam, de 96, redondamente.

E vou dizer-lhe uma das coisas que os senhores aqui prometeram e é hilariante ler esta coisa.

Os senhores diziam então que "o Governo pretende, para combater essa pobreza e a exclusão social, investir na criação de estabelecimentos escolares mais pequenos".

Oh, Sr. Presidente!... Os senhores destruíram as escolas de freguesia!... Fecharam-nas todas!...

"O Governo considera inadequadas as escolas com mais de 600 alunos. A UNESCO considera que a partir de 600 alunos estas perdem a dimensão humana tornando-se demasiado impessoais, facilitando o surgimento de

fenómenos como o consumo de droga, a delinquência e agravando os fenómenos de exclusão".

Os fizeram o contrário!... Fizeram escolas grandes, Sr. Presidente!

Sr. Presidente, isto parece brincadeira, mas é verdade. Os senhores escreveram uma coisa…

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Brincadeira é o que o senhor está a fazer!

O Orador: Não, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Programa de 1996!

O Orador: Sim, o seu.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Tem piada!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Tem piada! O senhor foi eleito esse ano! O primeiro ano que o senhor foi eleito!

O Orador: Os senhores escreveram uma coisa e fizeram o contrário e isso, Sr. Presidente, é uma vergonha. Isso é vergonhoso.

Deputado José San-Bento *(PS):* Está a ficar sem água no leme!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Sem água no leme estava a lancha no Pico!

O Orador: Depois, Sr. Presidente, mais uma oportunidade que os senhores tiveram de combater a pobreza.

Sabe qual foi, Sr. Presidente? Vem de um governo do PSD e do CDS de 2004, Durão Barroso e Portas.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* E a gente não aproveitou!

O Orador: Exatamente!

E sabe o que foi, Sr. Presidente? E o senhor já era membro do Governo!

Sabe o que foi? O Programa EFTA para Rabo de Peixe.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* E o Portas fez transferências para a reconstrução?

O Orador: Vinte e três milhões de euros e os senhores falharam redondamente em Rabo de Peixe.

Sabe porquê, Sr. Presidente?

Porque em 2005 o camarada Sócrates foi para o poder, desmantelaram tudo o que estava a ser feito, para distribuir "tachos" nos Açores, nomeadamente a quem veio a ser Secretária Regional, Piedade Lalanda, que coordenou o Programa nos Açores.

E o que é que deu, Sr. Presidente? Deu desgraça!...

Fizeram mais bairros de betão em vez de barracas! Bairros!...

Os senhores fizeram bairros de pobres, juntaram pobres! Não combateram a pobreza, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Para esse campeonato…

O Orador: Não, Sr. Presidente!.... Vai ouvir até ao fim.

2010, Estratégia Europeia de Combate à Pobreza.

Os senhores apresentaram um Programa de Combate à Pobreza em 2010.

Plano Regional de Ação 2010, Ano Europeu de Combate à Pobreza.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já acabou o tempo?

Presidente: Já, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, eu julgo que ainda tinha 9 minutos. Eu vou ver depois, mas vou terminar.

Sr. Presidente, este é o programa e os senhores ainda passaram pelo PECA, Programa Estratégico de Combate à Pobreza, e não fizeram também nada. Depois comparando um com o outro. Diz um…

O senhor falou na saúde, na educação, etc….

O que é que tinha em 2010?

O senhor tinha um Programa Regional de Saúde Escolar e de Saúde Infantojuvenil.

O que é que o senhor tem agora?

Uma Promoção de Saúde Infantojuvenil, através da resposta pública. Exatamente a mesma coisa que tinha em 2010.

O senhor tinha um Plano Regional de Ação para o alargamento do Programa Reativar. O senhor tem agora novos programas como o REATIVAR +, o FIOS, etc..

O senhor tinha em 2010 o Programa Regional da Saúde Mental, tem agora o Programa para a Promoção da Saúde Mental, exatamente o que tinha em 2010.

O senhor tinha, em 2015, anunciado a criação de polos de desenvolvimento. Agora, vem criar a mesma coisa.

Deputado André Bradford *(PS):* E o que é que aconteceu?

O Orador: O senhor pode deixar-me acabar? O senhor pode deixar-me acabar, porque eu não tenho tempo?

Deputado José San-Bento *(PS):* Já devia ter terminado!

O Orador: O senhor tinha em 2010, naquele plano, o lançamento do Observatório para a coesão social nos Açores.

O senhor em 2017 vem propor a criação do Observatório das dinâmicas sociais dos Açores, que é exatamente a mesma coisa, Sr. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Vou terminar.

Presidente: Já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: O senhor tinha um Plano Regional de Ação que dizia "melhorar a resposta ao apoio domiciliário em 2010". Em 2017, "alargar os serviços de apoio aos domicílio num programa de avaliação de cuidado ao serviço".

Sr. Presidente, sabe por que é que isto não vai dar certo? Porque em 2008 não deu, em 2010 não deu, em 96 não deu e isso não tem credibilidade para dar certo porque os senhores não querem desenvolver os Açores. É esta a nossa opinião.

Os senhores estão a reciclar aquilo que fizeram no passado. Não podem querer ter um futuro melhor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Informo que o CDS esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Olhe! Sem água no leme!... Sabe quem é que estava sem água no leme? Foi o barquinho que entrou na Madalena e ficou encalhado!

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os níveis de pobreza de que a sociedade açoriana padece hoje são o retrato mais duro e cruel dos insucessos da nossa Autonomia.

Não há estrada, palácio, ou museu que consiga esconder esta triste realidade que é o elevado número de açorianos que vivem na pobreza.

Passados 21 anos de governação socialista; depois da transferência de mais de 5 mil milhões de euros vindos da Comunidade Europeia e com os "maiores Planos e Orçamentos de sempre", segundo a propaganda do Governo Regional, eis-nos perante mais um Plano de Combate à Pobreza apresentado por quem nos últimos 21 anos conduziu os Açores para este beco sem saída.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Uma verdadeira estratégia de combate à pobreza nos Açores não vencerá se não for levada a cabo com o contributo das distintas instituições da sociedade civil, da Igreja açoriana e a participação do Poder local na sua implementação.

Quem quiser, na verdade, combater a pobreza nas nossas nove ilhas, terá que pôr de lado ânsias de protagonismo e ser capaz de partilhar a estratégia de combate à pobreza com as Juntas de Freguesia, com as Câmaras Municipais, com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, com os movimentos ligados à Igreja,…

Deputado António Almeida *(PSD):* Muito bem

O Orador: … porque são estes que vivem o dia-a-dia das populações, que conhecem as populações mais necessitadas e que melhor conhecem os meios para combaterem este flagelo que é a Pobreza e a Exclusão social.

Senhora Presidente:

Numa verdadeira estratégia de combate à Pobreza haverá que dar o salto qualitativo. Isto é, há que impedir que a pobreza se eternize; há que impedir que novos pobres continuem a engrossar as filas do Rendimento Social de Inserção.

O Rendimento Social de Inserção não é a forma de combater a pobreza. O Rendimento Social de Inserção é uma "migalha" com que a nossa sociedade tenta esconder as vergonhosas circunstâncias em que vivem milhares de açorianos, é quase um pedido de desculpa por aquilo que não foi capaz de fazer pela justiça social, pela igualdade de oportunidades.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

O Orador: Um verdadeiro combate à Pobreza não poderá conviver com o atual estado de coisas, com um sistema económico e social que não premeia o esforço, que não renumera justamente o trabalho, um sistema cujas prioridades não são a justiça social, mas sim o poder pelo poder.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Um verdadeiro projeto de combate à Pobreza não pode continuar a impedir que um jovem casal que, mesmo que afincadamente trabalhando, não consiga ter uma casa condigna, não tenha acesso aos cuidados de saúde a tempo e a horas, e que os seus filhos não tenham as condições que permitem conhecer o sucesso escolar.

Caros senhores, Caras senhoras:

Acham digno e traz felicidade a alguém que uma moradia com capacidade para albergar, por exemplo, apenas quatro pessoas, nela habitem doze (essa realidade existe)?

Acham digno, que várias dezenas de famílias, todos os dias, têm que se deslocar a uma associação de voluntários para trazerem pão para casa? – essa realidade existe.

Acham digno ainda, que aquelas pessoas que querem trabalhar e assim terem uma vida estruturada, mas que não conseguem, porque não existe emprego, e deste modo procuram a junta de freguesia para que, nem que seja por 100 euros mensais, através do programa FIOS, poderem ter algum dinheiro para sustento da sua família?

Deputado André Bradford *(PS):* O Programa FIOS não foi criado pela Junta de Freguesia! Isso é um complemento!

O Orador: Ou ainda, se acham digno, a situação de famílias que perdem as suas habitações, por incumprimento à banca, por insuficiência financeira, viverem o dia-a-dia, com medo e numa agonia e aflição que alguém lhe bata à porta, e que os obrigue a sair da sua casa (digo e repito: da sua casa!), construída com muito sacrifício e suor?

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem! Isso é que é o mundo real!

O Orador: Em que os seus filhos não entendem o dia em que têm que sair de casa, em que têm que sair daquela casa que os vi-o nascer e onde eles foram criados. Isto nós temos que repor nesta Região.

Um verdadeiro combate à Pobreza tem que ter metas e prazos bem definidos. Não pode viver de notas de imprensa a vangloriar os governantes que distribuem o dinheiro de todos nós.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos encerrar para o almoço. O Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dos Açores dispõe de 6 minutos e 19 segundos, o Partido Socialista de 18 minutos e 32 segundos, o PSD de 3 minutos e 15 segundos, o CDS esgotou o seu tempo, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, o PCP dispõe de 3 minutos e 37 segundos e o PPM de 9 minutos e 48 segundos.

Presidente: Regressamos às 15 para darmos continuidade ao debate.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu inscrevi-me neste debate com o propósito de destacar ou fazer duas notas sobre a forma como até agora temos vindo a debater esta matéria de tão crucial importância, este desafio com que todos nós temos que nos confrontar em prol do progresso e do desenvolvimento da nossa Região.

Confesso que quando o fiz foi antes da intervenção do Sr. Deputado Jaime Vieira e, portanto, não tinha como propósito debruçar-me muito sobre… Aliás, não podia, porque não conhecia o teor dessa intervenção.

Mas depois de o ter ouvido, Sr. Deputado, vou ter que lhe dedicar uns minutos da minha atenção, porque eu pensava, quando o vi inscrever-se e pedir a palavra, que o Sr. Deputado, com a experiência, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, que tem, particularmente de uma freguesia que se defronta com problemas estruturais ao nível da pobreza e da exclusão social, que o Sr. Deputado vinha a debate assumir o seu papel, assumir o papel dos autarcas de freguesia,…

Deputado Luís Garcia *(PSD):* E disse!

O Orador: … assumir o compromisso dos autarcas do PSD em relação a estas questões.

Pensava eu que era esse o propósito e se fosse teria sido uma intervenção que mereceria o meu aplauso, figurado, é certo. Não seria literal, mas seria o meu aplauso figurado.

O que é optou por fazer o Sr. Deputado, dando razão ao Sr. Presidente do Governo quando disse que neste debate havia dois lados, um lado era daqueles que estavam virados para o problema, para o combate ao problema e para o futuro, e do outro lado era os que iam utilizar o problema como arma de arremesso político?

O que é que fez o Sr. Deputado?

O Sr. Deputado sacudiu a água do seu capote! Sacudiu a água do capote dos autarcas do Partido Social Democrata.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

O Orador: E sacudiu precisamente nas áreas geográficas em que o diagnóstico da estratégia e a própria estratégia definem como sendo aquelas onde o problema é mais agudo.

O Sr. Deputado é Presidente de Junta de Freguesia da vila que tem índices mais elevados do problema.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Nem mais!

O Orador: O Sr. Deputado exerce esse mandato pela segunda vez, que me recorde, mas não tem responsabilidade nenhuma, …

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Eu não disse isso, muito pelo contrário!

O Orador: … nem se presta a combater o problema, nem tem uma ideia para o fazer. Apenas se levantou para dizer que a culpa é do Governo Regional do Partido Socialista.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Exatamente!

O Orador: Portanto, isso é muito definidor da postura que o PSD adotou em relação a esta matéria.

Os autarcas do PSD não têm responsabilidade nenhuma, o PSD é poder autárquico em Ponta Delgada há 25 anos. Há 25 anos que o PSD é poder autárquico em Ponta Delgada.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Nunca mais houve candidatos credíveis por parte do PS!

O Orador: A estratégia e o diagnóstico estão feitos.

Ponta Delgada é o concelho com maior incidência destes problemas e os senhores não têm nada para dizer.

O autarca do PSD que falou não tem nada para dizer sobre o poder autárquico, sobre o papel das juntas de freguesia, sobre o papel das câmaras.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O senhor não tem culpa nenhuma!... O senhor não tem responsabilidade nenhuma!...

O PSD gera a Câmara da Ribeira Grande há um mandato e um pouco. Já geriu antes durante muitos anos.

O PSD é o partido que mais vezes assumiu a responsabilidade da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe. Não tem responsabilidade nenhuma!!! Não tem papel nenhum a desempenhar!!! O senhor não se sente parte, não se sente agente deste combate!!!

O senhor levantou-se para dizer que a culpa era nossa.

Deputado Jaime Vieira *(PSD):* Não ouviu o que eu disse! Tem que reler o que eu disse!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ele ouviu, mas não lhe interessa!

O Orador: É exatamente isto que difere, que faz diferir e que mostra como são diferentes as posturas destas duas bancadas.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Fica-lhe mal essa intervenção!

O Orador: Nós estamos aqui em nome de um problema que nós identificámos, em nome de um combate que nós temos que fazer. Nós todos!... Nós todos!... Nós responsáveis políticos, da maioria e da governação; nós responsáveis políticos da oposição e da minoria!

Todos nós temos esse combate pela frente. Todos nós fomos parte do que se passou para trás, atentas as responsabilidades e as competências de cada um e todos nós temos esse combate para fazer daqui para a frente.

Deputado Carlos Silva *(PS):* Muito bem!

O Orador: A diferença é que nós estamos aqui de peito aberto, com os números, com os dados todos muito claros, enquanto os senhores não são sequer capazes de assumir a sua quota parte de responsabilidade nesta matéria.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Que é enorme, é enorme!

O Orador: Essa diferença é substancial.

Da mesma maneira que nós somos, por decisão dos açorianos livremente expressa, o partido com responsabilidades governativas há 20 anos, os senhores têm na vossa bancada Deputados que têm exatamente 20 anos de Parlamento e de oposição e que em 20 anos de Parlamento e de oposição, ao fim desses 20 anos, preferem continuar a dizer que a responsabilidade de um desafio desta natureza é apenas do poder.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Tudo ao contrário do que a gente disse!

O Orador: Mas não é de todo o poder, é só do poder regional, porque o poder autárquico do PSD não tem responsabilidade nenhuma sobre essa matéria

Portanto, é muito difícil…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* É mesmo muito difícil!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ele diz o que a gente não disse para poder atacar com o que diz!

O Orador: … poder contar com os senhores neste desafio.

Nós continuaremos com o mesmo empenho, com a mesma capacidade de assumir e de nos reinventarmos, afinal com aquelas características, aqueles méritos e aqueles defeitos que nos têm permitido assumir as dificuldades da Região, encará-las e procurar suplantá-las e pelos vistos os açorianos acham que nós temos consigo.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** *(Andreia Costa):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos e responder a algumas questões que foram suscitadas na última ronda de intervenções, algumas delas coincidentes e, portanto, merecem naturalmente algum cuidado e serenidade na sua apreciação.

No que diz respeito ao Plano Regional de Ação relativo ao ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social de 2010, importa eventualmente esclarecer cabalmente esta questão. Gostava de transmitir que:

Primeiro, foram aqui focadas eventuais semelhanças entre este Plano Regional de Ação de 2010 com esta estratégia que hoje aqui se apresenta e acredito que tenha sido um exercício difícil a procura dessas semelhanças, até porque, como bem sabem, este Plano Regional de Ação de 2010, decorreu das comemorações do Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social de 2010, foi um Plano por um ano e, como consta desta publicação, tinha como objetivo alertar as consciências para estes problemas e renovar o compromisso político da União Europeia e dos seus estados membros no combate à pobreza. Era este o propósito.

Portanto, estamos a tratar de um plano de comemorações de um Ano Europeu, que contemplava ações durante um ano e calendarizadas durante um ano.

Tinha naturalmente para além destes objetivos mensais, iniciativas mensais de sensibilização, algumas medidas que o Governo de então se propôs avançar neste ano de comemoração, sem fixar prazos ou datas, mas de qualquer forma algumas delas penso que fizeram o exercício de encontrar aquelas que não foram concretizadas e eu remeto apenas para uma delas, uma que me diz particularmente respeito e que tem a ver com a implementação do Programa

Famílias com Futuro e que de facto foi implementado. Este é um primeiro aspeto que eu gostaria clarificar.

Depois, um segundo aspeto, que diz respeito ao pacote social já bastas vezes invocado nesta Assembleia, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, em 2015.

Este pacote que continha três propostas… Melhor, vou corrigir! Foi apresentado a 3-10-2014, e continha três propostas, uma que dizia respeito à replicação da rede social, outra que dizia respeito ao alargamento do SAD e outra que dizia respeito à intervenção precoce.

Eu vou concentrar-me na primeira, na que diz respeito à rede social e também já agora aproveitando a leitura que fizemos em conjunto deste documento, a dada altura, na página 37 desta revista, é dito que…

Deputado André Bradford *(PS):* Não era um diploma?

A Oradora: … a rede social, definida e aprovada em 97, foi apenas posta em marcha em 99.

E diz assim: "as fragilidades deste programa relacionam-se sobretudo com o facto de serem demasiado centralizadas por parte das autarquias locais, consequências da própria legislação de enquadramento que obriga a que sejam estas quem coordena as redes sociais locais e de ficarem cativas da dimensão social não conseguindo mobilizar os agentes económicos para esta dimensão".

Portanto, um programa aprovado a nível nacional em 97 e colocado em marcha em 99.

Em 2012, no seu programa de Governo, na página 76, o Governo dizia então:

"Propõe-se para isto a implementação dos polos locais de desenvolvimento e coesão social que serão também foco de mobilização a nível local, do potencial humano e social e económico das pessoas, instituições e comunidades de cada concelho em torno de estratégias de desenvolvimento local".

Eu, sobre esta matéria penso que está tudo dito. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na altura, pronunciou-se em desfavor da implementação da Rede Social, depois de constar de um Programa do Governo em 2012, que iria implementar os polos locais de desenvolvimento e coesão social. Não rejeitamos por rejeitar, até porque como penso que é claro…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso é de que ano?

A Oradora: Em 2012, este programa do Governo foi aprovada e constavam os polos locais.

Em 2014, o PSD apresenta a rede social e foi rejeitada neste plenário, penso que pelas razões que aqui estão invocadas e não pelo partido que a propôs.

Antes de terminar queria deixar aqui uma nota:

Deputada Isabel Quinto *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Os dados do RSI são bastas vezes invocados nesta Assembleia, mas não só nesta Assembleia, também publicamente em declarações públicas feitas pelos Srs. Deputados.

A Sra. Deputada Mónica Seidi, pelo menos em três circunstâncias distintas no mês de março de 2017,…

Presidente: Agradeço que termino, Sra. Secretária.

A Oradora: … referiu-se aos dados do Rendimento Social de Inserção.

Eu convocava a Sra. Deputada à leitura novamente da página 40 desta publicação que referiu há pouco, talvez para relembrá-la de que o Rendimento Social de Inserção surge em 2014, por uma alteração da lei em 2013, mas que antecedeu o Rendimento Social de Inserção, uma coisa que se chamava Rendimento Mínimo Garantido.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Uma vergonha!

Deputado José San-Bento *(PS):* Não diga isso!

A Oradora: Portanto, no ano em que a senhora, por exemplo, em março de 2017, compara a evolução dos dados do Rendimento Social de Inserção entre

2014 e 2016 e refere-se a um agravamento de 129% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, como é que nós podemos caraterizar esta sua análise da evolução dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção?

Ou na base do desconhecimento, que me parece improvável, até porque invocou há pouco este documento, portanto nele é possível constatar a evolução ao nível desta prestação social, ou por desonestidade política.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Eu não vou qualificá-la. O que é facto é que…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Já qualificou!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O que acabou de fazer foi um exercício de desqualificação!

Presidente: Tem que terminar, Sra. Secretária.

A Oradora: … é francamente superior o rigor que eu tento colocar na avaliação destes dados e que nós no diagnóstico que aqui trouxemos fizemos.

Penso que os dados são claros, são transparentes e não devem ser usados da forma abusiva como sucessivamente vem acontecendo.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Uma última nota em resposta à Sra. Deputada Graça Silva, mas também aproveitando o que aqui foi dito (e vou terminar rapidamente, Sra. Presidente, é a última questão).

A propósito do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Carenciadas de 2014-2020.

Os cabazes que têm sido fortemente referidos como uma novidade…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso não é nada assistencialista!

A Oradora: … nas políticas regionais, eventualmente até nacionais e europeias, não sei, o que eu lhe quero dizer é que também como está na página 33 do mesmo documento, este é um programa que, tendo tido já outro nome, remonta à década de 80 do século passado e que na Região já remonta ao início

da primeira década dos anos 90 do século passado, do qual beneficiam todos os países da União Europeia, sem exceção. Portugal não é uma exceção.

Presidente: Sra. Secretária, tem mesmo de abreviar.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Já passou três minutos!

A Oradora: Mesmo a terminar.

O que é que mudou?

Mudou que até ao último quadro as aquisições de produtos eram feitas a nível nacional…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O problema de combate à pobreza era uma questão de bairrismo!

A Oradora: … e este Governo conseguiu pela primeira vez que a aquisição dos produtos passasse a ser feita a nível regional no sentido de permitir que as empresas regionais pudessem concorrer e colocar os seus produtos também neste programa europeu.

Penso que foi uma boa iniciativa, penso que é uma forma, aliás já uma vez aqui invocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, de boa utilização daquilo que são os recursos europeus disponibilizados aos países.

Não é a medida ideal, com certeza que não, mas é uma utilização, penso que com parcimónia e com cuidado dos recursos disponíveis.

Obrigada.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Quatro minutos e dois segundos!

Presidente: O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* No seu tempo é que era, não havia pobreza!

(*) **Deputado José Contente** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção neste debate prende-se com o facto de eu achar útil dar algum contributo, nomeadamente para aqueles que não estavam aqui em 96 e que hoje já ouviram alguns dados de 96, como se não tivesse havido nenhuma evolução, porque a pobreza, como sabem os mais entendidos do que eu nessa matéria, tem um conjunto de fatores que a explicam ou que a permitem compreender, desde os políticos aos económicos, aos sociais, ou os acidentes até naturais e a outras situações que de vez enquanto impendem para permitir compreender esse fenómeno.

Neste sentido eu gostaria de dizer que em 96, na ótica daqueles que já falaram aqui…

O Sr. Presidente do Governo falou de 40 anos. Nós temos 40 anos efetivamente de autonomia. Agora parece haver uma certa diferença, é que nós não temos vergonha dos nossos 20 anos.

Deputado José San-Bento *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Ah, não têm vergonha nenhuma!

O Orador: Por isso não temos necessidade de esconder os nossos 20 anos como nos parece que às vezes o PSD gosta de fazer.

Nem vou falar nas situações que já ocorreram até dentro do PSD, alguns "parricídios" do seu fundador e isso parece que envergonha a própria bancada do PSD. Mas gostaria de dizer que a situação económica em 96 era a seguinte, factualmente: o PIB per capita eram 7.131 euros e em 2017 são 15.900.

O rendimento disponível por açoriano em 96 eram 5.631 euros e agora são mais de 12 mil euros.

A população empregada – e tudo isto tem a ver com a pobreza – em 1996, era 89.900 pessoas e agora são 112.351.

A formação profissional, em 96, era 430 alunos e agora são 2.600; o número de escolas profissionais em 96 era 5 e hoje são 17; o turismo tinha só 433 mil

dormidas, parecia que era proibido vir para os Açores para não se estragar a sua "imagem imaculada", agora tem mais de 1 milhão e 600 mil.

Em 1996, o gado bovino abatido nos matadouros era 25.432 cabeças…

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Isso tem tudo a ver com a pobreza!

O Orador: … e em 2017, 58 mil cabeças de gado abatidas.

O leite recebido eram 370 mil litros e agora mais 600 mil litros.

Deputado Marco Costa *(PSD):* E os fundos comunitários, quais eram? Como eram definidos?

O Orador: Os apoios às explorações e a água às explorações eram de zero, e agora são 4.900.

Deputado Marco Costa *(PSD):* E agora precisamos de um Plano de Combate à Pobreza!

O Orador: Os apoios aos Centros de Idosos... Havia 1.349 idosos no Centro de Convívio de Idosos e em 2017 há 3.230.

O apoio ao domicílio era de 1.452 e agora é de 1.751.

O Complemento de Pensão a Idosos era de zero e agora são 35 mil idosos que recebem esse apoio.

Os ATls eram 28 e agora são 124; os Centros de Atividades Ocupacionais são tinham 84 utentes e agora têm 531, nos apoios aos deficientes.

Deputado Marco Costa *(PSD):* E agora precisamos de Plano de Combate à Pobreza!

O Orador: E há menos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido agora do que havia no seu começo, com uma única diferença: os senhores escondiam os pobres dos açorianos e nós…

Deputado Paulo Parece *(PSD):* Expõem os pobres!

O Orador: … combatemos a pobreza nos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Almeida *(PSD):* Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, se me pudesse informar, a mim e à câmara, quanto tempo o CDS tem disponível para este debate?

Presidente: O CDS já não dispõe de tempo, assim como o Bloco de Esquerda e o Governo esgotaram já o seu tempo para a intervenção neste debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Secretária, eu não vou entrar no mesmo registo, não vou tecer qualquer comentário aos juízos de valor que tentou fazer relativamente ao meu pensamento. Vou-me abstrair disso.

Vou só relembrar que não me respondeu, por exemplo, a uma pergunta tão simples quando lhe fiz e quando lhe direcionei, porquê agora? Porquê apresentar esta Estratégia Regional de Combate à Pobreza agora?

Deputado André Bradford *(PS):* Isso já foi respondido muitas vezes!

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Eu não respondi, porque o Sr. Deputado respondeu!

A Oradora: E vou lamentar que os senhores ataquem o PSD por não contribuir com propostas.

De facto, já apresentámos aqui algumas, relembrámos algumas que já tinham sido apresentadas e que os senhores chumbaram, e também falámos de um órgão executivo.

Infelizmente os senhores tentam desvalorizar a existência de um órgão executivo, mas a existência de um órgão executivo é também o reconhecimento,

por parte do PSD, de que, de facto, os peritos que elaboraram a Estratégia Regional de Combate à Pobreza têm qualidade e que o diagnóstico da situação está bem feito…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: … e não é suficiente que o Conselho Consultivo e o Conselho Estratégico que estão presentes no diploma sejam capazes de fazer a dinamização e escrutinar as ações e as medidas que vão ser implementadas, porque, de facto o que o PSD quer é que os açorianos e os Açores sejam capazes de vencer este combate, um combate que os senhores é que travaram, um combate que nós vamos todos lutar para que isto aconteça.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

A Oradora: Finalmente, Sra. Secretária, vou terminar com uma situação sua, no âmbito da discussão da rede social:

"Há um trabalho, há um caminho feito e isto é, como disse, um património do Partido Socialista, dos Governos do PS. É, de facto, a via açoriana" – fim de citação. Estas palavras são suas.

O que lhe pergunto Sra. Secretária é o que é que falhou neste trabalho e o que é que falhou neste caminho, porque se não quiser olhar para o passado,…

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Eu não me posso focar só no passado, Sra. Deputada!

A Oradora: … dificilmente conseguirá um futuro brilhante e diferente daquilo que estamos a viver atualmente.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* Eu não tenho tempo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para rapidamente, em nome do Partido Socialista, encerrar este debate.

Queria começar por respeitando o facto do CDS não ter tempo, Sr. Deputado, não posso deixar de lhe dizer, até reconhecendo a importância que o seu partido teve no passado nessas matérias, que é muito estranho, desde logo, que o senhor acuse este documento de ser um documento sem credibilidade.

Houve um conjunto de pessoas de grande competência, com grande experiência que deram um contributo para a realização deste documento e também acho muito estranho, Sr. Deputado, este registo radical que o senhor está a adotar.

Sinceramente esta "associação de socorros mútuos" que o senhor entendeu fazer com o PPM, acho que não lhe trará nada de bom, sobretudo quando ela é liderada pelo Deputado Paulo Estêvão, e condiciona de uma forma evidente a agenda do CDS-PP. É algo de muito estranho que eu não poderia deixar de assinalar aqui.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Diga isso ao Sr. Deputado Carlos César na República!

O Orador: Sra. Deputada Mónica Seidi, disse-o eu e afirmou a Sra. Secretária a razão de ser desta estratégia. Esta nova estratégia não é uma primeira estratégia, como eu também referi, e há razões para isso. A Europa decidiu consagrar o pilar europeu dos direitos sociais.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

O Orador: A Comissão Europeia fez uma recomendação a todos os Governos para que se elabore estratégias de combate à pobreza e à exclusão social.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* O Plano Europeu foi há 20 anos!

O Orador: A própria Estratégia 2020 tem índices e metas muito claras em relação a isso. Portanto, isso são já três razões para se criar esse documento à qual se junta também, como eu também disse e sublinho, a ambição deste Governo, o inconformismo do PS…

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … em querer fazer sempre mais e melhor em prol dos açorianos.

Deputado João Vasco Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: A senhora na sua segunda intervenção salientou a importância dos números.

Sra. Deputada, nós também atribuímos muita importância a esses números. Este diagnóstico sobre a pobreza tem números que para nós inquietam-nos e preocupam-nos muitos. Isso que fique bem claro.

Os Deputados do Partido Socialista conhecem a realidade que estes números transmitem.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Isso é falso!

O Orador: Sr. Deputado, eu não lhe admito que diga isso. Nós conhecemos essa realidade.

Conhecemos a realidade que esses números transmitem.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* E de que maneira!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: E nós sabemos bem das dificuldades que as pessoas e que as famílias que vivem uma forte carência de meios atravessam e vivem.

Nós somos particularmente sensíveis a isso.

Eu afirmei daquela tribuna: o PS não se esquece das suas origens, não esquece o seu percurso e não esquecemos aquilo que nós representamos na sociedade portuguesa e nos Açores.

Eu queria só deixar aqui uma nota. Apesar da preocupação sobre os números, é bom que se diga que os números constantes neste relatório, no essencial, remontam a 2014.

Ora, em 2014 nós atingimos o pico dos números mais altos ao nível do desemprego. Hoje, nos Açores, nós baixamos 54,4% os números do desempego, temos 8,2% de taxa de desemprego e tínhamos tido 18 em 2014.

É uma redução de 11.700 pessoas que não trabalhavam em 2014 e trabalham, agora estão integradas e dão o seu contributo para o desenvolvimento dos Açores.

Portanto, isto significa que é perfeitamente legítimo nós concluirmos sem rejeitar a preocupação que esses números revelam que a situação hoje nos Açores será substancialmente melhor do que aquela que este diagnóstico aqui aponta.

Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: Isso é algo que também tem que ficar bem claro neste debate.

Por isso, Sra. Deputada, como lhe disse: por que é que nós vivemos essa situação?

Nós tivemos um retrocesso por causa daquilo que foi a governação do PSD no país.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Foi exatamente isso!!!

O Orador: É verdade! Ao ponto de no próprio processo eleitoral interno do PSD agora haver um candidato que tenha afirmado nós fomos longe de mais na austeridade. Nós fomos a autocrítica, nós fomos longe de mais. É o próprio PSD que reconhece isso e por isso, Sra. Deputada, é que eu vos digo: esses números não revelam o falhanço da governação do PS nos Açores. Eles revelam sim – traduzem! – a calamidade da governação do PSD no país. Essa é que é a verdade!

Termino salientando quatro conclusões que o Partido Socialista retira deste debate.

Primeira conclusão: o reconhecimento do grande trabalho que o Governo e o PS têm feito na governação, na luta contra a pobreza e contra a exclusão social. Nós montámos a melhor rede de apoio social do país.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Não apoiado!

O Orador: São mais de 270 IPSS, mais de 700 valências que têm um custo de cerca 59 milhões de euros por ano.

É esse esforço, é esse trabalho que está à vista de todos e que é reconhecido por todos os que estejam de boa-fé a tratar de desses assuntos.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Sra. Secretária, isto é que é combate à pobreza!

O Orador: Segunda conclusão, já foi aqui dito mas quero sublinhar: o grande retrocesso, o grande revés, que as políticas nacionais do PSD e do CDS provocaram nos Açores cortando sem critério, cortando a torto e a direito e que tiveram um enorme impacto nas nossas comunidades.

Terceira conclusão: o completo vazio de propostas da oposição aqui neste debate.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Isso é falso! Isso é uma vergonha!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo salientou isso e o PS reafirma: os senhores perderam uma oportunidade histórica de dar um contributo para melhorar a estratégica regional de luta contra a pobreza e contra a exclusão social e preferiram continuar na política do bota abaixo.

É um erro histórico que cometeram.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Quarta conclusão: salientar o inconformismo, a insatisfação e a determinação do Governo Regional em desenvolver uma nova estratégia, uma estratégia mais ambiciosa, mas inovadora e com mais parcerias.

E que fique muito claro, Sras. e Srs. Deputados, nós, o PS, não só assumimos todos as nossas responsabilidades na governação, como afirmamos aqui hoje que queremos em 2020 ser jugados pelos açorianos, pelos resultados da nossa governação, mas sobretudo pelos resultados da nossa luta contra a pobreza e contra a exclusão nos Açores.

Deputado António Parreira *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Como dizia Nelson Mandela, para nós, a luta contra a pobreza, não é um ato de caridade, é uma medida de justiça.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa de momento não tem inscrições. Para se inscrever no debate, Sr. Deputado?

Ainda tenho que abrir as inscrições para, quem assim o entender, participar.

Sra. Deputado Mónica Seidi, inscreveu-se? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Realmente eu já tinha dado este debate como encerrado da parte do PSD, mas perante as acusações do Sr. Deputado José San-Bento não consigo, e não

consigo porque essa tentativa de denegrir o maior partido da oposição não lhe fica bem. Seja sério!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Penso que nas 10 propostas que já foram aqui apresentadas ao longo deste ano… Ao longo deste ano, não! Ao longo de várias legislaturas! E se o senhor quiser acho que tem isso bem presente, até porque já estava cá, também tenho aqui o mapa das grelhas que mostra o vosso sentido de votação.

Portanto, vocês não digam que o PSD não apresentou propostas. Vocês não quiseram acarretar. Aliás, andaram de negação em negação, até que finalmente reconheceram que estamos perante um grave problema na Região. E sejamos sérios: os números que são apresentados em 2014 são bem piores que os números de 2011…

Deputado Luís Maurício *(PSD):* É por isso que os senhores vieram aqui!

A Oradora: … e por isso é que os senhores agora tiveram que vir aqui reconhecer…

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

… que esta não é a região que nós queremos e que esta região não pode compactuar com o modelo de desenvolvimento económico que vocês perpetuam.

Disse.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Muito bem! Em 2014 é que estiveram preocupados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* As pessoas também falam connosco!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, é louvável a sua tentativa de reposicionar o PSD neste debate,…

Deputada Mónica Seidi *(PSD):* Não é tentativa! É a verdade!

O Orador: … mas permita-me que lhe diga que veio tarde de mais.

Aliás, há muita coisa estranha neste PSD. A sua tentativa foi louvável, mas absolutamente infrutífera e também é de registar, e eu não posso deixar de dizer isso aqui, falando a título estritamente pessoal, que é para mim da maior estranheza este voto de silêncio do Presidente do PSD-Açores quando se trata desta matéria.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* O senhor falou para não dizer nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para o debate.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Sras. e Srs. Deputados, o debate ainda não acabou. Não havendo inscrições, para encerrar esta interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo por dizer, respondendo à última intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, protagonizada pelo Sr. Deputado José San-Bento,…

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Não era para si, Sr. Deputado! Está enganado!

O Orador: … que aqueles que aqui estamos sentados…

Deputado José San-Bento *(PS):* "Associação de Socorros Mútuos"!

O Orador: … não conseguimos compreender em que mundo é que vive o Sr. Deputado.

É de uma irrealidade, é de um irrealismo, até tendo em conta as responsabilidades que foram parcialmente assumidas por parte do Governo Regional, que é difícil compreender que este discurso possa ter sido feito neste contexto.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* O Sr. Deputado José San-Bento vive no "Alentejo"!

O Orador: Mas não é a primeira vez.

Eu recordo aqui, por exemplo, que o Sr. Deputado em 2012, no debate exatamente sobre o mesmo tema, sobre a pobreza, dizia assim: "quando se fala aqui de um Governo que está desatento, que é preciso um plano, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu percebo muito bem, o senhor quer é paralisar a ação do Governo em ano de campanha eleitoral para nos pormos todos aqui a discutir planos de combate à pobreza. Esses planos já existem".

Deputado José San-Bento *(PS):* E já existiu! Isso é uma palhaçada!

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Ai Jesus!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Por isso, meus senhores, a dose de irrealismo, deste tipo de discurso era o que era em 2012, através do texto que acabei de ler, como é também o mesmo irrealismo que vemos neste debate.

Eu quero também dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Artur Lima tem toda a razão em relação aos pontos que apresentou.

Deputado Francisco Coelho *(PS):* Claro que tem! Quem é que há de "gabar a noiva"?

Deputado José San-Bento *(PS):* "Associação de Socorros Mútuos"!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

O Orador: Destacou aqui oito exemplos em que se constatou que o conceito é o mesmo, o plano é o mesmo, apenas mudou a sua designação.

E por isso o que ficou demonstrado é que o Partido Socialista, o Governo Regional, em relação a esta matéria, não traz nenhuma novidade. O que apresenta neste plano, nesta estratégia, é exatamente aquilo que não funcionou ao longo destes 21 anos.

Deputado José San-Bento *(PS):* Não é verdade, Sr. Deputado! Não é verdade!

O Orador: O conceito é o mesmo. A designação é que é diferente como muito bem demonstrou o Sr. Deputado Artur Lima.

Depois dizer o seguinte:

Eu coloquei aqui seis questões (seis questões!) ao Governo Regional. Seis questões que eu reputo de muito importantes, pois o Governo Regional não respondeu a nenhuma elas.

Deputado Luís Maurício *(PSD):* Nem uma!

O Orador: Vem agora o Partido Socialista dizer que a oposição não tem ideias…

Deputado José San-Bento *(PS):* E não tem!

O Orador: … e que todas as dúvidas ficaram esclarecidas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Vamos discutir as sedes das secretarias!

O Orador: Eu quero dizer-vos (deixem-me recordar-vos). Eu dei o exemplo das Canárias. As Canárias está a pensar gastar 22 milhões de euros.

Eu perguntei quais são as verbas que são consideradas no âmbito deste plano?

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* E eu respondi!

O Orador: Não foi respondido.

Eu perguntei se o Governo Regional assume que do ponto de vista político deveria assumir diretamente funções sociais que hoje em dia estão a ser executadas e mal-executadas algumas vezes, com desperdício de dinheiros públicos, por parte de outras entidades?

Perguntei!... Coloquei esta questão do ponto de vista concreto. Não foi respondida.

Em relação à Ilha de São Miguel, cuja situação é descrita de uma forma, que é uma espécie de catástrofe social, e é mesmo, perguntei o seguinte:

"O Governo Regional admite a possibilidade (eu diria, a necessidade) de criar incentivos fiscais e apoios aos investimentos majorado em alguns dos concelhos de São Miguel mais afetados pelos fenómenos da pobreza e da exclusão social?"

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Não respondeu!

O Orador: Pois bem, em relação a este "elefante branco" que está nesta sala, que é a situação da Ilha de São Miguel, que é uma situação que é um desastre, o que é que o Governo Regional tem a dizer sobre a situação da Ilha de Miguel, sobre a situação de pobreza que se vive em vastas zonas da Ilha de São Miguel? O Governo sobre isto disse nada!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Zero!

O Orador: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre isso disse nada!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Zero!

Deputado André Bradford *(PS):* Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: O Governo não respondeu a esta questão.

A quarta questão era falar sobre o modelo tripular de centralização, se era possível descentralizar do ponto de vista administrativo e político a Região Autónoma dos Açores?

Fiz esta pergunta: se o Governo estaria disponível para assumir estas responsabilidades de descentralização,…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Zero!

O Orador: … de dar aos outros concelhos, mesmo na Ilha de São Miguel, de lhes dar outras oportunidades do ponto de vista da administração e da estrutura política?

Pois bem, a resposta a esta quarta questão foi zero.

Em relação à quinta questão que coloquei, que é em relação aos baixos salários usufruídos pelos trabalhadores açorianos, o Governo Regional está disponível para aumentar o acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida?

Pois o Governo também não respondeu a esta questão, porque a questão da pobreza só se resolve se os trabalhadores, se as famílias dos Açores tiverem mais rendimentos.

Deputado José San-Bento *(PS):* O senhor esperou que o Governo ficasse sem tempo para levantar essa questão!

O Orador: Esta questão é uma questão fulcral e o Governo não respondeu.

Eu termino com uma apresentação…

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Costa):* E a ultima, Sr. Deputado?!...

O Orador: … e uma intervenção que foi feita a propósito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza nos Açores,…

Deputado André Bradford *(PS):* Tinha mais uma pergunta, Sr. Deputado!

O Orador: … pelo Doutor Carlos Farinha Rodrigues que diz e que sintetiza as dificuldades da Região Autónoma dos Açores de uma só forma. Diz ele:

"Através deste plano, ficámos a saber que os Açores era a Região do país com menor nível médio de rendimento familiar e com a mais elevada taxa de pobreza monetária 28,3%,…

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares *(Berto Messias):* Ó senhor, não se preocupe em dar os dados dos Açores, porque nós sabemos!

O Orador: … cerca de 9 pontos percentuais acima da média nacional que era de 19,1%".

Deputado André Bradford *(PS):* E o resto? Continue!...

O Orador: Depois, o que ele diz é que é necessário vontade política. Eu vou citar:

Permitem que recorde aqui uma frase proferida muitas vezes pelo saudoso Alfredo Bruto da Costa, que partilho integralmente: "o combate à pobreza é antes de tudo o mais um problema político" – ("é antes de tudo o mais um problema político").

Eu também acho que é um problema político e o Governo Regional, nesta matéria, não demonstrou que está preparado para o enfrentar do ponto de vista político, porque em vez de reconhecer aquela que é a realidade, que é uma realidade preocupante, que as estatísticas, que não são da oposição, são estatísticas que servem de base à elaboração desta Estratégia Regional de Combate à Pobreza nos Açores, em vez de reconhecer isto, o Partido Socialista e o Governo vêm aqui fazer um discurso triunfalista.

Deputado André Bradford *(PS):* Não é verdade!

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* É, é!

O Orador: Assim não vamos lá!...

É necessário existir vontade política e para que esta vontade política exista é preciso reconhecer que temos um problema e que temos que responder a um problema de enorme gravidade.

Ora, o Governo Regional ainda não está preparado.

O Governo Regional respondeu que fez este plano, porque tem uma obrigação burocrática de o fazer, porque tem uma obrigação burocrática.

Eu lembro que várias regiões da Europa o estão a fazer, desde 2003. Temos estratégias deste tipo em várias regiões da Europa desde 2003.

Eu, por exemplo, tenho aqui, e termino, uma Estratégia de Inclusão Social da comunidade de Madrid, de 2016/2021.

Qual é a diferença fundamental?

A diferença fundamental deste plano em relação ao nosso é que aqui reconhecem-se efetivamente os erros, é que aqui aponta-se a mudança de estratégia e há também uma outra questão fundamental, que é a aposta no crescimento económico que está ausente deste plano.

Pois bem, eu acho que continuamos a ter muito que aprender com outras regiões da Europa que já iniciaram há muito tempo planos e estratégias deste tipo.

Deputado André Bradford *(PS):* E da Madeira?

O Orador: O que eu considero que é fundamental e que neste momento o Governo ainda não reúne essas condições, é reconhecer a magnitude do problema, a magnitude dos erros que foram cometidos por parte do Governo do Partido Socialista e dos sucessivos governos ao longo desses 21 anos.

Ora isso não acontece e assim, meus senhores, não vamos lá.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, vamos fazer uma pequena alteração à ordenação dos nossos trabalhos e avançamos agora para o ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, que é o **Projeto de Resolução n.º 38/XI – "Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março, que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores"**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são os que utilizamos no processo legislativo comum, de todos já conhecidos.

Dou palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos hoje aqui um Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda no seguimento do atraso reiterado do Governo Regional em implementar a atribuição automática da tarifa social de fornecimento de energia elétrica.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Mais pobres!

O Orador: Em julho de 2016 o Governo da República implementou este processo de automatismo, três meses depois de ser aprovado no Orçamento do Estado para 2016. O Governo Regional precisou de mais um ano e um mês.

Se o processo tem, é certo, alguma complexidade, esta é a mesma tanto para o Governo da República como para o Governo Regional.

E não venha o Governo Regional dizer que nenhum açoriano ou açoriana foi prejudicado com este atraso porque foram pagos retroativos. As pessoas beneficiárias desta tarifa precisavam desse desconto nos meses que eram devidos. Os retroativos são apenas a correção de um atraso que é injustificável por parte do Governo Regional.

Mas façamos um pequeno cronograma deste processo para termos uma ideia clara dos atrasos que ele teve.

- Com a aprovação do Orçamento do Estado de 2016 foi redesenhado o procedimento de acesso à tarifa social, tornando-se automático o processo de atribuição desta tarifa.
- No espaço de três meses o Governo da República regulamentou todo o processo de atribuição da tarifa social – através da Portaria 178-B/2016, que diz respeito Normas relativas aos procedimentos, modelo e condições necessárias à aplicação do procedimento automático de atribuição da tarifa social.
- Este processo de atribuição apresenta de facto alguma complexidade devido à necessidade de interconexão de dados e à exigência de respeito pelos dados pessoais, mas nada, absolutamente nada, justifica o atraso na sua regulamentação nos Açores.
- Nos Açores a implementação deste processo não estava concluída em fevereiro de 2017, ou seja, sete meses depois de o estar no continente.
- Foi por essa razão que o BE decidiu apresentar um Projeto de Resolução, em fevereiro de 2017 que recomendava ao Governo a regulamentação desta medida até 30 dias após a aprovação do referido Projeto de Resolução e que a medida se aplicasse com retroativos a 1 de julho de 2017. A verdade é que nem este prazo foi cumprido pelo Governo Regional.
- Nos pareceres entregues à Comissão e pedidos no âmbito da discussão e análise deste Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, foram recebidos vários pareceres, incluindo um da Autoridade Tributária.

Este parecer é revelador do atraso que esta medida teve nos Açores e da demora do Governo Regional em tornar o processo de atribuição automático: Apenas em fevereiro de 2017 foi celebrado um o protocolo entre a Autoridade Tributária, a Agência para a Modernização Administrativa e a Direção Regional

da Energia. Nesta altura a medida já estava em vigor no continente há sete meses!

Ou seja, foi preciso o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda para que o Governo Regional começasse a trabalhar neste assunto.

- Ainda hoje discutimos (acabámos de discutir) as questões relacionadas com a pobreza, mas quando é para implementar uma medida que não custa um cêntimo ao Governo regional e que representa um desconto considerável – cerca de 30% – na fatura elétrica dos agregados mais desfavorecidos o Governo demora um ano a iniciar o processo, com sérios prejuízos para os cerca de 8 mil novos beneficiários desta medida, a juntar aos 3 mil que já dela beneficiavam.

- Em junho de 2017, embora a portaria já se encontrasse em vigor, a medida ainda não estava implementada – para prejuízo dos açorianos/as, ainda para mais quando falamos de famílias com sérias carências económicas.

- Foi finalmente a 28 de agosto de 2017 que a Sr.ª Secretária da Energia, Ambiente e Turismo, anunciou que a medida já se encontrava em vigor e chegava, finalmente, a 11 mil famílias – 5 meses após a publicação da Portaria 35/2017, publicada pelo Governo Regional.

- O Governo Regional foi, em todo este processo, incompetente pois, enquanto no continente no prazo de três meses a medida entrou em vigor, nos Açores, foi preciso mais de um ano. Como é que o Governo Regional explica todo este atraso e estes sucessivos adiamentos da entrada em vigor deste processo de automatização?

O parecer da EDA refere que o número de beneficiários da tarifa social elétrica – cerca de 11 mil – ainda poderá ser incrementado quando for possível escrutinar, sob a égide da Direção Regional da Energia, os clientes também elegíveis por via do rendimento máximo anual por agregado familiar e domicílio fiscal. Ou seja, quase dois anos depois da aprovação desta medida no

Orçamento do Estado para 2016, ela ainda não chega, nos Açores, a todos os que precisam!

Sr.ª Secretária, quantas pessoas podem ainda beneficiar desta medida e que ainda dela não beneficiam?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado**.**

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que a Tarifa Social é, na sua essência, um excelente apoio social.

Consiste:

- num benefício social que se destina a famílias e pessoas que têm dificuldades económicas;
- num benefício social que se destina a famílias e pessoas que têm baixos rendimentos e que são vulneráveis;

Basicamente,

- num apoio para quem precisa de apoio.

Relembramos que a Região tem das taxas de risco de pobreza mais elevadas do País.

É um simples desconto na fatura de energia elétrica, mas que faz muita diferença para quem pouco ou nada tem, facilitando o acesso a um bem essencial.

As sucessivas alterações à Tarifa Social foram, igualmente, de saudar. Sendo uma medida que visa a proteção de famílias e pessoas em situação de carência económica, as alterações introduzidas em 2014, com novos critérios de elegibilidade, que tornaram o apoio mais abrangente, e com o estabelecimento de procedimentos alternativos de requerimento de acesso à tarifa, foram alterações que melhoraram substancialmente o desenho da Tarifa Social.

No entanto, muitos dos potenciais beneficiários continuaram sem requerer o acesso a esta tarifa.

Em 2014 o Governo Regional, através do então Secretário, Vítor Fraga, estimava que a tarifa social poderia abranger 15.000 famílias, argumentando que tal não acontecia porque a grande maioria das famílias não requeria a sua atribuição.

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2016 foi introduzida uma alteração, e uma nova melhoria, na atribuição da Tarifa Social, designadamente através da sua automatização. Assim, a aplicação do tarifário social passou a ser automática e independente do requerimento por parte dos potenciais beneficiários.

Em 16 de fevereiro de 2017 foi aprovada, nesta casa, Resolução que recomendava a regulamentação do processo automático de atribuição da Tarifa Social de Fornecimento de Energia Elétrica na Região Autónoma dos Açores. Essa Resolução foi publicada em Diário da República a 9 de março de 2017.

A 23 de março de 2017 foi publicada a Portaria que acolhe e aprova os procedimentos, modelos e demais condições para atribuição da tarifa social de forma automática.

A 6 de abril de 2017, segundo declarações da Senhora Diretora Regional da Energia – O Governo esperava que, com a aplicação do processo automático de atribuição da tarifa social, os agregados a beneficiar desta tarifa de eletricidade na Região passassem dos 3.100 beneficiários da altura para mais de 16 mil potenciais beneficiários.

O que foi assumido como importante e relevante pelo Governo tardou a ser implementado, o que impôs nova pressão. Nova pressão para que o Governo resolvesse os problemas administrativos “complexos” que de forma teimosa, mas confortável e conveniente, serviram para justificar a dificuldade de automatização da atribuição da tarifa.

O Projeto de Resolução para "Regulamentação do processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores" foi apresentado com urgência e dispensa de exame em Comissão.

A urgência, entendeu o Grupo Parlamentar do PSD, fazia todo o sentido. Fazia todo o sentido por se tratar de uma iniciativa que, além de permitir poupança no orçamento de milhares de famílias açorianas com carência económica, por via de um desconto na fatura de energia elétrica, consistia numa regulamentação, por parte da Região, de uma medida introduzida pelo Orçamento de Estado de 2016.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, incompreensivelmente, chumbou a urgência e fê-lo única e simplesmente para ganhar tempo. Para ganhar tempo para fazer o que já deveria ter feito e automatizar a atribuição da tarifa social.

Esta postura dá bem nota da importância que esse partido dá à pobreza e do que é a sua conduta política perante os que mais necessitam.

Relembro que estamos a falar de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos, do Rendimento Social de Inserção, do Subsídio Social de Desemprego, do Abono de Família, de Pensão Social de Invalidez ou de Pensão Social de Velhice ou de pessoas com rendimentos anuais baixos.

Quando do lado de quem precisa surgiu um instrumento de apoio financeiro, em vez de se acelerar todos os procedimentos administrativos e regulamentares necessários para que a disponibilização desse apoio fosse mais abrangente, simples e rápida, surgiram travões e entraves que não deviam ter existido.

A não ter sido um caso de má vontade, só poderá ter sido um caso de incapacidade e incompetência.

Deputado Bruno Belo *(PSD):* Muito bem!

Deputado Carlos Silva *(PS):* Isso foi em 2012, Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um facto incontestável – Ao longo do processo de adaptação do modelo e dos procedimentos da atribuição da tarifa social nos Açores, em conformidade com as alterações decorrentes da aprovação do Orçamento de Estado para 2016, existiram uma série de atrasos, alguns dos quais injustificados e inexplicáveis.

Foi o mesmo Governo Regional que diz defender maior rendimento às famílias açorianas que, em altura de o demonstrar, apenas conseguiu demonstrar a sua incapacidade para ajudar quem precisa. Diríamos que é quase crónico.

Foi uma incapacidade que assumiu particular gravidade, atendendo aos beneficiários deste desconto no fornecimento de energia elétrica. Só podemos classificar esta situação de incompreensível e indesculpável.

O Governo criou, diga-se de passagem de forma exímia, malabarismos e escondeu-se atrás de uma complexidade administrativa para ganhar tempo, tempo suficiente para automatizar a atribuição da tarifa, levando, inclusive, a Comissão de Economia a diligenciar uma audição desnecessária e, já na altura, extemporânea.

Funcionou, e a verdade é que estamos a discutir um assunto que está resolvido. O mecanismo de automatização da atribuição da Tarifa Social está implementado e foi garantida a retroatividade.

Pese embora a aprovação do presente Projeto de Resolução não faça, neste momento, sentido, ressalvamos que foi um meio para atingir um fim. Foi uma ferramenta de pressão que obrigou o Governo a sair detrás da cortina protetora da dita complexidade administrativa da matéria, para **finalmente** automatizar a atribuição da Tarifa Social, para **finalmente** abranger, com este apoio, mais 8000 novos beneficiários.

Mas, e em contrassenso para com muito do argumentário apresentado no debate sobre pobreza, registamos, não podemos deixar de o fazer, que o Grupo

Parlamentar que suporta o Governo, chumbou a urgência do Projeto de Resolução, revelando a sua insensibilidade em relação ao assunto.

Deputada Maria João Carreiro *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou escusar-me de voltar a repetir a longa história em relação à atribuição desta tarifa social, aliás não é a primeira vez que este diploma vem ao plenário, já é para aí a terceira ou a quarta vez, até com as suas alterações sucessivas.

Inicialmente percebeu-se que era necessário dar um apoio de uma tarifa social aos mais carenciados que teriam a possibilidade de ter 33% de desconto na sua fatura de eletricidade.

Inicialmente o CDS já alertou o Sr. Secretário da altura que tutelava a energia de que todo o processo era altamente burocrático e que não iria abranger as 15.000 famílias que o Governo apregoava que poderiam ser beneficiárias desta medida e isso veio a verificar-se. Apenas 3.000 famílias açorianas efetivamente passaram a beneficiar desta tarifa social para a energia elétrica.

Finalmente, decidiu-se, mas porque acontece na República, que haveria a possibilidade desta atribuição ser feita de forma automática, ou seja, sabendo se as famílias reuniam as condições para poder usufruir, ou seja se tinham Rendimento Social de Inserção, de velhice, etc., etc., etc., todos os indicadores, e ainda por fim, que não foi dito, se auferiam um rendimento médio anual inferior a 5 mil e poucos euros, também poderiam usufruir desta medida, chegou-se à conclusão que efetivamente e, como nós já defendíamos, poderia ser feita uma atribuição automática.

A verdade é que o Governo Regional, depois de todas estas peripécias, levou dois anos a implementar a automatização da atribuição desta tarifa social e isto

demonstra claramente a rapidez com que este Governo vai apoiar e ajudar aqueles que efetivamente mais precisam. Famílias carenciadas ficaram dois anos à espera de um apoio social por parte do Governo.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Mais!... Inicialmente, o Governo afirmou que 15 mil famílias iriam ser abrangidas por esta medida, mas afinal neste momento e mesmo depois da atribuição automática apenas 11 mil famílias açorianas…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Os rendimentos aumentaram!

A Oradora: Apenas, porque é um diferencial de um terço. **Deputado Carlos Silva** *(PS):* Quanto menos melhor, Sra. Deputada!

A Oradora: De 15 mil para 10 mil, nas minhas parcas contas, dá um erro grosseiro de um terço, aproximadamente.

Deputado André Rodrigues *(PS):* O seu Governo na República chegou aos 500 mil e nós chegámos aos 100 mil!

A Oradora: Portanto, neste momento apenas 11 mil famílias, das 15 mil iniciais, estão efetivamente a ser beneficiadas.

Questionei a Sra. Secretária aquando da audição na Comissão de Economia, o que teria mudado nos dois últimos anos para afinal já não serem 15 mil e passarem a ser 11 mil, ao qual me respondeu…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Melhoria dos indicadores!

A Oradora: … e cito: "foi realizada inicialmente uma estimativa tendo por base números potenciais, mas com o cruzamento dos dados foi possível chegar a um número mais próximo da realidade". Isto quer dizer que afinal as estimativas que o Governo Regional faz são completamente irrealistas.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O desemprego baixou!

A Oradora: A partir de agora como é que os açorianos vão poder acreditar nas estimativas que o Governo Regional faz em relação ao que quer que seja na

Região, porque são estimativas com uma margem de erro de 4 mil em 15 mil, um erro de um terço.

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que isso significa?

A Oradora: Portanto, este é o rigor com que o Governo Regional apresenta medidas na Região.

Resumindo e concluindo: se dúvidas houvessem em relação à pobreza nos Açores este diploma não deixa qualquer dúvida, ou seja, temos 11 mil famílias na Região a viver em situação de pobreza.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tentando centrar de forma resumida o que está aqui em causa, estamos a discutir um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda que defende a implementação de uma Portaria aprovada em março do ano passado e que está implementada desde o verão do ano passado.

Do que é que estamos a falar?

Tarifa Social de Energia Elétrica que efetivamente tem um intuito muito importante e está acima de todas estas discussões, que é proteger os interesses das famílias e de grupos de consumidores vulneráveis criando aqui uma tarifa com um desconto na ordem dos 33%.

É uma tarifa que já estava prevista na lei, como já aqui foi referido. O que está aqui em causa é a criação de um automatismo de forma a que não fique o ónus do seu pedido e da sua identificação do lado das famílias.

Naturalmente que este processo passa por um desenvolvimento de várias questões administrativas de forma a que as famílias possam a ter isto de forma automática.

Estamos a falar de um conjunto de procedimentos de ordem regulamentar e administrativa que envolveram diversas entidades, desde logo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, a Agência para a Modernização Administrativa e não podemos efetivamente desvalorizar este tipo de procedimentos que são efetivamente bastante complexos e que têm em causa dados pessoais, privados e sensíveis que não podem ser tratados de forma superficial de forma alguma, cumprindo todos os preceitos legais que observam estas matérias.

Portanto, desde o momento em que foram estabelecidos os protocolos com as entidades envolvidas, o que data de 17 de fevereiro do ano passado, iniciou-se o trabalho de desenvolvimento de uma plataforma informática que permite a ligação entre estes sistemas.

Só depois de termos teste de garantia, de fiabilidade, de segurança destes dados, é que efetivamente implementámos este automatismo.

Voltando ainda a factos e a datas, é importante termos presente que depois desta implementação dos protocolos em fevereiro, no verão, em agosto, foram identificados efetivamente mais 8 mil beneficiários, mais 8 mil famílias beneficiárias desta tarifa, que se juntam às 3 mil que nós tínhamos inicialmente, o que perfaz 11 mil famílias que, diria eu, passariam a beneficiar deste apoio e não ao contrário, estariam em situação complicada. Temos que ver as coisas da forma como as estamos a colocar, ou seja, no apoio que estamos a lançar.

Efetivamente no mês seguinte, em setembro, foram pagos os retroativos de todos os valores previstos desde julho de 2016. Portanto, estamos a falar um ano depois, e não dois anos depois, a todas estas famílias.

A partir dessa data o sistema passou a funcionar de forma automática sem que seja necessário que as famílias se coloquem no papel de ter que solicitar a mesma.

Efetivamente, no que diz respeito à autoridade tributária, esperamos ter ainda um acréscimo de mais beneficiários desta mesma tarifa, quando tivermos também totalmente implementada a transação dos ficheiros por parte desta entidade.

Nesta matéria, nós podíamos ter optado por uma transação de ficheiros que, não passando diretamente pela plataforma que foi criada, nos anteciparia a alguns pagamentos, mas que não nos garante a fiabilidade que a legislação prevê nesta matéria que deve ser observada.

Portanto, fomos sempre acautelando a segurança em primeiro lugar, porque está sempre garantido que qualquer pagamento será feito com retroatividade a julho de 2016.

Gostava também de partilhar convosco, para termos noção do que é que efetivamente está aqui em causa:

Atendendo ao passado mês de dezembro para o universo de, sensivelmente, 11 mil famílias, com o montante faturado de energia elétrica na ordem dos 310 mil euros, tivemos um custo evitado, com a implementação desta tarifa, superior a 100 mil euros.

É este apoio às famílias que devia ser o foco da nossa preocupação e não outros protagonismos que podem vir aqui para cima da mesa.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na parte resolutiva deste Projeto de Resolução recomendava ao Governo Regional que implemente os procedimentos do modelo e de mais condições necessárias à atribuição da Tarifa Social de Energia Elétrica de forma automática. Esta questão é de 21 de junho de 2017.

Eu devo dizer o seguinte: percebe-se aqui que o Partido Socialista quando chumbou a urgência estava a ganhar tempo para resolver esta questão. De qualquer das formas quero dar os parabéns à iniciativa política do Bloco de Esquerda e a todos os partidos e todos os Deputados que insistiram na justiça desta medida e na sua eficácia, do ponto de vista de auxílio às famílias.

Esta iniciativa é uma iniciativa repetida do Bloco de Esquerda.

A anterior iniciativa também era do Bloco de Esquerda, a iniciativa inicial, e também tanto quanto sei, na República também foi uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Portanto, é uma questão que neste momento o Governo finalmente implementou.

Temos aqui a referenciar o seguinte:

Em termos de eficácia do Governo, é uma eficácia muito limitada. Levámos muito tempo a concretizar a implementação prática da medida.

Depois também a diferença entre o projetado e o universo que está neste momento abrangido, que são as tais 11 mil pessoas é uma diferença muito, muito significativa, como já aqui foi referenciado pelos Deputados que me antecederam. É uma diferença bastante significativa.

Portanto, não é um erro qualquer.

Deputado André Bradford *(PS):* Isso é uma forma de disponibilizar para que toda a gente perceba!

O Orador: Estamos a falar de 200, 300, 400 ou 500 pessoas. É um erro entre as 15 mil pessoas que foram inicialmente projetadas…

Deputado Carlos Silva *(PS):* E isso é mau, Sr. Deputado?

O Orador: … pelo anterior titular da pasta e os 11 mil a que chegamos na concretização que está a ser feita agora dois anos depois. É uma diferença muito, muito, muito significativa, que vale a pena assinalar.

Seja como for, eu quero dizer duas coisas para terminar:

Em primeiro lugar, que esta medida é, de facto, uma medida bastante eficaz, que é uma medida que terá um impacto muito positivo na economia familiar e, em segundo lugar, referenciar aqui o mérito do Bloco de Esquerda nesta matéria e a todos os que no âmbito da administração a estão a implementar na prática.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a Tarifa Social de fornecimento de Energia Elétrica é uma medida que enquadra-se claramente nas políticas deste Governo Regional suportado pelo Partido Socialista, políticas essas de aumentar o rendimento disponível às famílias açorianas, garantindo a estabilidade do seu serviço, a redução dos seus custos mensais para a família, melhorando também assim a sua qualidade de vida.

O facto que está aqui em discussão e apresentado nesta Casa tem a ver só com a questão da autonomização desta tarifa. Esta tarifa existe desde o final de 2010. Portanto, esteve acessível a todos os portugueses…

Deputado André Bradford *(PS):* Bem lembrado!

O Orador: … e também aos açorianos, mediante requerimento feito e produzido pelas entidades competentes.

Esta medida existe também face à liberalização do setor energético a nível europeu e era necessário criar condições de estabilidade e de proteção dos

consumidores mais vulneráveis e isso também, como é óbvio, chegou à Região Autónoma dos Açores.

Em 2014, e o Governo da República do CDS-PP e do PSD tinha estimativas e produzido alterações legislativas para que fossem chegadas a 500 mil famílias da tarifa social.

Pasme-se!... A Sra. Deputada Graça Silveira estava preocupada com um erro de 30%, quando o seu próprio Governo da República teve um erro de 80%.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

O Orador: A estimativa que fazia para chegar a 500 mil famílias, afinal chegou a cerca de só 100 mil famílias.

Felizmente, um Governo do Partido Socialista suportado na Assembleia da República pelo Bloco de Esquerda, pelo PCP e pelos Verdes criou, finalmente em 2016, a autonomização e reduzido aquela burocracia que CDS aqui tanto apregoa, mas que na República não garantiu também por essa via aos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford *(PS):* "Faça o que eu digo, não faça o que eu faço!"

O Orador: Face a isto tudo, realmente o Governo da Repúblico aprovou, e bem, no Orçamento de Estado de 2016, a autonomização da atribuição tarifa social e foi necessário que o Governo Regional assinasse vários protolocos com as entidades competentes, que esses protocolos fossem validados também pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, porque também aqui não podemos ter uma oposição que quando os dados pessoais dos açorianos…

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

O Orador: … são colocados na internet ou noutros sítios faz um escândalo e um caso político e noutros casos, em que o Governo Regional para garantir o rigor e a segurança desses mesmos dados leva mais tempo na atribuição e na autonomização de uma tarifa….

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

O Orador: … que é acessível a todos os açorianos que têm direito.

Foi também aqui referido a questão das estimativas. De facto, existe ainda a possibilidade de aumentar o número de beneficiários desta medida após a confirmação dos últimos dados enviados pela Autoridade Tributária.

Não podia também deixar de referir o mérito que o Bloco de Esquerda tem ao longo deste tempo de colocar esta questão nesta Assembleia e o Partido Socialista reconhece esse mérito, mas também tenho que reconhecer o mérito do Governo Regional na garantia da segurança dos dados que aqui estão em causa.

Finalizo dizendo claramente que mais do que estas questões políticas o que interessa são os resultados e os resultados é que neste momento temos mais famílias açorianas a beneficiar da tarifa social.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O quer dizer que temos mais famílias pobres!

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Mas queria mais!

O Orador: Permitam-me também só referir aqui uma questão.

O PS também não deseja ter 20 mil.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Mas parece!

O Orador: Quantos menos, melhor! Era sinal que tínhamos menos famílias açorianas em condições de acesso.

Portanto, não fazemos caso. Se não chegarmos às 16 mil, Sra. Deputada, não há problema nenhum, desde que estas famílias tenham realmente o seu rendimento e acima do acesso que tenham direito na Tarifa Social Energética.

Finalizo, Sras. e Srs. Deputados, dizendo que claramente os açorianos neste momento e estas famílias podem contar com mais rendimento disponível para fazer face às suas necessidades.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau *(PS):* Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputadas, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso eu que fica aqui demonstrado que quando o Bloco de Esquerda trouxe pela segunda vez, em poucos meses, esta questão a esta Assembleia, com pedido de urgência e dispensa em comissão, era mais do que justificada a urgência. Era justificada a urgência porque não só a medida não estava implementada, como o Governo Regional ainda estava com complexos procedimentos administrativos que nós temos dificuldade em perceber qual é a dificuldade que existe extraordinária nos Açores, que não existe e não existiu no resto do país…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Está no relatório, Sr. Deputado!

O Orador: … até porque, o protocolo, como já foi aqui referiu, com a Autoridade Tributária foi assinado apenas em fevereiro de 2017,…

Deputado Carlos Silva *(PS):* Outubro de 2016!

O Orador: …praticamente um ano após a lei ter sido aprovada no Orçamento de Estado para 2016.

Ou seja, todo este processo, todas essas desculpas ou justificações não aderem à realidade e são muito difíceis de perceber.

Estamos, é certo, aqui a discutir uma proposta que já está quase na sua globalidade cumprida, mas também creio que se demonstra a utilidade deste debate. A utilidade deste debate, principalmente ainda quando estivemos hoje de manhã a discutir desigualdades, a discutir a pobreza, uma medida deste tipo que tem um alcanço, como já foi reconhecido aqui por todos os intervenientes, muito grande e que beneficia de forma significativa muitas famílias (neste momento 11 famílias), que têm um desconto num serviço que é essencial e sem o qual ninguém pode passar.

Sobre as questões administrativas que a Sra. Secretária referiu, e até as questões relacionadas com a proteção de dados, não posso deixar de dizer mais uma vez que não consigo entender, e penso que os açorianos e açorianas, principalmente aqueles que foram prejudicados com este atraso, não podem compreender como é que nos Açores estas questões são mais complicadas de serem tratadas do que são no resto do país.

A autonomia tem que servir para fazer melhor e não para atrasar os procedimentos, como parece que foi o caso.

Fica também aqui demonstrado que esta medida, nas palavras da Sra. Secretária Regional, pode ainda chegar a mais famílias, e pode chegar a mais famílias, porque há dados, aparentemente, que ainda não estão disponíveis e ainda não são tratados convenientemente.

Deputada Catarina Chamacame Furtado *(PSD:* Talvez possam!

O Orador: Ora, também não percebemos este novo atraso, porque se há 5, 10, 15, 20 ou 1000 famílias (não sabemos!), que não estão a beneficiar deste processo, todo este processo tem que ser rapidamente acelerado.

Vi que a Sra. Secretária inscreveu-se, vou deixá-la responder, porque obviamente o Bloco de Esquerda retirará a iniciativa antes da votação.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** *(Marta Guerreiro):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como facilmente se perceberá e dificilmente se defende, claro que esta iniciativa do Governo Regional dos Açores não teve absolutamente nada a ver com a iniciativa do Bloco de Esquerda. Em primeiro lugar, isso é muito claro para todos fora desta sala. Era bom que aqui dentro também não houvesse qualquer dúvida.

As dificuldades em perceber o rigor da implementação deste tipo de mecanismo é uma falta de perceção sobre a importância que os dados pessoais, sensíveis das pessoas, têm.

O que foi feito durante este período foi garantir que tudo se processava em pleno respeito por estes dados. Nem mais cedo, nem mais tarde! O tempo necessário para o fazer e foi esse o nosso cuidado naturalmente aqui.

Relativamente ao número de famílias abrangidas e das estimativas face ao efetivamente concretizado, isso é um assunto para nós de menor importância.

O que nos interessa é que quem efetivamente tem direito a receber este benefício o recebe.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Esse é que é o ponto e é isso que nós defenderemos sempre.

Relativamente a algumas famílias que ainda poderão ser beneficiárias deste apoio, o que está previsto é que, independentemente do automatismo que está aqui verificado, se porventura houver alguma situação que por diferença de moradas ou não apuramento de rendimento correto, o consumidor tem o direito e tem o mecanismo para solicitar a sua inserção neste benefício. Portanto, também por aí fica garantido.

A nossa preocupação é que quem tem direito a esta tarifa é beneficiário da mesma e a nossa satisfação é que neste momento temos 11 mil famílias que estão a beneficiar dela…

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* A nossa satisfação é porque temos 11 mil famílias pobres!

A Oradora: … e que todos os que podem beneficiar têm direito à mesma e vão tê-la, se assim cumprem os requisitos para tal.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver aqui uma coisa.

É evidente que o que é importante é que a medida esteja a ser implementada (ponto n.º 1). Isso é importante!

Mas não nos venham dizer, não venha dizer agora a Sra. Secretária, que um erro de projeção de 4 mil famílias não é importante.

Não!... É muito importante!...

É muito importante no sentido de que os senhores têm que tomar consciência que a vossa eficácia e a vossa credibilidade tem de melhorar, porque é evidente que eu agora quando receber outra estimativa por parte do Governo Regional com um erro desta dimensão eu acho que não é confiável e todos nós aqui tomamos decisões com base em estimativas que nos são apresentadas pelo Governo Regional, que têm que ser credíveis, até porque isso significa um conjunto de despesas que têm que ser assumidas por todos nós, os decisores políticos.

Portanto, vir aqui desvalorizar, não são 15 mil, são 11 mil. Isso não tem importância nenhuma…

Não, não!... Tem muita importância!

Não pode voltar a acontecer. A eficácia tem que melhorar muito significativamente, que é o que eu diria se tutelasse os serviços que V. Exa. tutela.

Eu diria, como é que é possível que tenha sido cometido um erro desta dimensão?

Portanto, a desvalorização desse erro, não sendo o fundamental (não é), não deixa de ser algo que tem que ser evitado no futuro e que temos que tentar perceber (o Governo deveria fazer esse esforço), por que é que aconteceu. Como é que um erro de estimativa dessa dimensão foi cometido?

Em segundo lugar, também achei absolutamente odiosa a forma como também se tentou desvalorizar aqui a iniciativa do Bloco de Esquerda nesta matéria…

Deputado André Bradford *(PS):* Odioso é um bocadinho forte!

O Orador: Sim, foi um bocadinho forte!

… porque evidentemente é um partido que apresentou esta iniciativa na Assembleia da República, é um partido que apresentou inicialmente também aqui no Parlamento dos Açores, é um partido que, não estando em tempo útil a medida a ser implementada, insiste na sua concretização prática.

Evidentemente que existe o mérito político por parte do Bloco de Esquerda nesta matéria e na defesa que fez desta matéria e nos resultados que estão a ser alcançados.

Penso que era importante, depois da intervenção da Sra. Secretária, fazer referência a estes dois factos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente, e respondendo à Sra. Secretária Regional, aquilo que nós queremos, e que todos aqui penso que queremos, é que quem tem direito a esta tarifa a receba, mas queremos que toda a gente que tem direito à tarifa a receba em tempo útil e não um ano depois de ser devido. Daí a nossa iniciativa.

Não há dúvidas que o Governo Regional só avançou com o processo de forma mais célere porque o Bloco de Esquerda pressionou e porque foram aprovadas resoluções neste sentido. Disto, penso eu, que ninguém aqui terá dúvidas.

Mas o atraso que levou esta iniciativa contrasta – como já foi referido, esta tarifa abrange famílias desfavorecidas – de forma muito clara com a rapidez com que o Governo Regional aprova projetos de interesse regional, muito rapidamente, sem qualquer entrave, sem quaisquer entraves burocráticos. Mas quando é para ter uma medida que beneficia milhares de famílias desfavorecidas encontram-se todos os entraves…

Deputado Carlos Silva *(PS):* O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

O Orador: … e todas as dificuldades administrativas e burocráticas que levam a que se demore vários meses até se implementar uma medida deste tipo, com uma abrangência deste tipo e para uma população com as dificuldades que estas pessoas têm.

Finalmente, Sra. Presidente, como já foi aqui demonstrado, a iniciativa está cumprida, o Bloco de Esquerda retirará para não ser votada.

Presidente: Foi retirada a iniciativa pelo proponente, por isso também fica de imediato encerrado o debate.

Vamos fazer agora um intervalo de 30 minutos para depois continuarmos com os nossos trabalhos.

Regressamos às 17H10.

Eram 16 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 20 minutos.

Entramos agora no ponto quatro da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI – "Aprova o novo regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça na Região Autónoma dos Açores".**

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A caça é uma prática universal e ancestral.

Tem nos Açores uma grande tradição e história, que tem passado de geração em geração.

O arquipélago conta, atualmente, com 4.160 caçadores habilitados para a prática da caça.

Mais do que uma mera atividade de lazer, a caça representa um importante instrumento para o controlo dos níveis de abundância das espécies cinegéticas, passíveis de poderem causar prejuízos na agricultura, na floresta e na flora endémica, como são os casos do coelho-bravo e do pombo-das-rochas.

Esta é uma atividade sujeita a limitações a nível territorial e temporal, que são definidas através dos cadernos venatórios, anualmente ajustados à realidade de cada ilha.

Ao Governo Regional compete zelar por uma conduta de responsabilidade, bom senso e prática sustentável da caça, bem como por uma gestão equilibrada dos recursos cinegéticos.

É o que temos procurado fazer.

Para o Governo Regional os parceiros do setor são fundamentais na definição das melhores políticas públicas setoriais.

Daí contarmos com todos.

Continuaremos a privilegiar a audição de todos aqueles que querem participar e dar um contributo construtivo e exequível.

Ao longo do período de preparação do novo regime jurídico de gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça nos Açores foram consultadas 35 entidades, das quais 13 apresentaram sugestões, que foram devidamente analisadas e ponderadas, e muitas delas contribuíram para o enriquecimento da presente proposta de diploma.

Estamos, pois, perante uma proposta de diploma que resultou de um trabalho realizado com grande rigor, que teve em conta estudos científicos credíveis, preocupações ambientais e garante a gestão dos recursos cinegéticos de forma sustentável, para além de cumprir as diretivas e normas comunitárias em vigor.

Com uma estrutura muito mais simples e objetiva passa a estar reunido num único diploma todas as matérias referentes à gestão dos recursos cinegéticos e ao exercício da caça nos Açores.

Clarificou-se procedimentos, tendo em conta a legislação atual, desde logo ao nível das recentes alterações ao regime jurídico das armas e munições.

Com este novo regime jurídico facilita-se a constituição, composição e funcionamento dos concelhos cinegéticos de ilhas, com o intuito de incentivar uma maior representatividade dos caçadores.

Foram revistos os procedimentos administrativos quanto à emissão, renovação e revalidação da carta do caçador regional, bem como a atualização dos procedimentos referentes à fiscalização, autos de notícia, revistas, buscas e apreensões, para uma atuação com maior eficácia.

As diversas contraordenações passam a corresponder as respetivas molduras sancionatórias, tornando tudo mais claro e ajustado às infrações.

No que diz respeito ao regime de correção de densidade das espécies é introduzida uma maior flexibilidade, prevendo, caso seja necessário, o alargamento da caça a terrenos contíguos, desde que devidamente autorizados pelos proprietários.

É, igualmente, criada as denominadas zonas de defeso, como ferramentas de gestão corrente e de curto prazo para potenciar e assegurar a preservação e valorização de uma determinada espécie cinegética, sem recurso à utilização de sinalização própria, com a consequente redução de custos para a Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma em apreciação foi elaborada tendo sempre presente a necessidade de gerir de forma sustentável as populações cinegéticas enquanto recurso natural, não esquecendo a sua interatividade com as atividades económicas, agrícola e turística.

Nos últimos 15 anos a Direção Regional dos Recursos Florestais tem vindo a realizar vários estudos sobre a biologia e ecologia das diferentes espécies cinegéticas na Região, com a colaboração do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO), da Universidade do Porto, entidade de renome internacional ao nível do estudo de espécies cinegéticas.

Para além desses estudos, em toda a Região, são realizados periodicamente censos, para as diferentes espécies cinegéticas, o que nos permite compreender o desenvolvimento das respetivas populações.

Toda essa informação, de cariz científico, tem sido fundamental para o estabelecimento dos calendários venatórios, por forma a continuarmos a realizar no arquipélago uma exploração cinegética que nos orgulhamos de ser equilibrada e ambientalmente sustentável.

São 10 as espécies cinegéticas nos Açores, enquanto no Continente Português são cerca de 40. A atual proposta de diploma não prevê a introdução de novas espécies, nem a sua redução.

Reduzir o número de espécies cinegéticas nos Açores poderia condicionar fortemente toda a atividade cinegética, direcionando a pressão da caça para as restantes espécies.

O resultado poderia traduzir-se num desequilíbrio imprevisível, possivelmente com repercussões muito negativas para a fauna regional em geral.

O coelho-bravo é a espécie que concentra maior pressão de caça, contribuindo deste modo para a redução desta pressão sobre as restantes espécies cinegéticas. A sugestão do extermínio desta espécie na Região, em virtude dos danos permanentes na flora e agricultura açoriana, afigura-se imponderada considerando que não existem estudos comprovativos da interrelação do coelho-bravo com a fauna e flora dos ecossistemas das diferentes ilhas.

Retirar da lista três espécies de pato, designadamente o Pato-real, a Marrequinha ou a Piadeira, tal como foi proposto, representaria uma redução de cerca de 30% do número de espécies que se podem caçar, presentemente, nos Açores. Além disso tratam-se de aves migradoras que aparecem ocasionalmente nos Açores e que são caçadas em Portugal Continental, bem como nas suas áreas de origem, nomeadamente os continentes Europeus e Americano.

A existência de uma minoria de caçadores que caçam patos na Região, também não pode ser entendido como justificação para a extinção da caça a estas espécies, considerando que não confere o direito de desrespeitar os interesses desses caçadores, enquanto minoria, em prol de uma prática em fase de implementação na Região, como é a observação de aves.

De igual forma, do nosso ponto de vista retirar a Narceja e a Galinhola da lista de espécies cinegéticas também não faz qualquer sentido. Ao contrário do que alegam as associações ambientalistas, as populações destas duas espécies não

estão em declínio (não estão, repito!). Os resultados dos trabalhos de monitorização desenvolvidos pela Direção Regional dos Recursos Florestais e os estudos realizados pelo CIBIO (Universidade do Porto) demonstram a manutenção dos efetivos reprodutores destas espécies nos Açores.

Importa lembrar que no presente diploma ficam expressas quais são as espécies sobre as quais é possível exercer a caça, mas tal não determina que elas sejam efetivamente caçadas, todos os anos e em todas as ilhas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A caça é uma atividade que explora um recurso natural que é renovável e que pode efetivamente contribuir para a promoção da Região enquanto destino turístico de natureza.

A conjugação da caça com o turismo é, no nosso entender, possível e até complementar.

Nos últimos anos constatou-se um aumento da mobilidade de caçadores pelas várias ilhas. É o designado turismo cinegético, que representa, naturalmente, mais-valias económicas para as economias locais de cada uma das nossas ilhas.

Simultaneamente tem crescido o número de turistas que nos visitam ao longo de todo ano. Como sabemos a atividade da caça decorre, essencialmente, aos domingos e nos meses de menor presença de turistas na Região.

Além disso a presença de turistas não está circunscrita apenas aos locais onde é praticada a caça.

Por isso mesmo, no nosso entender, não faz qualquer sentido interditar a caça nos terrenos adjacentes a trilhos pedestres classificados.

Acresce ainda que não seria exequível a delimitação física, proposta pelas associações ambientalistas, de uma faixa de 250 metros para cada lado do trilho, considerando a orografia de muitos dos locais onde estão localizados.

Relativamente aos meios de caça permitidos importa termos a consciência que a Região, à semelhança de outras regiões, está obrigada a cumprir normas e acordos internacionais.

Proibir, por exemplo, a utilização de aves de presa como meio de caça, representaria a proibição direta da Falcoaria, que é uma atividade classificada pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade em Portugal, que o Estado Português se comprometeu a preservar, ao abrigo de convenções internacionais. Olhando para esta questão sob um prisma técnico, concluímos que se trata de um método de caça reconhecido pela Diretiva Aves da União Europeia e existem requisitos de registo obrigatório para as aves utilizadas.

Também no caso do Furão, um dos maiores predadores naturais do coelho-bravo nos Açores, não há estudos ou nenhuma evidência que comprove o impacto negativo da sua utilização na caça.

É inquestionável que o exercício da caça funciona como forma de controlo e manutenção das espécies cinegéticas em níveis de abundância equilibrados, pelo que o exercício do direito à não caça (que inviabiliza, por exemplo, a realização de correções de densidade) poderia induzir num aumento exponencial da abundância de uma determinada espécie cinegética (por exemplo o coelho-bravo), com o risco de se tornar praga e causar danos nas culturas existentes nas propriedades vizinhas.

Neste sentido, e na defesa dos direitos de cada cidadão (neste caso os vizinhos, que podem ser afetados pela não caça nos terrenos adjacentes), a legislação estabelece como condição para a concessão do «direito à não caça», a constatação de situações, devidamente documentadas, de ordem económica, ambiental, social ou relativas à segurança, que possam ser postas em causa pelo exercício da caça.

Esta proposta de diploma prevê a proibição do uso de cartuchos carregados com múltiplos projéteis de chumbo nas zonas húmidas classificadas da Região (Sítios Ramsar).

Não foi assim considerada a proposta em alargar a proibição do uso de cartuchos carregados com múltiplos projéteis de chumbo a toda a Região.

Na realidade os compromissos que vinculam o nosso País por via da ratificação da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, consistem apenas na restrição e sancionamento do uso ou detenção de cartuchos carregados com granalha de chumbo em zonas húmidas classificadas.

A extensão desta restrição a toda a Região, ou a todas as áreas de caça, iria assim para além do compromisso assumido por Portugal, e traria implicações económicas, técnicas e funcionais para os caçadores na Região, penalizando-os e colocando em risco o seu contributo para o equilíbrio das populações cinegéticas.

Exercida de forma responsável, a caça representa uma atividade promotora de bem-estar físico e psicológico de quem a pratica, permitindo interagir e tirar partido dos recursos naturais disponíveis, de uma forma sustentada.

A contribuição da caça para a conservação e equilíbrio da natureza é fundamental, permitindo que as espécies cinegéticas se mantenham em níveis de abundância equilibrados.

O reflexo de uma vivência marcada pela insularidade, onde se constatam diferentes realidades em oito das nove ilhas da Região, nas quais onde se pode caçar, obriga ao redobrar dos cuidados na gestão da caça nos Açores, tendo sido a preservação e perpetuação das espécies disponíveis para a caça a principal preocupação plasmada na presente proposta de diploma.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como foi aqui explicado pelo Sr. Secretário Regional, este diploma era importante atualizar, até porque havia um conjunto de outros diplomas que estavam avulsos que também convergiam para este documento e para a sua necessidade de modificação.

No entanto, esta versão do diploma que aqui chega é uma versão claramente incompleta e é tão incompleta que foram múltiplas as propostas de alteração que em seguida iremos discutir, algumas delas oriundas da própria bancada do Partido Socialista, o que mostra de facto algumas insuficiências do documento que estamos aqui a discutir nesta fase inicial.

Depois, um dos objetivos que aqui se pretende atingir, é uma flexibilização e uma melhoria do regime relativo às correções de densidade de animais, que deixa de fora um cada vez mais incontornável problema que a nossa Região tem, que é a questão do pombo torcaz que tem vindo a ser aqui trazida pelos vários grupos parlamentares e que já discutimos também em Comissão e que o Sr. Secretário Regional, falando em nome do Governo Regional, remeteu para o ambiente e não quis discutir aquando do debate preliminar deste diploma antes dele aqui chegar a plenário.

O que é facto é que se veio a comprovar que a retirada do pombo trocaz da Região das espécies cinegéticas não trouxe um benefício que não pudesse ser resolvido pela lei da caça, ou pelos períodos de defeso, ou pelo prolongamento dos períodos de defeso, veio antes introduzir na Região um desequilíbrio oposto àquele que existia à época quando se decidiu retirar o pombo torcaz das espécies cinegéticas.

O que temos hoje é um conjunto de problemas causados na nossa economia, nas produções agrícolas, nas nossas vinhas, por uma densidade excessiva de pombo torcaz, cuja correção pode ser solicitada pelos proprietários dos terrenos à tutela, mas que tem como consequência a perda dos animais e a perda dessas peças aquando da redução das populações, em vez das mesmas poderem ser utilizadas, consumidas a favor do nosso turismo, da nossa gastronomia, mediante as regras próprias e as limitações próprias que este diploma poderia consagrar e salvaguardar.

Portanto, julgamos e insistimos, com uma questão que já trouxemos aqui anteriormente e que também estava plasmada num diploma que parece estar cada vez mais esquecido, que é uma Estratégia Regional de Combate às Pragas e Controlo das Populações das Espécies Protegidas, que é a questão do pombo torcaz e que este diploma não consagra.

Portanto, Sr. Secretário, julgo que a parte mais importante e onde teremos aqui agulhas a acertar será feita na especialidade e no debate da especialidade as questões genéricas da necessidade, da utilização e da adequação da atualização deste diploma foram por si muito bem apresentadas, mas a afinação vem na especialidade e é importante fazê-la, sabendo que um dos seus objetivos, que são as correções de densidade, deixa de fora um dos problemas que a Região tem, que é a questão do pombo torcaz e que vai ser atendida e vai ter que ser cuidada também pelo Governo Regional, porque é um problema para a nossa economia e é um recurso que também está a ser de certa forma desperdiçado e que podia ser aproveitado também em benefício também da Região, da sua economia, do seu turismo e da sua gastronomia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima *(BE):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos agora uma proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o novo regime jurídico da gestão dos recursos cinegéticos e do exercício da caça.

Esta é uma proposta extensa, complexa e que levanta muitas questões, algumas delas polémicas, como foi público, dada a discussão pública que esta iniciativa gerou.

Para o BE há duas questões de fulcral importância que pretendemos abordar nesta primeira intervenção, nomeadamente a questão das espécies consideradas cinegéticas e aquilo que é o direito à não caça.

Sobre as espécies cinegéticas teremos obviamente oportunidade de as discutir com mais pormenor na especialidade, mas tanto no parecer anexo ao relatório da Comissão de Economia como no debate público que se gerou em volta desta proposta e das espécies cinegéticas propriamente ditas, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves levanta várias objeções e alertas quanto à inclusão de várias espécies na lista de espécies cinegéticas. Estes alertas, no entender do Bloco têm razão de ser, quanto mais não seja pelo princípio da precaução. É o próprio tratado da UE no seu artigo 191.º que estabelece que este princípio deve reger a política ambiental, como bem sabe o governo regional.

Existe também escassez de dados sobre a biologia de várias espécies que esta proposta considera espécies cinegéticas. Mais uma vez, a precaução aconselha que estas espécies não sejam consideradas espécies cinegéticas.

A precaução aconselha, portanto, que não sejam incluídas as várias espécies do género Anas – vulgarmente consideradas como patos –, cuja semelhança, aliás, pode levar a que sejam facilmente confundidas com outras espécies semelhantes de origem não Europeia.

No que diz respeito a outras espécies como a narceja e galinhola as preocupações do Bloco de Esquerda e da Sociedade Protetora das Aves são semelhantes: as suas populações são reduzidas e em declínio e, no caso da

narceja há também o perigo de confusão com a espécie migratória narceja-americana.

Por estas razões o BE apresentou já propostas de alteração que irão no sentido de eliminar estas espécies da lista de espécies cinegéticas. São propostas moderadas que assentam, como já disse, no princípio da precaução: não podemos permitir que sejam, potencialmente, caçadas espécies cuja biologia e habitats carecem de estudo; não devem ser espécies cinegéticas passíveis de serem confundidas com espécies migratórias que não são cinegéticas. Incumprir a lei é assim muito provável, mesmo que seja incumprida de forma não intencional.

Causa-nos também estranheza que, neste diploma, o direito à não caça apareça num patamar inferior àquele que é o direito da caça.

Esta proposta prevê que o direito à não caça (art.º 40.º) tenha de ser requerido e fundamentado pelo proprietário, arrendatário ou usufrutuário em contraste com aquilo que se passa a nível nacional.

A nível nacional o direito à não caça, não tem de ser fundamentado. Basta ser requerimento.

O que esta proposta faz é permitir uma total discricionariedade de secretária no que diz respeito às razões que se podem considerar válidas para que se requerer o direito à não caça ao contrário do que acontece na legislação nacional. Ou seja, nos Açores o direito à não caça é efetivo se o governo regional, ou o técnico que analisa o pedido, deixar. Questionamos o Sr. Secretário Regional nesse sentido: Porquê esta opção do Governo Regional?

Na mesma linha, esta proposta, proíbe que a caça seja exercida em terrenos circundados com muros com mais de 1,5m de altura enquanto que o regime jurídico nacional não define altura mínima para este muro. Não entendemos esta visão do governo regional em considerar que um muro, por exemplo, de 1

m de altura não seja razão suficiente para comunicar a quem possa interessar que este não deve ser ultrapassado.

Questiono o Sr. Secretário Regional, por que razão define uma altura mínima para o muro enquanto que o regime jurídico nacional não a define?

Mais uma vez, o Governo Regional, ou parece pelo menos pretender sobrepor o direito à caça ao direito do proprietário ou do arrendatário à não caça.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional que regulamenta os recursos cinegéticos trazidos hoje aqui pelo Governo tem, como um dos seus principais fundamentos, o facto de neste diploma ter por base o melhor conhecimento sobre os aspetos relacionados com a biologia e a ecologia das espécies cinegéticas, adquirido a partir de estudos técnico-científicos desenvolvidos a nível regional.

Sr. Secretário, eu devo dizer-lhe que este diploma não reflete quaisquer estudos técnico-científicos sobre a densidade das populações. Desde logo, porque ao logo de todo o diploma a caça que é mais permitida e onde se permite um maior esforço de caça é em relação ao coelho bravo.

Pergunto-lhe: quais são aos dados científicos que lhe demonstram essa sobrepopulação que existe neste momento na Região, quando todos nós sabemos que há um ano e meio atrás a febre hemorrágica dizimou completamente o coelho bravo na Região? Portanto, onde é que está essa sobrepopulação?

Ao contrário, e como já foi dito, outras espécies que são protegidas, nomeadamente o pombo-torcaz, neste momento já estão tão em desequilíbrio que podem ser consideradas uma praga.

Portanto, este diploma não reflete estudos científicos e já agora pergunto-lhe se os estudos científicos foram feitos a nível regional, por que é que o Governo Regional o fez em parceria com Universidade do Porto?

Foi porque a Universidade dos Açores não teve a capacidade de dar resposta, o Governo Regional pedia à Universidade dos Açores para ser parceira neste estudo das nossas populações ou foi porque o Governo Regional decidiu que a Universidade do Porto era mais competente para o fazer?

Devo lembrar que recorrentemente é dito nesta Casa que a Universidade dos Açores deve ser envolvida e que o Governo Regional até está disposto a financiar a Universidade dos Açores por cada euro que a Universidade dos Açores tiver enquanto projeto desenvolvido. Foi este o compromisso que o Sr. Presidente do Governo fez há quatro anos, que o financiamento à Universidade dos Açores ia ser por via dos projetos, mas depois quando o Governo Regional tem projetos para fazer, a avaliar as condições das populações na região, prefere fazê-lo à Universidade do Porto.

Outro dos objetivos que esteve na base das alterações introduzidas a este novo diploma foi o de permitir uma melhor representatividade dos caçadores na política cinegética da Região Autónoma do Açores, ouvindo os chamados Conselhos Cinegéticos de Ilha.

Eu devo dizer-lhe que o Sr. Secretário, aquando da sua audição na Comissão de Economia disse que todos os pareceres relacionados com a falcoaria tinham sido considerados e atendidos neste diploma. Não é verdade!...

A prova disso foram todas as propostas de alteração feitas pela bancada do PS, exatamente ao artigo 30.º, que regulamenta a caça da falcoaria, que esse, sim,

vai de encontro aos pareceres que foram dados e que chegaram à Comissão de Economia.

Portanto, o Sr. Secretário vai à Comissão de Economia dizer que o diploma reflete os pareceres dos parceiros, que quer ouvir os caçadores. Não considerou um único dos pareceres e eles já tinham sido ouvidos aquando da elaboração do diploma. É preciso agora o Grupo Parlamentar do PS vir aqui trazer propostas de alteração exatamente para que fossem considerados.

Mas não é só em relação à falcoaria. É que o próprio parecer dos caçadores da Ilha Terceira diz claramente (e com base nesse parecer vieram a grande maioria das propostas de alteração que foram apresentadas aqui) que "aquando da elaboração do documento, o Governo Regional já tinha recebido aqueles pareceres e esses pareceres não são refletidos no diploma".

Portanto, o Governo Regional quer ouvir os caçadores para depois ignorar homericamente a sua opinião.

Outra das provas de que este diploma não reflete qualquer conhecimento técnico-científico é que é transversal, à grande maioria dos artigos, uma redução do número de caçadores, uma redução do número de auxiliares e uma redução do número de secretários.

Ou seja, os auxiliares e os secretários são os filhos e são os jovens que acompanham os caçadores mais velhos, que por essa via têm oportunidade de aprender a arte da caça, muitas delas mais protetoras do ambiente e mais tradicionais e no caso da falcoaria uma arte difícil em que têm que acompanhar.

Este diploma reduz, sem se perceber, o número de auxiliares e de secretários, porque eu devo lembrar que os auxiliares e os secretários não caçam, portanto, não aumentam o esforço da caça.

Portanto, não existe nenhuma justificação científica para que isso aconteça.

E por que é que o Governo Regional decide reduzir o acompanhamento e por essa via também, de certa forma, acabar por extinguir e não conseguirem aprender as artes mais difíceis?

Mas o caso mais flagrante e que prova que este diploma não reflete nenhum estudo técnico-científico, é que o artigo que regulamenta o defeso, ou seja, os períodos durante o ano nos quais determinadas espécies não podem ser caçadas para se poder repor as populações, o chamado período de defeso, neste diploma está dois anos, ou duas épocas consecutivas de caça e todos os caçadores, numa atitude altamente responsável, dizem que se devia mudar para três anos e o Governo não quis.

Teve que ser o Grupo Parlamentar do PS e as outras bancadas a exigir uma maior responsabilidade por parte do Governo.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* É para mostrar trabalho!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo** *(PCP):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O presente processo de revisão do Regime Jurídico de Gestão dos Recursos Cinegéticos dos Açores parece-nos que possa trazer possível melhorias, tentando recuperar alguns aspetos positivos da atividade da caça e ajudando a potenciar as fantásticas capacidades cinegéticas que a nossa Região possui.

No entanto, deve haver atenção em alguns aspetos de relevância. Relembramos a importância do olhar para as diferentes densidades populacionais que as espécies apresentam de ilha para ilha, fruto de diversos fatores como a alimentação e o clima, que exigem medidas e formas de atuação diferente de local para local.

Consideramos muito relevantes que sejam realizados estudos detalhados em cada ilha do arquipélago sobre cada espécie. Só depois de aferir as suas populações se deve fazer constar, ou não, na lista de espécies cinegéticas e determinar a forma de correção, controlo ou proteção das suas populações.

Pelos pareceres emitidos por várias entidades associativas em diversas ilhas, constata-se que existem realidades bem diferentes e diversas, de ilha para ilha, na nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nas diferentes e diversas realidades cinegéticas das nossas ilhas deveria ser realizado um estudo que promova e pese o peso económico da caça na Região em cada ilha, bem como o seu potencial económico para o futuro.

A prática da caça pode ser uma atividade geradora de maior fluxo de turismo para a Região em especial na época baixa e com prevalência no estrageiro, assim se combatendo a sazonalidade turística.

No entanto, essa eventual fonte de rendimento para os Açores não pode ser prejudicial para outro fluxo de turismo importante como por exemplo o *birdwatching* e o pedestrianismo.

A prática de caça na Região não poderá ser motivo de afastamento de turistas que nos visitam para fazer os nossos trilhos pedestres e ou para observações de aves. Julgamos que seja possível, absoluto e necessário compatibilizar todas essas atividades.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Será importante fomentar o desenvolvimento da caça para os caçadores locais. Para o efeito haverá que estimular, por um lado, a sua organização e a sua tomada de consciência ambiental.

O caçador atual deve ser também um gestor da natureza, que terá todo o interesse em fomentar as espécies cinegéticas mais importantes, bem como a integração dos proprietários e os agricultores locais no futuro plano de desenvolvimento de recursos cinegéticos.

Consideramos que as opiniões dos Conselhos Cinegéticos de Ilha devem ser tidas em conta, especialmente quando há aferição do estado de conservação e abundância das espécies em cada ilha.

O PCP entende ser fundamental que as ações a empreender deverão ser rigorosamente planeadas e calendarizadas devendo a população local ser esclarecida sobre os passos e objetivos, devendo realizar-se um trabalho de informação junto de todos os habitantes.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PS apresenta-se a este debate, primeiro, um bocadinho preocupado, porque de alguma forma o CDS e o PSD estão incomodados com as propostas que o PS faz.

Portanto, não compreendemos como é que podem estar contra ou criticarem…

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O PS está incomodado com a proposta do Governo, tanto que apresentou propostas de alteração!

Deputado João Vasco Costa *(PSD):* Tenha calma, Sr. Deputado!... Tenha calma!...

A Oradora: Sra. Presidente…

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

A Oradora: É com algum espanto que vemos criticado o nosso direito de contribuir e de melhorar.

Deputada Graça Silva *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Portanto, é sempre possível fazer mais e melhor. Estamos aqui com esse objetivo e penso que é isso também que nos une.

Portanto, surpreende-me um pouco a vossa crítica e o julgamento desadequado.

Deputado Mário Tomé *(PS):* Muito bem!

A Oradora: Depois, por outro lado, preocupa-nos também o facto de ignorarem o excelente trabalho que é feito pelos diferentes departamentos do Governo…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bom!!!

A Oradora: … fichas técnicas, sensos, estatísticas, com a Universidade dos Açores, com a Universidade do Porto, etc., que corroboram a existência deste DLR (dois pontos assentes).

Depois, por outro lado, na nossa opinião, importa reforçar e reiterar a capacidade que o Governo teve em assimilar as diferentes posições, apesar dos restantes partidos não considerarem. Se lerem todos os pareceres, se fizerem balanço entre o que foi acautelado e devidamente ponderado, se calhar retiram o que disseram.

Por outro lado, importa reforçar a forte componente jurídica que compila as diferentes diretrizes e que regulamenta no seu todo esta atividade, desde o uso das armas, as munições, até contraordenações previstas.

É a manutenção desta atividade que permite a manutenção de possível desequilíbrios na flora e na fauna regional, por exemplo, nas doenças virais, presentes na agricultura. Isto é um facto.

Este DLR assume acima de tudo, e isso é importante, as orientações e normas comunitárias nacionais e europeias no que concerne à gestão sustentável das peças, reiterando assim o princípio da ecologia e da biodiversidade e isso é que é importante.

Nós, numa Região tão forte, tão rica em flora e fauna é necessário que isto esteja devidamente acautelado. Portanto, somos a favor e naturalmente que teremos propostas de alteração como formas de contributo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisando o diploma em causa tenho aqui algumas dúvidas, que penso que também já foram colocadas pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado André Bradford *(PS):* Então pronto, se já estão colocadas não é necessário!

O Orador: É necessário!

A primeira questão tem a ver com as espécies cinegéticas que são aqui consideradas. Eu não vi uma fundamentação suficiente, tendo em conta também os pareceres de algumas associações e as observações que são feitas para esta listagem.

Considero que algumas das observações que são feitas são bastante pertinentes e não vejo que a fundamentação para a sua manutenção tenha uma sustentação científica e tenha uma sustentação do ponto de vista de dados objetivos que tenham sido apresentados por parte do Governo até agora, até ao momento do debate em que estamos.

A segunda questão tem a ver com o artigo n.º 40.º, o direito à não caça. A questão que lhe coloco é a seguinte:

Diz aqui que "é faculdade dos proprietários requerem por períodos renováveis a proibição da caça nos seus terrenos mediante apresentação de razões fundamentadas".

Mas quais são as razões que a administração considera que são fundamentadas?

Por exemplo, há alguém que discorda da filosofia, discorda da atividade, pura e simplesmente. Essa razão é atendível ou não é atendível?

Quais são as razões que são consideradas? E esse tipo de subjetividade? Esse tipo de subjetividade parece-me também…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Discricionária!

O Orador: … muito discricionária, exatamente.

Por isso queria que me esclarecesse quais são as razões que fundamentam o direito à não caça.

Aqui devo dizer que concordo com a observação do Bloco de Esquerda também em relação a esta matéria, ou seja, o proprietário notifica que não pretende que a caça se realize nos seus terrenos (ponto final).

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Rocha, só para lhe dizer que a bancada do CDS não ficou nem incomodada com as propostas de alteração do PS, nem surpreendida, porque elas são única e exclusivamente uma cópia dos pareceres dos parceiros sociais que foram ouvidos, no caso, os caçadores e …

Deputado Carlos Silva *(PS):* Então por que é que a senhora não fez?

A Oradora: … no caso em particular os falcoeiros.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* E isso é mau?

A Oradora: É ótimo e foi esse o elogio que eu fiz.

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Não, não! Está enganada!

A Oradora: Eu fico é surpreendida que nem sequer tenha a capacidade de reconhecer um elogio por parte de uma bancada da oposição. Isso é que é surpreendente.

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Porque aquilo que a bancada do CDS disse foi tão simplesmente isto: este diploma está a ser elaborado há dois anos. Os caçadores da Região foram ouvido, atempadamente, no momento da elaboração do diploma e disseram exatamente aquilo que fizeram chegar à Comissão, aos Srs. Deputados.

Todos os Srs. Deputados perceberam que os pareceres faziam sentido, deveriam ser introduzidos no diploma, que melhoravam o diploma.

Estranhamente a Secretaria Regional, as suas respetivas Direções Regionais, em relação aos quais a senhora apresentou os livrinhos…

Deputada Mónica Rocha *(PS):* Livros!

A Oradora: … não foram capazes de reconhecer a pertinência dos pareceres dados, ao contrário do PS e de todas as outras bancadas que apresentaram propostas de alteração que enriquecem e claramente melhoram o diploma.

Mas já agora em relação aos livrinhos que apresentou aí, onde é que está a página que diz que o coelho bravo se encontra neste momento em desequilíbrio, em sobrepopulação, depois de ter sido completamente dizimado com a febre hemorrágica?

Agradecia que me esclarecesse.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* E continua!

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Não deixe o Presidente do Grupo Parlamentar do PS apresentar trabalho!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir neste debate antes do Sr. Secretário Regional prestar esclarecimento às questões que aqui foram colocadas pelos partidos da

oposição, mas é inevitável depois da intervenção da Sra. Deputada Mónica Rocha que (aliás vem na linha de outras intervenções da bancada do Partido Socialista que se manifesta muito incomodada cada vez que a oposição ou concorda com o diploma, ou apresenta uma postura construtiva) decidiu vir aqui "riscar uns fósforos" para animar o debata ou, quiçá, "disparar uns cartuchos".

O que é facto é que o PSD apresentou-se aqui com uma postura construtiva salientando a importância do diploma e da sua atualização face às necessidades e face a um outro conjunto de normativos legais que entretanto mudaram e que era importante que este diploma acompanhasse.

Salientou os problemas que é preciso resolver, nomeadamente a questão do pombo torcaz, que é um problema incontável para as nossas produções agrícolas e para a nossa fruticultura.

Apresentou de forma construtiva um conjunto de propostas de alteração que, tal como as propostas do Partido Socialista, vão ao encontro daquilo que foram os pareceres solicitadas em comissão às diversas entidades, porque nenhum de nós é omnipotente e omnipresente e não tomamos decisão sem ela ser fundamentada com auscultação, ou por parecer, ou por reunião com os intervenientes nos mais variados setores e estamos a fazer o nosso trabalho.

Portanto, a Sra. Deputada na ânsia de gerar aqui um debate e um conflito com as bancadas da oposição,…

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

O Orador: … foi a Sra. Deputada que manifestou aqui um "inconseguimento" e criou aqui um conflito onde ele não existe.

Por isso é que as intervenções iniciais dos vários partidos remeteram para o debate na especialidade as alterações que este diploma precisa que lhe sejam feitas, inclusivamente as do Partido Socialista.

E olhe, se calhar convém com que fique satisfeita, porque nós vamos votar favoravelmente algumas das vossas propostas de alteração.

Portanto, é essa a postura que nós aqui devemos ter e salientar que este diploma até vai ao encontro de algumas das posições das associações conservacionistas defensoras do ambiente e dos animais que, através da regulamentação que os diplomas da caça conferem, permitem proteger essas espécies, como por exemplo o caso da galinhola cuja caça está interdita na Ilha de São Miguel há 30 anos.

Portanto, Sra. Deputada, qual é o seu problema?

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É sempre um prazer receber um elogio do CDS e é sempre um prazer ver uma postura diferente do PSD na perspetiva de promoção…

Deputada Isabel Quinto e Deputado André Bradford *(PS):* Muito bem!

A Oradora: … de ideias, de projetos e de contributos construtivos, como disse. Mais não seja se a minha intervenção permitiu que os senhores mudassem completamente a vossa posição do debate, para mim foi muito importante.

Deputado Paulo Parece *(PSD):* "Presunção e água benta cada um toma a que quer!"

A Oradora: Se quiserem continuar pois passemos à especialidade. É também com muito gosto que vamos com certeza concordar nos diferentes contributos desta especialidade.

Estamos no fim reunidos pelo mesmo propósito.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições? Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de procurar dar resposta a algumas das questões que foram aqui colocadas nesta fase do debate, sendo certo que algumas delas, do meu ponto de vista e do ponto de vista do Governo, foram claramente colocadas na intervenção que fiz de apresentação do diploma. Daí que não me irei repetir.

No que se refere às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro devo dizer o seguinte:

Esta proposta de diploma não tem insuficiências. Naturalmente, promoveu-se um amplo debate depois da sua apresentação e naturalmente que o Governo e o Grupo Parlamentar estarão sempre disponíveis para acolher sugestões, desde que sejam construtivas e exequíveis. Naturalmente o que se seguirá, ou o tempo que se seguirá, irá comprovar isso mesmo.

Agora vir dizer aqui, como disse a Sra. Deputada Graça Silveira, que o Governo não fez caso das propostas que foram apresentas pelas associações de caçadores ou até pelas associações ambientalistas, isso não é verdade.

Aliás, há um trabalho que a Direção Regional de Recursos Florestais tem feito ao longo desses anos, é um trabalho de grande proximidade com as Associações de Caçadores e isso aconteceu naturalmente com a apresentação deste diploma.

Agora não é tecnicamente possível (não é?) acolher todas as sugestões, como é óbvio.

Aliás, se olharmos, por exemplo, as Associações de Caçadores propõem a introdução de mais espécies cinegéticas; as Associações Ambientalistas querem retirar espécies cinegéticas. Daí percebe-se a sensibilidade e a pressão que existe neste diploma.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Nunca falei em introduzir espécies!

O Orador: De facto, a questão do pombo torcaz é uma questão pertinente, Sr. Deputado Luís Rendeiro. Agora aquilo que eu disse na Comissão de Economia é que esta não é uma matéria para resolver neste diploma.

O pombo torcaz, como sabe e como os Srs. Deputados sabem, já fez parte da lista de espécies cinegéticas, até 30 de setembro de 1992. Portanto, ainda era o PSD governo na altura.

É uma subespécie endémica e está protegida pela Diretiva das Aves.

A informação que posso aqui divulgar é que a Direção Regional do Ambiente tem efetuado sensos às suas populações nos últimos quatro anos e não há um registo do aumento das populações.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não percebi!

O Orador: Tem sido um estudo que tem sido feito, Sra. Deputada Graça Silveira, pela Universidade dos Açores.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Por quem?

O Orador: O estudo tem sido feito pela Universidade dos Açores.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* O senhor disse que tinha uma universidade altamente competente no Porto e repetiu na Comissão de Economia!

O Orador: Sra. Deputada, a Sra. Deputada tem que estar mais atenta àquilo que eu estou a dizer. Depois faz uma confusão nessa cabeça.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, julgo que essa matéria em relação aos pombos torcazes acho que estamos falados.

Agora, é assim, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que se houver situações críticas é sempre possível, através das Associações Agrícolas, pedir uma correção de densidades e isso naturalmente está previsto na legislação.

Sr. Deputado António Lima, neste novo diploma as espécies cinegéticas são mantidas e a sua manutenção resulta, no fundo, da avaliação que é feita, do ponto de vista técnico.

Isso não são decisões políticas, são decisões técnicas baseadas em estudos.

A Sra. Deputada Graça Silveira gosta sempre de colocar em causa os estudos feitos pelo Governo e feitos pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

A Sra. Deputada tem uma fixação pelos estudos que são feitos pela Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, mas não deixam de ser estudos credíveis.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Então diga Sr. Secretário qual é a densidade populacional do coelho bravo?

O Orador: Tanto são credíveis que a Administração Regional recorreu, em 2001, à universidade que maior competência tem no país para esse tipo de estudo.

Por isso mesmo é que as decisões políticas são tomadas com base em estudos científicos e este diploma resulta desse trabalho que foi feito, quer pela Universidade, quer pelos técnicos da Direção Regional dos Recursos Florestais.

A senhora gosta muito de pôr em causa e de denegrir o Governo, mas, no fundo, quando está a fazê-lo, está a denegrir é os técnicos que muito trabalham pela preservação da caça na Região, no caso da caça, nesse caso.

A opção do direito à não caça, eu percebo que seja uma questão sensível, mas é preciso perceber uma coisa, o Governo tinha que acautelar os interesses, no fundo, da agricultura, desde logo, porque na verdade se nós não fizéssemos essa redação, o que poderia acontecer no futuro era que, por uma razão qualquer, um proprietário de um terreno rústico poderia dizer "eu não autorizo que se cace no meu terreno", o vizinho do lado diria o mesmo e podíamos chegar a uma situação de populações de espécies cinegéticas, no caso do coelho, que podiam pôr em causa a sustentabilidade da agricultura. Portanto, desde logo, este era um problema.

Deputado Paulo Estêvão *(PPM):* Qual é a justificação?

O Orador: As justificações estão previstas no diploma.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não estão previstas não! Diz que são razões fundamentadas!

O Orador: Portanto, têm que ser de natureza económica, têm a ver com questões de segurança.

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Não estão previstas no diploma! É subjetivo!

O Orador: Vamos imaginar que há um complexo turístico. Pode ser uma razão para invocar, não é?

Serão avaliadas pela administração, mas naturalmente o interesse público estará sempre na primeira linha da avaliação que será feita pela administração.

A Sra. Deputada Graça Silveira referiu-se à questão dos pareceres da falcoaria, mas devo recordar que no que se refere a esse parecer concretamente, esses pareceres só foram entregues à Comissão de Economia. Não foram entregues antes da Comissão de Economia.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Não está a dizer que são mentirosos, porque leio o relatório aqui!

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* Está enganado Sr. Secretário. Foram os próprios que dizem que foram auscultados!

O Orador: Agora, na verdade, e o que importa reter neste momento é que o Governo Regional acolheu muitos dos pareceres que foram apresentados e se esta proposta tem esta versão final e este formato resulta muito no enriquecimento que foi dado pelos pareceres.

Agora uma coisa é certa, nós não podemos acolher, nem seria possível tecnicamente acolher, todos os pareceres.

E ficava por aqui, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o Sr. Secretário referiu aqui os estudos das populações do pombo torcaz de que o Governo Regional dispõe e que contrastam com a perceção de campo dos nossos produtores agrícolas, nomeadamente, que assumem que a população do pombo torcaz está em crescimento e que está em níveis que são prejudiciais à nossa economia e às suas produções.

Portanto, eu solicitava que, se fosse possível, ainda durante o decurso deste debate, pudesse fazer distribuir aos Deputados desta Casa esses estudos e ao longo de quantos anos é que foram feitos para termos uma perceção, ainda no debate, da flutuação das populações do pombo torcaz nos últimos anos (sei lá, 3, 4, meia dúzia de anos, aqueles que forem possíveis apresentar), com os estudos que Governo Regional dispõe, segundo as declarações que o Sr. Secretário aqui fez.

Em segundo lugar, gostaria de saber, ou através de uma resposta sua ou da Sra. Secretária Regional do Ambiente, se o Governo tem noção, através dos pedidos de redução das populações de pombo torcaz feitos nas nossas explorações agrícolas, de que número de animais é que estamos a falar e qual o destino que é dado a esses animais que são reduzidos, chamemos-lhes assim, e que não são aproveitados de forma alguma, como são as outras espécies cinegéticas, ao abrigo da regulamentação e da legislação que aqui hoje estamos a discutir?

Julgo que a resposta a estas questões também é importante para fundamentar este debate e para esclarecer algumas questões que são debatidas todas as vezes que estes assuntos são trazidos a este plenário, mas depois carecem da devida fundamentação.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não pense que me condiciona na minha intervenção sugerindo que eu tenho uma obsessão com a Universidade dos Açores, porque eu nesta Casa já ouvi sistematicamente referir que a Universidade dos Açores tem que ser trazida para a decisão das questões importantes do desenvolvimento económico e social da Região.

Disse daí agora que a Universidade dos Açores participava nestes estudos, mas na Comissão disse claramente o seguinte e passo a citar:

"A gestão da caça tem sido gerida com base em estudos biológicos, sensos efetuados e listagem de espécies existentes ilha a ilha, com base em estudos feitos em colaboração com a Universidade do Porto".

E voltou a repeti-lo dali daquela bancada. Não me respondeu ainda se essa opção foi porque a Universidade dos Açores foi convidada a participar e não tinha capacidade de resposta ou se foi uma escolha do Governo Regional que é igualmente legítima, mas que nos coloca cada um no seu lugar com as suas opções e as respetivas consequências em discurso futuro.

Devo dizer-lhe que quando diz que os pareceres só chegaram à Comissão de Economia, eu passo a ler aquilo que é dito pela Associação Terceirense de Caçadores e que apresenta, e mostro um quadro exaustivo de todas as propostas de alteração que sugere o texto da iniciativa, a proposta de alteração e a motivação, documento com base no qual as bancadas deste parlamento apresentaram as suas propostas de alteração, e passo a ler:

"Esta associação já tinha efetuado o seu parecer respondendo à solicitação da Direção Regional dos Recursos Florestais aquando da elaboração da proposta

de revisão do diploma por parte da tutela, conforme documentos em referência, C e D, onde apresenta o número dos ofícios…

Deputado Luís Rendeiro *(PSD):* O Sr. Secretário enganou-se!

A Oradora: … onde foram solicitados os pareceres a esta Associação e que o Governo Regional não acatou um único".

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

A Oradora: Cometeu neste momento dois erros, não ter acatado e ter faltado à verdade neste Parlamento.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, ainda na sua primeira intervenção refere que as espécies de patos, que são de facto caçadas, são as espécies migratórias e que existem poucos caçadores a exercer essa caça.

Refere ainda que não se pode pôr em causa o direito a esses caçadores de caçarem, retirando essas espécies da lista de espécies cinegéticas, em proveito de outras atividades económicas que estejam a surgir como é a observação de aves.

Eu aproveito (sei que está ao telefone) a presença da Sra. Secretária Regional, mesmo do ambiente e do turismo, não é por acaso, para saber o que é que pensa desta questão?

Sobre a questão do direito à não caça, concretamente o Sr. Secretário Regional não respondeu, mas eu aproveito para reforçar a questão: qual é a justificação científica para se considerar que o muro tem que ter um metro e meio de altura para ser interdita a caça nesse terreno?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Entro no debate para informar a câmara, a casa e quem está a assistir a este debate, que efetivamente o parecer que a Sra. Deputada Graça Silveira leu sobre a Associação Terceirense de Caçadores, refere que tinham dado parecer sobre este diploma ao Governo.

O que a Sra. Deputada não refere é que na questão da falcoaria, no artigo 30.º, esta Associação não apresentou proposta nenhuma de alteração.

Deputada Graça Silveira *(CDS-PP):* Então por que é que os falcões não foram incluídos pelo Governo?

O Orador: Portanto, aquilo que o Sr. Secretário (presumo, e eu ouvi que o Sr. Secretário disse) disse foi que nas propostas de alteração à falcoaria, não tinham chegado propostas ao Governo, antes na elaboração deste diploma.

Portanto, só estou aqui a repor a situação.

Muito obrigado.

Deputado Mónica Rocha *(PS):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Aquilo que o Sr. Secretário diz em sede de Comissão, e passo a ler, é que "o Governo Regional [o Governo Regional!] acatou [acatou!] todos os pareceres sobre a falcoaria".

Deputado Pedro Moura *(PS):* Artigo 30.º!

A Oradora: Então é porque recebeu os pareceres.

O Sr. Sr. Secretário disse que os pareceres da falcoaria não chegaram ao Governo Regional, que só chegaram à Comissão de Economia.

Então diz em Comissão que acatou os pareceres sobre a falcoaria. É porque os recebeu, ou não?

Como é que vem dizer aqui que não recebeu pareceres, que só Srs. Deputados é que receberem os pareceres, se em sede de Comissão diz que os acatou? Pode esclarecer?

Não sei se prefere esclarecer o Sr. Secretário ou se o Sr. Deputado André Rodrigues.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** *(João Ponte):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente duas ou três notas para clarificar e esclarecer.

Em relação à população de pombo torcaz, o Governo irá distribuir naturalmente o trabalho que tem feito sobre essa matéria e irá entregar à Sra. Presidente da Assembleia para ser distribuído pelos Srs. Deputados, logo que esteja disponível.

Sra. Deputada Graça Silveira, vamos clarificar: eu não disse que a Sra. Deputada tinha uma obsessão pela Universidade dos Açores.

Deputado André Bradford *(PS):* Embora seja verdade!

O Orador: Eu não disse isso, que fique claro.

A opção que foi feita em 2001 (portanto, essa foi uma opção feita em 2001, os estudos começaram em 2001), vinha no seguimento de contactos anteriores com a Universidade do Porto no sentido de ajudar o Governo nessa matéria e

naturalmente isso deveu-se essencialmente porque a Universidade dos Açores não dispunha de investigadores na área em causa.

Portanto, eu acho que isso é uma situação normal.

Naturalmente se os tivesse a opção teria sido outra como foi agora aqui o caso dos estudos que estão a ser promovidos pela Direção Regional do Ambiente em relação aos sensos da população do pombo torcaz.

Em relação aos pareceres, também para clarificar, nós recebemos pareceres de 13 entidades e aquilo que eu disse na Comissão foi que houve determinadas entidades que apresentaram-nos sugestões que estavam centradas na falcoaria. Não quer dizer que tenha sido associações ligadas à falcoaria. São coisas completamente diferentes.

Naturalmente aquilo que o Governo fez foi face aos diferentes pareceres que nos foram apresentados considerou aqueles que do ponto de vista técnico, tendo em conta os estudos que a Direção Regional dispunha, e foram acautelados em termos de proposta. Foi esse o trabalho que foi feito e que resultou neste diploma.

Tal como disse, no seguimento da apresentação do diploma, gerou-se um amplo debate e em resultado deste debate, hoje, pelo menos três partidos com assento parlamentar apresentam um conjunto de sugestões, que naturalmente os Srs. Deputados irão analisar, irão apreciar e irão votar. Não vejo mal nenhum nisso e até ao último momento é sempre possível fazer alterações. Não quer dizer que seja um documento incompleto.

Naturalmente tudo o que vier a bem naturalmente será aceite por esta Assembleia. Não vejo mal nenhum nisto.

Pior seria se não acolhêssemos e se não ouvíssemos as entidades com propriedade sobre essa matéria.

Portanto, acho que é um processo perfeitamente pacífico.

Sr. Deputado António Lima em relação ao metro e meio, aquilo que me dizem, porque eu não tenho legislação comigo aqui, é que nós estamos a cumprir a legislação nacional, que é o Decreto de 2004, se não me falha a memória, o Decreto-Lei 202, de 18 de dezembro de 2004, e estamos a cumprir.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, se há mérito que nós no PSD temos que dar a este Governo e ao Partido Socialista é ao facto de estarem sempre muito bem preparados para fazer oposição à oposição.

E sendo que a questão do pombo torcaz foi discutida em Comissão, seria de esperar que o estudo das populações do pombo torcaz tivesse a ferver nas mãos deste governo para ser apresentado neste debate ou pelo menos para que os seus números pudessem aqui ser defendidos e justificados.

Por isso é que eu solicitei que esse estudo fosse apresentado e distribuído ainda no decurso deste debate para fundamentar as nossas posições e decisões, o que me leva à questão seguinte.

Acompanhando a Deputada Graça Silveira e o CDS…

Deputado Artur Lima *(CDS-PP):* Muito bem!

O Orador: … na necessidade que os estudos sejam feitos pela Universidade dos Açores e na Região,…

Deputado José Contente *(PS):* E foram!

O Orador: … já agora era importante saber se as restantes espécies cinegéticas da Região também dispõem de estudos de população de modo a regular a atividade cinegética que as obriga, senão já estou a ver, a partir de amanhã, os técnicos do Governo a ir fazer muito mais *birdwatching* do que aquele que têm

feito até agora, para fazerem sensos e estudos das populações das espécies em causa.

Sr. Secretário Regional, os dados são importantes e nós temos que ter dados para tomar decisões e é uma questão que começa a ser incontornável neste debate, é que talvez faltem dados para que se tomem decisões mais corretas. Isso seria importante.

Se o estudo existe e se o Governo o tem, que seja distribuído tão rapidamente quanto possível, Sr. Secretário.

Portanto, tem o estudo? É possível distribuir já? Ou não vai ser possível distribuir esse estudo durante o período deste debate?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar na generalidade o diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Entramos agora no período de debate e votação da especialidade.

Este diploma tem 88 artigos e uma série de propostas de alteração, por isso apelo à vossa colaboração para que decorra dentro da normalidade esta votação.

Proponho à câmara a votação em conjunto dos primeiros quatro artigos deste diploma. Portanto, proponho à votação conjunta os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do diploma.

Não havendo oposição vou colocá-los à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora às propostas de alteração ao artigo 5.º.

Coloco à votação em primeiro lugar as do Bloco de Esquerda e dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por economia de tempo apresentarei as propostas de alteração do Bloco de Esquerda que, apesar de serem algumas, prendem-se fundamentalmente com duas questões:

No artigo 5.º eliminamos quatro espécies, nomeadamente as espécies de patos, a galinhola e a narceja, eliminamos da lista de espécies cinegéticas, e há uma série de outras alterações que se prendem com estas alterações que são a adaptação, se for aprovada, esta nova listagem.

Estas nossas propostas de alteração, em relação às espécies, prendem-se, como referi na minha intervenção inicial, com o princípio da precaução, porque, de facto, o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, que é uma publicação do Instituto da Conservação da Natureza, refere, para várias destas espécies, nomeadamente para os patos, no caso do pato real, é referido neste Livro Vermelho, que a espécie está para os Açores classificada como uma espécie com informação insuficiente, ou seja, não há informação suficiente sobre a sua biologia, sobre a sua população nos Açores.

O mesmo acontece com as outras espécies de pato, o pato marrequinho ou pato marreco, é uma espécie também de informação insuficiente para os Açores, e a piadeira não assinala nos Açores a sua presença definindo como sendo uma raridade.

Neste sentido, não faz sentido haver uma espécie que esteja na lista de espécies cinegéticas que seja uma espécie de ocorrência rara nos Açores.

Em relação a outras espécies, no caso da narceja, também é uma espécie de informação insuficiente e ainda, e finalmente, no caso da galinhola é também uma espécie de informação insuficiente.

Aproveito também para fazer aqui um breve comentário a uma proposta que o Partido Socialista apresentou de alteração a este artigo que parecendo, porventura, que adiciona uma espécie à lista de espécies cinegéticas, uma espécie americana que não ocorre nos Açores, ou ocorrendo será uma espécie acidental, para resolver o problema da confusão eventual do caçador ao caçar uma espécie que não esteja na lista, o Partido Socialista resolve colocar uma espécie a essa mesma espécie, ou seja, a forma que o Partido Socialista tem de resolver a eventual confusão do caçador é adicionando mais espécies, ou seja, já que é para caçar, caça-se tudo, não há problema, se nos enganamos adicionamos a espécie e resolve-se o problema legal.

Essa proposta parece-nos a forma mais fácil, mas também mais errada de resolver o problema.

As restantes propostas de alteração, neste artigo, que adicionam espécies, nomeadamente a do PSD tem a mesma justificação. Votaremos contra, com a mesma justificação, uma vez que não há informação suficiente.

O Bloco de Esquerda apresenta ainda propostas de alteração que têm a ver exatamente com o direito à não caça, para que não seja necessário justificar esse requerimento, sendo um direito dos proprietários ou dos arrendatários, dos terrenos, não existir caça no seu terreno. E a questão dos muros que foi

respondida pelo Sr. Secretário, efetivamente não convence essa arbitrariedade em relação a um valor que não existe na legislação nacional.

A Lei de Bases da Caça não define um tamanho, uma altura para os muros. Parece-me um pormenor, mas achamos que não faz qualquer sentido se manter.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi para fazer esta intervenção para justificar o voto do PSD contra as propostas do Bloco de Esquerda que visam retirar mais espécies à lista de espécies cinegéticas da Região.

Se houve coisa que se aprendeu com o tempo e com o debate que se realizou em Comissão e também aqui no plenário, é que a retirada do pombo torcaz da lista de espécies cinegéticas não só não resolveu o problema como criou um problema adicional.

A própria lei que regulamenta a caça e o calendário venatório, ela própria é suficiente para, mediante os estudos, esses sim, que o Governo Regional deve ter e que o Sr. Deputado, e bem, diz que não existem e que têm ser feitos, ter um calendário, uma regulamentação e uma fiscalização da atividade da caça adequada à proteção das espécies, sempre que os seus números e as suas populações atingirem patamares inferiores àqueles que serão adequados para a sua conservação e à sua manutenção nos Açores.

Portanto, não é a retirada dessas espécies da lista de espécies cinegéticas que resolve o problema. É sim a sua monotorização e a adequação da regulamentação e dos calendários venatórios aos números de exemplares que forem disponíveis na Região.

É por esse motivo que o PSD vai votar contra as propostas do Bloco de Esquerda neste artigo, e a introdução, também posso já adiantar, de mais uma espécie proposta pelo PSD, que é o faisão comum a ser criado em cativeiro e libertado em ambiente, é como já se faz com a codorniz que não tem nenhum tipo de impacto nem nenhum problema ambiental nem consequências para a nossa fauna e flora regionais e que é mais uma espécie que pode permitir a diminuição da pressão de caça sobre as espécies restantes que estão disponíveis para os caçadores regionais, para o turismo e também para a nossa economia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar contra a proposta do Bloco de Esquerda. Faz *jus* às palavras do Sr. Deputado Luís Rendeiro na necessidade de efetivamente haver equilíbrio entre os diferentes recursos e as diferentes espécies. Naturalmente e consequentemente o seu desequilíbrio nunca será favorável e pode ter consequências graves na economia, na agricultura e afins.

Por outro lado, o Partido Socialista também apresenta uma proposta com relação à introdução da narceja delicata como espécie cinegética, considerando que a mesma não aumenta a pressão sobre as restantes espécies.

Esta deixou de ser uma subespécie para o estatuto de espécie e é uma espécie que aparece regularmente na Região Autónoma dos Açores apenas no outono e no inverno.

A presença desta mesma espécie e a sua inclusão permite diminuir a pressão na narceja comum e os estudos por fim apontam que para a estabilidade do efetivo residente da narceja comum nas ilhas.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS irá votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda exatamente pelas razões apontadas, ou seja, em relação ao pombo torcaz até 89 era permitido, era uma espécie cinegética. Em 92 passou a ser considerado uma espécie protegida.

Neste momento temos um problema adicional, que mesmo que haja vontade por parte do Governo Regional de introduzi-lo como espécie cinegética, tem que reformular todo o processo que foi feito à Comunidade Europeia e explicar à Comunidade Europeia que afinal já não é uma espécie autóctone, afinal já não é uma espécie especial e protegida, e afinal até é uma espécie que neste momento já é considerada uma praga e que devia ser reintroduzida.

Portanto, por precaução, como o Sr. Deputado gosta bem de dizer, por uma atitude precaucionaria, acho que é de todo o interesse em manter estas espécies devidamente monitorizadas, além de que todos nós sabemos se reduzirmos a metade ou a um terço o número de espécies que são espécies que podem ser caçadas, ou seja, que são espécies cinegéticas, aumentamos drasticamente o esforço de caça sobre as que acabam por ser permitidas.

Nesse sentido o CDS vai votar contra esta proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da minha parte sempre considerei também convincente os argumentos apresentados pela SPEIA. Portanto, em relação à galinhola, à marrequinha, à piadeira e, claro, ao pato-real, considero que devem ser protegidos.

Portanto, vamos votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente do Governo Regional *(Vasco Cordeiro):* Não pelas outras espécies, mas por causa do pato-real!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar agora à votação e, em primeiro lugar, porque é esta a ordem de entrada na Mesa, está à votação a proposta de alteração ao artigo 5.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD a este mesmo artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 17 votos a favor do PSD e 3 votos a favor do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 5.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à câmara a possibilidade votarmos os artigos 6.º e 7.º em conjunto?

Não havendo oposição estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, neste caso é uma proposta de eliminação, apresentada pelo PSD, ao artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Fica assim prejudicada a proposta do PS, que era de igual teor e avançamos.

Sras. e Srs. Deputados, há uma série de artigos que não sofreram propostas de alteração, nomeadamente do 9.º ao 17.º, pergunto se será possível colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição está à votação este conjunto de artigos, do 9.º ao 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PSD ao n.º 5, do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vou então votar o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Pergunto se posso colocar à votação em conjunto desde o artigo 19.º ao 25.º?

Não? Nem um subgrupo dentro deste, Sr. Deputado?

Por favor, Sr. Deputado, peço-lhe que ligue o microfone. Não o consigo ouvir.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, da parte do PPM nós queremos votar o artigo 19.º e o artigo 20.º de forma diferenciada.

Presidente: Se não há oposição da câmara assim faremos.

Está à votação o artigo 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vou então colocar agora à votação em conjunto os artigo 21.º, 22.º, 23.º, 24.º e 25.º.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** *(PPM):* Sra. Presidente, também quero votar de forma individualizada o artigo 25.º.

Presidente: Então está à votação apenas os artigos 21.º, 22.º, 23.º e 24.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 26.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora então à votação o artigo 26.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 27.º.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para justificar o nosso voto contra a proposta do PSD, porque na nossa opinião, e apresentando também ao mesmo artigo uma proposta de alteração, consideramos que a proposta do PS é mais completa para este mesmo artigo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então colocar à votação.

Sra. Deputada Graça Silveira para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento fiquei com uma dúvida, porque pela intervenção do Deputado André, a proposta do PS é sobre o ponto 3 do artigo 27.º, certo? E a do PSD é sobre a alínea b) do ponto 1, não é? É isso que estamos a votar neste momento, estas duas propostas de alteração?

Presidente: Vamos votar primeiro a do PSD que entrou primeiro e depois a do PS.

A Oradora: Era só para esclarecer.

Presidente: Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 27.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 19 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 28.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 29.º.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vamos votar contra porque consideramos que o nível de pressão da caça num limite razoável de 12 cães é suficiente e cabe ao caçador gerir a quantidade e a idade dos cães que compõem a matilha dentro deste limite.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou esta proposta para ir ao encontro de uma das pretensões de uma das associações de caçadores ouvidas em sede de parecer escrito e por entendermos que a introdução de dois animais juvenis com idade inferior a um ano de idade não causa mais nenhum tipo de pressão sobre a caça nem sobre as espécies e se fazem alguma coisa, por vezes, na sua fase de ensino e de adestramento, é até dar mais possibilidade às presas de fugirem, porque são animais que estão numa fase de treino e não constituem problema.

Portanto, o objetivo é permitir que esses animais façam o seu processo de treino e de aprendizagem sem causar nenhum tipo de problema acrescido ao ato venatório em prática.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS a este mesmo artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, para se inscrever? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** *(CDS-PP):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na votação final deste artigo o CDS vai-se abster, uma vez que na generalidade concorda que haja um aumento do número de caçadores por grupo, mas neste caso específico, como a caça é única e exclusivamente em relação ao coelho bravo, e se no passado efetivamente o coelho bravo era um problema na Região, era uma população que estava efetivamente com um desequilíbrio enorme e constituía uma praga na Região, após a febre hemorrágica esta população foi dizimada e não existem neste momento números que nos digam com segurança se este aumento do esforço de caça em relação ao coelho-bravo é ou não uma decisão que deve ser tomada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está então agora à votação o artigo 29.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 30.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 31.º.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só uma pequena intervenção que vai ao encontro de uma pretensão que foi tida pelos caçadores e também já referida neste debate, que é a de ter uma equiparação, tanto quanto possível, entre o número de secretários e o número de caçadores, pela componente também familiar existente muitas das vezes no processo de caça em que o caçador quer ter a possibilidade de levar um dos filhos. Nomeadamente os auxiliares ou secretário são os filhos, que fazem o acompanhamento, que fazem a ida ao campo, que fazem a sua iniciação à atividade cinegética, acompanhando os pais nas funções de secretários ou de auxiliares.

Nesse sentido, o PSD procura nalgumas destas propostas equiparar o número de caçadores ao número de secretários e auxiliares, tendo em conta essa preocupação e essa necessidade muitas das vezes, em que também se evita que

em nenhum momento haja a impossibilidade de um caçador se fazer acompanhar, nem que seja até por questões de segurança, por alguém no processo da caça.

É nesse sentido que nós temos várias propostas de alteração que levam à possibilidade de equiparar o número de caçadores com o número de secretários ou de outros auxiliares.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para justificar o nosso sentido de voto em relação ao voto contra da proposta do PSD, uma vez que o PS apresentou a mesma proposta concordando também com a associação que referiu, da possibilidade de se aumentar o número de secretários. Simplesmente o PS considera que o número de três secretário é mais do que suficiente para atingir os objetivos propostos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração do PS a este mesmo artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação este artigo 31.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do BE, 19 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 32.º.

Acabámos de votar o artigo 31.º com a alteração apresentada pelo PS, agora vamos para o artigo 32.º, nomeadamente para a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD a este artigo 32.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 32.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração… Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração do PSD, mais uma vez vem ao encontro da preocupação do poder de cada caçador ter pelo menos um auxiliar em cada ato venatório e também na possibilidade de ter um cão de cobro presente neste tipo de caça que permite ir recuperar as peças que sejam feridas ou abatidas e que o caçador não tenha possibilidade de as ir recolher.

Portanto, o facto de poder ter um cão presente vai diminuir a necessidade (vá lá) ou a exigência que o caçador terá de abater uma peça adicional para compensar aquela que abateu ou na qual atirou e não teve possibilidade de ir buscar.

Um exemplo prático para que todos percebam. Supúnhamos que uma ave é atingida, não mortalmente, que é ferida, e cai numa zona alagada, num charco, numa lagoa.

O cão poderá ir buscar essa peça de caça, ferida ou abatida, de modo a que ela não se perca. Portanto, evita-se uma pressão adicional sobre a caça, não desperdiçando um animal que já foi atingido e que já foi ferido no ato.

Portanto, é essa a preocupação que está por detrás desta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista para justificar a sua votação, votará contra, porque a mesma provocará confusão na diferenciação dos processos de caça. Ao ser possível ao caçador fazer-se acompanhar por um secretário, deparar-mo-íamos com a dificuldade de extinção entre os processos de caça de espreita e de caça de salto, sempre que o caçador optasse por não se fazer acompanhar do cão de caça, na caça de salto.

A caça de espreita é um processo típico da Região e, tradicional e exclusivamente, usada apenas na caça ao coelho-bravo.

De reforçar que desde sempre este é um processo caracterizado por ser praticado individualmente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 35.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 36.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 37.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 38.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 39.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PSD vai ao encontro de uma preocupação que tem a ver, de facto, com um dos objetivos deste diploma que é o controlo das densidades e não podemos ignorar que as práticas agrícolas da Região mudaram ao longo dos anos e que a disponibilidade de alimentos, nomeadamente de concentrados para a nossa bovinicultura, para a nossa pecuária de um modo geral, não veio disponibilizar um suplemento alimentar acrescido para algumas das espécies.

Eu estou a lembrar-me do caso específico dos pombos, neste caso do pombo da rocha, que é aquele que é permitido caçar, e que fazem com que haja a concentração de grandes bandos destas aves de um modo muito particular junto a estas instalações pecuárias onde se vão alimentar.

Portanto, entendemos que até na perspetiva do controlo das populações e com a devida autorização dos proprietários dos locais em questão, que se poderá permitir a caça destas espécies junto às instalações que aqui são referidas no diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para justificar o sentido de voto do Partido Socialista.

Iremos votar contra uma vez que concordamos com a redação da proposta apresentada pelo Governo e não com a proposta do PSD.

Referir que as questões que o Sr. Deputado levantou do ponto de vista das correções da densidade, já estão previstas (a caça nestas áreas) no artigo 60.º, n.º 5.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada…

Presidente: O Sr. Deputado André Rodrigues para uma interpelação à Mesa? Tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues** *(PS):* Sra. Presidente, era para pedir a repetição da votação.

Presidente: Vamos repetir então a votação.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 39.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 39.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então votar o artigo 40.º com esta alteração que acaba de ser aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam…

Sr. Deputado André Rodrigues para uma interpelação?

Deputado André Rodrigues *(PS):* Qual é o artigo que estamos a votar, Sra. Presidente?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a meio da votação, por isso apelo também à vossa colaboração, porque ainda temos uma grande jornada à nossa frente.

Nós votámos já a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 40.º, que foi aprovada, e estávamos agora a votar o artigo 40.º com a alteração aprovada.

Portanto, o que pede é a repetição da votação da proposta de alteração?

Vamos então repetir a votação, porque ainda está dentro do artigo.

Coloco à votação a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 40.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Coloco à câmara a possibilidade de votarmos os artigos 41.º, 42.º, 43.º, 44.º e 45.º em conjunto.

Não havendo oposição considerem então a votação de todos estes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para uma proposta de eliminação à alínea a), do n.º 1, do artigo 46.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 46.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passo agora à votação do artigo 47.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a uma proposta de alteração ao artigo 48.º, desta feita apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 48.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação conjunta do artigo 49.º ao 53.º?

Não havendo oposição está assim então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 19 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PSD ao artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 votos a favor do PSD e 3 votos a favor do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 54.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto dos artigo 55.º ao 61.º?

Julgo não haver oposição. Está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 62.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 62.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, temos agora um grupo grande de artigos sem propostas de alteração e que por isso mesmo pergunto se os posso colocar todos à votação em conjunto, nomeadamente do artigo 63.º ao 79.º?

Julgo não haver oposição. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação… Antes disso vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração visa colmatar uma lacuna que há nesta proposta que se prende com a possível inexistência atual ou futura de associações ambientais em determinadas ilhas que possam integrar os Conselhos Cinegéticos de Ilha.

Perante essa inexistência, atual ou futura, faz sentido que possa estar prevista a integração de uma associação de âmbito regional num determinado Conselho Cinegético de Ilha onde não exista uma associação local. Por isso parece-me que é uma questão que faz todo o sentido, de forma a que não fiquem os Conselhos Cinegéticos de Ilha sem a opinião de uma Associação Ambiental na sua composição.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Esgotou o seu tempo para este debate.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votará a favor, porque importa para nós e acima de tudo garantir a representatividade de todas as instituições e de todos os parceiros e no caso de alguma ilha não haver naturalmente que fará sentido uma representação regional.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então à votação do artigo 80.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Os restantes oito artigos deste diploma não têm qualquer proposta de alteração. Julgo que à semelhança do que aconteceu anteriormente posso colocá-los à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a proposta de DLR apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro** *(PSD):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresentou-se neste debate e na respetiva votação, quer na generalidade, quer na especialidade, com uma postura construtiva, em que todas as nossas

propostas são oriundas diretamente dos pareceres solicitados pelo Parlamento e pela Comissão competente às entidades intervenientes.

Lamentamos que não se tenha ido mais longe e que a maioria tenha chumbado algumas dessas propostas de alteração que respeitavam não só a vontade dos intervenientes no processo da caça, mas também permitiriam responder pela regulamentação às preocupações das organizações ambientais.

Abstivemo-nos, porque entendemos que este diploma continua a ficar aquém, quer das necessidades do setor, quer das pretensões dos seus intervenientes, e a questão das espécies, como o pombo torcaz e como rola turca, que continuam de fora do processo venatório, terão de mercê por parte deste Parlamento, e também certamente do Grupo Parlamentar do PSD, iniciativas a elas dirigidas, porque no caso do pombo torcaz, fundamentalmente, é urgente controlar as respetivas populações, ter a certeza e ter dados fundamentados acerca dos seus números e pôr fim a uma decisão de retirada desta espécie das espécies cinegéticas que se manifestou ou que se provou ser desadequada à realidade regional.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa *(PSD):* Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(*) **Deputada Mónica Rocha** *(PS):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, para nós, votámos favoravelmente, mas antes de o dizermos porquê, é para nós importante referir a participação de todos os partidos neste processo. Penso que só enriquece o DLR em questão.

Por outro lado, reforçar a pertinência deste DLR, suportada pela necessidade de aprovar um novo regime jurídico que satisfaça as necessidades atuais, bem

como as diferentes posições, pareceres e estudos das diferentes associações e departamentos científicos do Governo e da Universidade dos Açores e do Porto. Alterações analisadas e propostas foram fortemente sustentadas por um acompanhamento muito regular através dos sensos, de estudos técnicos e fichas técnicas e isso é importante realçar e não descorar.

Este novo regime confere uma maior representatividade, já o referimos. Aponta também para uma maior flexibilização no que concerne ao regime de correções de densidade, permitindo uma melhor gestão sustentável das espécies cinegéticas, sua entrada ou saída, bem como a sua correção de densidade, e já o referimos e foi largamente esplanada esta questão.

Este novo Decreto-Lei vem ao encontro das orientações nacionais e europeias e na matéria em questão.

Por fim, reforçar que a caça é uma atividade com algum valor histórico e cultural e económico, que tem sido gerida de forma sustentada atendendo ao princípio da ecologia e biodiversidade.

Por fim, referir também que este novo DLR permite o equilíbrio desejado entre as atividades da caça, do turismo e outras.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** *(BE):* Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta do Governo por não terem sido obviamente atendidas a grande maioria das propostas de alteração do Bloco de Esquerda que pretendiam proteger e ter em conta uma precaução que deve existir em relação a várias espécies, segundo a opinião das associações ambientalistas e também segundo os dados existentes relativamente à população

de várias espécies, isso também para além de que as questões do direito à não caça não estão asseguradas nesta proposta que acabou de ser aprovada.

Infelizmente, para a maioria socialista, em caso de dúvida não se protege a espécie, em caso de dúvida caça-se.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado Artur Lima** *(CDS-PP):* Pedi, sim senhora, Sra. Presidente. Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10H00.

Eram 19 horas e 36 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Partido Social Democrata (PSD)

César Leandro Costa **Toste**

Luís Maurício Mendonça Santos

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo e transpõe a Diretiva (EU) 2015/2302 – ME – (Reg. DL 481/2017) – n.º 62/XI-GR
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2018 – 01 – 08;

Assunto: Define o regime jurídico da formação médica pós graduada, designada de Internato Médico, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo. - MS - (Reg. DL 426/2017) – n.º 63/XI - GR
Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19
Comissão: Economia
Data Limite de Parecer: 2018 – 01 – 08.

2 – Proposta de Lei:

Assunto: Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, de 28 de julho – n.º 107/XIII/3.ª (ALRAM) - n.º 124/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 12 – 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 01 – 03.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo Regional que proceda ao inicio imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia de Furnas e a vila da Povoação – n.º 60/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2017 – 12 – 13

Comissão: Politica Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 01 – 15;

Assunto: Plano Regional de Emergência de Proteção Civil dos Açores – n.º 61/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 12 – 19

Pedido de Urgência.

Assunto: Revisão Urgente da Portaria de Condições de Trabalho, aplicável aos Bombeiros Voluntários que exercem funções de Tripulante de Ambulância, aprovada pela Portaria n.º 10/2010, de 28 de janeiro – n.º 62/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 01 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 02 – 14;

Assunto: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pronuncia-se por iniciativa própria contra o encerramento da loja dos CTT da Calheta, freguesia de são Pedro, concelho de Ponta Delgada e pela ação do Governo da República e do Governo Regional no sentido de impedir o encerramento desta loja – nº 63/XI

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 01 – 08

Pedido de urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

4 – Petições:

Assunto: Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da Ilha das Flores

Autor: Guilherme Pinheiro de Magalhães Gomes dos Santos

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 29

Referência: 41.10.01 – N.º 23/XI;

Assunto: Encerramento do Parque Zoológico da Povoação

Autor: Jéssica Costa Pacheco

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2018 – 01 – 06

Referência: 41.10.01 – N.º 24/XI.

5 – Requerimentos:

Assunto: Sobrelotação e condições da Escola Secundária da Ribeira Grande
Autores: Maria João Carreiro a Jaime Vieira (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 15
Referência: 54.03.02 – N.º 355/XI;

Assunto: Reabilitação da Escola EBS das Flores
Autores: Bruno Belo e Maria João Carreiro (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 22
Referência: 54.03.08 – N.º 356/XI;

Assunto: Dificuldade de reserva aérea para estudantes em férias de Natal
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 26
Referência: 54.04.00 – N.º 357/XI;

Assunto: Voos Santa Maria Inverno IATA
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 26
Referência: 54.04.01 – N.º 358/XI;

Assunto: Ponto da situação do concurso público internacional para prestação de serviço de emergência e socorro nos aeródromos dos Açores
Autores: Bruno Belo, Mónica Seidi e Carlos Ferreira (PSD)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 28
Referência: 54.03.00 – N.º 359/XI;

Assunto: Porto Comercial das Lajes das Flores
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2017 – 12 – 28
Referência: 54.04.08 – N.º 360/XI;

Assunto: Centro de Saúde das Velas, na ilha de São Jorge
Autor: João Paulo Corvelo (PCP)
Data de Entrada: 2018 – 01 – 02
Referência: 54.04.05 – N.º 361/XI;

Assunto: Cópia do Relatório da Inspeção Regional da Saúde referente à ARRISCA
Autor: Paulo Estêvão (PPM)
Data de Entrada: 2018 – 01 – 03
Referência: 54.07.00 – N.º 362/XI;

Assunto: Auditoria à Arrisca – Associação Regional de Reabilitação Integral Sócio-Cultural Açores
Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)
Data de Entrada: 2018 – 01 – 04
Referência: 54.07.00 – N.º 363/XI;

Assunto: Nova unidade fabril da Cofaco e manutenção e manutenção dos postos de trabalho na fábrica na Madalena do Pico
Autores: Duarte Freitas, Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)
Data de Entrada: 2018 – 01 – 04
Referência: 54.03.06 – N.º 364/XI;

Assunto: Parque Zoológico da Povoação

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 04

Referência: 54.06.02 – N.º 365/XI;

Assunto: Avaria de grua do Porto das Poças em Santa Cruz das Flores

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 09

Referência: 54.04.08 – N.º 366/XI;

Assunto: Perplexidades e contradições da política ambiental do Governo Regional

Autores: Carlos Ferreira, Catarina Chamacame Furtado e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 09

Referência: 54.03.07 – N.º 367/XI;

Assunto: A deserção do Estado no cado da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 09

Referência: 54.07.09 – N.º 368/XI;

Assunto: Transporte marítimo de mercadorias para a Calheta de São Jorge

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 09

Referência: 54.06.05 – N.º 369/XI;

Assunto: Transporte marítimo de mercadorias para a Calheta de São Jorge

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 10

Referência: 54.04.05 – N.º 370/XI;

Assunto: Valor pago pelas refeições escolares na RAA

Autores: Graça Silveira Artur Lima, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 10

Referência: 54.01.00 – N.º 371/XI;

Assunto: Despedimento coletivo na fábrica da COFACO da Ilha do Pico

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 10

Referência: 54.06.06 – N.º 372/XI;

Assunto: Degradação do polidesportivo do Corvo

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 01 – 11

Referência: 54.01.09 – N.º 373/XI.

6 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: Plano de proteção das relheiras dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 18

Referência: 54.07.09 – N.º 335/XI;

Assunto: Estado da Saúde na ilha das Flores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 22

Referência: 54.03.08 – N.º 333/XI;

Assunto: Identificação de bactéria confirma problemas de higiene e salubridade na piscina da Escola Manuel de Arriaga

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 04

Referência: 54.03.07 – N.º 338/XI;

Assunto: Majoração atribuída às equipas de basquetebol que militam nos campeonatos nacionais de basquetebol, no âmbito de RJAMAD

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 04

Referência: 54.03.03 – N.º 324/XI;

Assunto: Ligação da Delta Airlines entre os Açores e Nova York

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 04

Referência: 54.01.00 – N.º 313/XI;

Assunto: Contentores de frio e manutenção da embarcação "Lusitânia"

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 01 – 05

Referência: 54.07.00 – N.º 321/XI;

Assunto: Quadro de Pessoal da Ilha de S. Jorge afeto à Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08
Referência: 54.01.05 – N.º 330/XI;

Assunto: Unidade de Saúde da Ilha do Corvo - dados de gestão e organização
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08
Referência: 54.07.09 – N.º 345/XI;

Assunto: Produtos Regionais qualificados
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 10
Referência: 54.03.00 – N.º 325/XI;

Assunto: Desenvolvimento do Turismo
Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 10
Referência: 54.01.00 – N.º 346/XI.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Agradecimento do Voto de Congratulação - Atribuição do "selo de qualidade em voluntariado Join4change" à casa de Saúde do Espírito Santo, na ilha Terceira

Proveniência: Diretor Gerente do Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, João Moniz
Data de Entrada: 2017 – 12 – 20;

Assunto: Ofício n.º 2056-ST, de 2017-12-15 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 20/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-434VIC3) – Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária das Flores
Proveniência: Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Vitor Caldeira
Data de Entrada: 2017 – 12 – 15;

Assunto: Ofício n.º 2098-ST, de 2017-12-19 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 21/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-435VIC3) – Fundo Escolar da Escola Básica Integrada de Água de Pau
Proveniência: Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Vitor Caldeira
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19;

Assunto: Ofício n.º 2118-ST, de 2017-12-22 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 22/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 16-420VIC3) – Direção Regional dos Transportes
Proveniência: Auditor-Chefe em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Afonso Arruda
Data de Entrada: 2017 – 12 – 21;

Assunto: Ofício n.º 2128-ST, de 2017-12-29 a remeter os relatórios de verificações internas de contas de gerência aprovados, n.º 23/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-425VIC3) – Direção Regional das Pescas e; n.º 24/2017-

VIC/SRATC (Ação n.º 16-429VIC3) – Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
Proveniência: Auditor-Chefe em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Afonso Arruda
Data de Entrada: 2017 – 12 – 29;

Assunto: Ofício n.º 32-ST, de 2018-01-03 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 25/2017-VIC/SRATC (Ação n.º 17-440VIC3) – Fundo Escolar da Escola Básica Integrada Roberto Ivens
Proveniência: Auditor-Chefe em suplência do Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Afonso Arruda
Data de Entrada: 2018 – 01 – 03;

Assunto: Ofício n.º 37-ST, de 2018-01-04 a remeter o relatório de verificação interna de conta de gerência aprovado, n.º 1/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-410VIC3) – Município da Horta
Proveniência: Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima
Data de Entrada: 2018 – 01 – 03;

Assunto: Ofício n.º 71, de 27 de dezembro de 2017 a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2017 Plano Anual da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018
Proveniência: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Gabinete do Representante da República para a RAA, António de Almeida da Costa Coelho
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08;

Assunto: Ofício n.º 72, de 29 de dezembro de 2017 a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2017 - Plano Anual Regional para o ano de 2018
Proveniência: Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Gabinete do Representante da República para a RAA, António de Almeida da Costa Coelho
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Ofício n.º 1916, de 26 de dezembro de 2017 a remeter um exemplar da publicação da Situação Socioeconómica 2016
Proveniência: Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, Rui Von Amann
Data de Entrada: 2018 – 01 – 03;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre "Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028"
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford
Data de Entrada: 2017 – 12 – 22;

Assunto: Ofício n.º 12, de 15 de dezembro de 2017 a enviar Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Paulo António de Freitas Valadão, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista
Proveniência: Presidente da Assembleia Municipal das Lajes das Flores, Paulo Alexandre Almeida dos Reis
Data de Entrada: 2017 – 12 – 27;

Assunto: Ofício n.º 4227, de 19 de dezembro a agradecer o envio do Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Nestor de Sousa
Proveniência: Reitor da Universidade dos Açores, João Luís Baptista Gaspar

Data de Entrada: 2017 – 12 – 29;

Assunto: Ofício n.º 3297, de 22 de dezembro de 2017 a remeter Voto de Protesto, relativo à exclusão "Linha Lilás"
Proveniência: Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Manuel Avelar Cunha Santos
Data de Entrada: 2018 – 01 – 03;

Assunto: Ofício a agradecer Voto de Pesar – Reconhecimento de Jerusalém como Capital do Estado de Israel pelo Presidente dos Estados Unidos da América Donaldo Trump
Proveniência: Gabinete do Presidente da Assembleia da República, Maria José Ribeiro
Data de Entrada: 2018 – 01 – 04;

Assunto: Email de 5 de janeiro a agradecer o envio do Voto de Protesto - Reconhecimento de Jerusalém como Capital do Estado de Israel pelo Presidente dos EUA, Donald Trump
Proveniência: Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP da Assembleia da República, Pedro Ramos
Data de Entrada: 2018 – 01 – 05;

Assunto: Ofício n.º 10, de 2018-01-05, relativo ao relatório no âmbito do n.º 5 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2014/A, de 28 de novembro – Segurança e Proteção dos Edifícios Escolares e dos seus dos seus Utentes

Proveniência: Chefe de Gabinete do Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Lina Maria Cabral de Freitas
Data de Entrada: 2018 – 01 – 05;

Assunto: Ofício a agradecer Voto de Pesar - Falecimento do Cónego José Gonçalves Gomes - Agradecimento
Proveniência: Cónego da Diocese de Angra, Helder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes
Data de Entrada: 2018 – 01 – 05;

Assunto: Agradecimento de Voto de Pesar - Falecimento de Belmiro de Azevedo
Proveniência: Família de Belmiro de Azevedo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08;

Assunto: Agradecimento reconhecido de Voto de Pesar – Falecimento de Zé Pedro
Proveniência: Família de Zé Pedro, Cristina Moreira
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08;

Assunto: Carta de recebimento da "Resolução nº 21/2017 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores" que mereceu a devida atenção
Proveniência: Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Fernando Frutuoso de Melo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 08;

Assunto: Agradecimento reconhecido de Voto de Pesar – Falecimento de Zé Pedro

Proveniência: Xutos & Pontapés
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Agradecimento reconhecido de Voto de Pesar – Falecimento de Zé Pedro
Proveniência: Xutos & Pontapés
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Pedido de Agendamento de Debate de Urgência sobre "Irregularidades detetadas pela Inspeção Regional de Saúde na auditoria aos apoios públicos concedidos à ARRISCA"
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Pedido de Agendamento de Debate de Urgência sobre "Acordo da Base das Lajes e as medidas de compensação do downsizing
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Artur Lima
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Ofício n.º 486, de 22 de dezembro de 2017 a enviar Voto de Protesto e Moção apresentados pelo PSD e pela CDU, referentes à requalificação do Porto Comercial da Horta
Proveniência: Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Ofício de 9 de janeiro a comunicar a suspensão de mandato de deputado no período de 15 a 24 de janeiro inclusive

Proveniência: O Deputado do PS, Francisco César
Data de Entrada: 2018 – 01 – 10;

Assunto: Ofício de 10 de janeiro a comunicar a substituição do deputado Roberto Lúcio Silva Pereira pelo deputado António Gonçalves Tosta Parreira a partir de 15 a 24 de janeiro inclusive. Mais informo que já exerceu funções de deputado nesta legislatura, pelo que tem os poderes verificados
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford
Data de Entrada: 2018 – 01 – 10;

Assunto: Ofício de 10 de janeiro a comunicar a substituição do deputado Francisco César pelo deputado Arnaldo Branco Raposo do Amaral a partir de 15 a 24 de janeiro inclusive. Mais informo que já exerceu funções de deputado nesta legislatura, pelo que tem os poderes verificados
Proveniência: Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford
Data de Entrada: 2018 – 01 – 10;

Assunto: Ofício n.º 205, de 10 de janeiro a requerer pedido de agendamento de debate de urgência sobre "O anunciado despedimento coletivo dos trabalhadores da fábrica da COFACO na Ilha do Pico" - Indeferido
Proveniência: Deputado do PCP, João Paulo Corvelo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 11;

Assunto: Agradecimento do Voto de Pesar enviado à família pelo Falecimento de Belmiro Azevedo
Proveniência: Nuno Azevedo
Data de Entrada: 2018 – 01 – 11.

8 – Relatórios:

Assunto: Projeto de Lei n.º 512/XIII/2.ª (PS) - Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos – n.º 120/XI-AR
Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho
Data de Entrada: 2017 – 12 – 28;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de novembro
Proveniência: Comissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de dezembro
Proveniência: Comissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19;

Assunto: Relativos ao programa de trabalho da Comissão Europeia para 2018, "Para uma europa mais unida, mais forte e mais democrática", e sobre as iniciativas europeias sobre as quais a região pretende pronunciar-se – Proc.º 02.11
Proveniência: Comissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 12 – 19;

Assunto: Projeto de Lei n.º 672/XIII/3.ª (PAN) – Estabelece a integração dos médicos veterinários municipais como agentes de proteção civil e cria uma equipa de salvação e resgate animal – n.º 123/XI-AR
Proveniência: SubComissão de Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 12 – 20;

Assunto: Petição n.º 16/XI - Alteração às áreas geográficas das freguesias de Fenais da Luz e de S. Vicente Ferreira (Bairro Nossa Senhora da Luz)
Proveniência: Comissão de Política Geral
Data de Entrada: 2018 – 01 – 05;

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de janeiro
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 12 – 12;

Assunto: Projeto de diploma - Altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes - MTSS - (Reg. DL 496/2017) – n.º 60/XI-GR
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 12 – 21;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 13/XI (PSD) – Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para melhorar as acessibilidades, divulgação, promoção e apoio ao carnaval da Ilha Graciosa
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais, Economia e Política Geral
Data de Entrada: 2017 – 12 – 12;

Assunto: Petição n.º 15/XI – Pela continuidade das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores de histórias na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 12 – 12;

Assunto: Petição n.º 17/XI – "Criação de uma escola alternativa nos Açores – Projetos Novas Rotas"
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 12 – 12;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que define o regime jurídico da formação médica pós-graduada, designada de Internato Médico, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo. - MS - (Reg. DL 426/2017)- n.º 63/XI-GR
Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2017 – 12 – 12;

Assunto: Proposta de Lei n.º 103/XIII/3.ª (ALRAM) – Terceira alteração do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica - n.º 121/XI-AR
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 12 – 27;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que estabelece os critérios definidores do processo de receção, devolução e troca de garrafas utilizadas de gás de petróleo

liquefeito e os termos de comercialização obrigatória, nos postos de abastecimento de veículos rodoviários, de gás de petróleo liquefeito engarrafado - ME - (Reg. DL 336/2017) - n.º 59/XI- GR
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 12 – 27;

Assunto: Proposta de Lei n.º 105/XIII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a criar o Sistema Nacional de Embarcações e Marítimos – n.º 122/XI-AR
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2017 – 12 – 27;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XI - Aprova o Novo Regime Jurídico da gestão de Recursos Cinegéticos e do Exercício da Caça na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão de Economia
Data de Entrada: 2018 – 01 – 04;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que cria um incentivo destinado a promover a substituição de combustíveis fósseis por energia elétrica para o abastecimento de veículos de transporte público municipais de passageiros – ME – (Reg. DL 339/2017) – n.º 61/XI-GR
Proveniência: SubComissão de Economia
Data de Entrada: 2018 – 01 – 09;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 48/XI (CDS-PP) - Resolve recomendar ao Governo Regional, na qualidade de único acionista do Grupo SATA, que dê orientações específicas à Azores Airlines, no sentido de impedir a concretização

da decisão unilateral de acabar com a rota Terceira-Porto-Terceira, em outubro de 2017

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 01 – 11.

9 – Diários:

Estão presentes na Sessão Plenária os Diários n.ºs 35, 36, 37, 38 e 39.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco